



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**A Doutrina Social da Igreja e o Desenvolvimento  
– Contributos e reflexões críticas**

Andreia Filipa Parreira de Carvalho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:  
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2014

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**A Doutrina Social da Igreja e o Desenvolvimento  
– Contributos e reflexões críticas**

Andreia Filipa Parreira de Carvalho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:  
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2014

“Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos,  
se não tiver amor, sou como um bronze que soa  
ou um címbalo que retine.

“Ainda que eu tenha o dom da profecia  
e conheça todos os mistérios e toda a ciência,  
ainda que eu tenha tão grande fé que transporte montanhas,  
se não tiver amor, nada sou.

“Ainda que eu distribua todos os meus bens  
e entregue o meu corpo para ser queimado,  
se não tiver amor, de nada me aproveita.

O amor é paciente,  
o amor é prestável,  
não é invejoso,  
não é arrogante nem orgulhoso,  
nada faz de inconveniente,  
não procura o seu próprio interesse,  
não se irrita nem guarda ressentimento.  
Não se alegra com a injustiça,  
mas rejubila com a verdade.  
Tudo desculpa, tudo crê,  
tudo espera, tudo suporta.

O amor jamais passará.  
As profecias terão o seu fim,  
o dom das línguas terminará  
e a ciência vai ser inútil.  
Pois o nosso conhecimento é imperfeito  
e também imperfeita é a nossa profecia.  
Mas, quando vier o que é perfeito,  
o que é imperfeito desaparecerá.”

1ª Carta aos Coríntios 13, 1-10  
(Bíblia Sagrada)

a Jesus,  
princípio e fundamento da minha vida e co-autor deste trabalho

## AGRADECIMENTOS

Não caberiam aqui todos os agradecimentos porque na verdade devo-os a todos os que fazem parte da minha vida: desde as pessoas que me conhecem desde antes de nascer (pais e família próxima) até às pessoas que conheci no fim-de-semana passado. Todos os que fazem parte da minha vida, fazem também parte de mim, do que sou e do que faço, mesmo que nem eu nem eles o saibam como e quanto, pelo que seria uma tremenda injustiça deixar de mencionar aqui alguém. Assim, todos os que passarem os olhos por este trabalho ou que o tenham construído comigo, sintam-se de agradecimento recebido por fazerem parte dele. É demasiada gente boa que tenho a graça de conhecer que nunca teriam lugar em todas as páginas do mundo.

Fico-me assim pelos agradecimentos mais gerais que me fazem sentido.

A todos os que querem e precisam de uma vida melhor e não têm acesso a essa oportunidade.

A todas as pessoas “ocultas” que trabalham em todas as bibliotecas e locais onde fiz esta tese e que sem o seu trabalho, inacreditavelmente, nada disto seria possível.

A todos os meus professores.

Ao Movimento Encontros de Jovens Shalom por me ter formado humanamente e na fé e ter provocado o primeiro despertar para as questões da Doutrina Social da Igreja.

À ONGD Leigos para o Desenvolvimento a quem devo as grandes mudanças da minha vida para melhor e por ser passado, presente e futuro – como repito muitas vezes e não só aqui: não há absolutamente nada que possa fazer que seja suficiente para alguma vez chegar a retribuir tanto bem recebido.

Ao Padre Tony Neves por todos os conselhos, livros e exemplo de vida.

Ao Professor Rogério Roque Amaro por coisas infindáveis (que também nunca saberei dizer e agradecer) mas sobretudo por me querer ajudar a construir este trabalho, acreditar nele e saber esperar por mim.

## **RESUMO**

O presente trabalho procura expor e confrontar os conceitos de Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Integrado e Desenvolvimento Sustentável com o conceito de Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana presente na Doutrina Social da Igreja, procurando encontrar os elementos comuns e apresentando os seus contributos específicos de forma a alimentar o debate do desenvolvimento, enriquecendo com uma perspectiva complementar e alternativa que possa apontar caminhos de reflexão e práticas para o futuro.

Partindo dos conceitos referidos, faz-se uma reflexão dos seus conteúdos essenciais assim como da sua evolução histórica, pretendendo destacar os seus principais autores e dimensões. Os conceitos e autores seleccionados tiveram como critério alguma proximidade possível com a visão da Igreja Católica acerca do desenvolvimento. Acabamos por apresentar aqui uma conceptualização mais holística e sistémica do desenvolvimento que reflete para além disso, uma rejeição de um desenvolvimento exclusivamente dependente da economia e do crescimento económico, sendo esta uma ideia transversal a todo o trabalho. A proposta verdadeiramente diferenciada da Igreja como critério de desenvolvimento, é a proposta do Amor, que se procura neste trabalho justificar.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Doutrina Social da Igreja, Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana, Amor.

## **ABSTRACT**

This work seeks to expose and confront the concepts of human, integrated and sustainable development with the concept of integral development of the human person contained at the Social Teachings of the Church, trying to find common elements and presenting their specific contributions in order to promote the developmental debate, enriching it with a complementary alternative perspective that can point paths of thought and practices for the future.

Based on the concepts above, it is a reflection of their core content as well as their historical evolution, intending to highlight their main authors and dimensions. The concepts and authors were selected based on proximity criteria towards the vision of the Catholic Church about development. We ended up presenting a more holistic and systemic conceptualisation of development that reflects besides this, a rejection of an exclusively dependent development on the economy and economic growth, which is transversal to the entire work. The proposal truly differentiated of the Church as a criterion of development is the proposal of Love, which seeks to justify this work.

Keywords: Development, Social Teachings of the Church, Integral Development of the Human Person, Love.

**JEL: O1 e O10**

## ÍNDICE

Agradecimentos.....	III
Resumo e Abstract.....	IV
Índice.....	V
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Enquadramento dos Conceitos de Desenvolvimento.....</b>	<b>5</b>
1.1. Enquadramento geral e histórico do conceito desenvolvimento.....	5
1.2. Desenvolvimento Humano.....	7
1.3. Desenvolvimento Integrado.....	15
1.4. Desenvolvimento Sustentável.....	18
<b>Capítulo II – Introdução às Encíclicas da Doutrina Social da Igreja.....</b>	<b>25</b>
Rerum Novarum.....	25
Quadragesimo Anno.....	26
Radiomensagens Pio XII.....	28
Mater et Magistra.....	28
Pacem in Terris.....	30
Dignitatis Humanae.....	31
Gaudium et Spes .....	32
Populorum Progressio.....	33
Octagesima Adveniens.....	36
Laborem Exercens.....	38
Sollicitudo Rei Socialis.....	40
Centesimus Annus.....	44
Deus Caritas Est.....	47
Caritas in Veritas.....	48
<b>Capítulo III – Discussão de Complementaridades e Inovação entre conceitos.....</b>	<b>55</b>
1. O conceito de Desenvolvimento Integral da Doutrina Social da Igreja.....	55
2. As complementaridades entre a visão da Doutrina Social da Igreja do desenvolvimento e os conceitos de desenvolvimento.....	60
2.1. Desenvolvimento Humano.....	60
2.2. Desenvolvimento Integrado.....	61
2.3. Desenvolvimento Sustentável.....	63
3. Os contributos da visão da Doutrina Social da Igreja do desenvolvimento para os conceitos de desenvolvimento.....	65
<b>Conclusões.....</b>	<b>69</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>71</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>73</b>

## INTRODUÇÃO

A investigação apresentada de seguida visa um aprofundamento qualitativo da relação entre a Doutrina Social da Igreja e os conceitos de Desenvolvimento Humano, integrado e sustentável.

A escolha deste tema revela-se pertinente cientificamente, no sentido que procura estabelecer pontes entre os documentos da Doutrina Social da Igreja e três dos conceitos de desenvolvimento. Apesar de, no geral, vários documentos da Doutrina Social da Igreja abordarem o tema, foi necessário fazer uma sistematização que identifique claramente esses contributos, destacando-os de todas as outras questões presentes nos mesmos. Por outro lado, considero de interesse relevante ao nível científico, a integração de uma ótica cristã nas questões do desenvolvimento, uma vez que as igrejas cristãs foram, historicamente, das primeiras (senão mesmo as primeiras) interventoras no campo do desenvolvimento em países particularmente vulneráveis (ainda que numa lógica questionável numa fase inicial), tendo uma proximidade privilegiada com estes territórios de intervenção, dada a sua implementação e abrangência praticamente mundial. É da experiência adquirida, aqui especialmente, da Igreja Católica, que os textos produzidos são baseados nessa mesma experiência, pelo que são de real importância para o entendimento das realidades, preocupações e necessidades locais. Por fim, existe também o intuito de apresentar critérios e conteúdos alternativos para o debate do desenvolvimento que permitam enriquecer o conhecimento e a prática do mesmo.

Quanto à importância social do estudo deste tema, podemos reconhecer que atualmente as questões das parcerias e o fato dos projetos serem mais partilhados e potenciados, são absolutamente incontornáveis. Sabemos ainda que o fato da Igreja Católica ter uma presença permanente, mesmo durante conflitos armados e/ou catástrofes naturais, nestes países, a transforma num parceiro estratégico, profundamente conhecedor das culturas destas sociedades, da sua evolução histórica e das suas interações sociais. No fundo, as igrejas locais são parte também importante da realidade social destes países, tendo sido em alguns casos, pólos exclusivos de desenvolvimento em diversas áreas como educação, saúde, agricultura e mesmo estudo cultural das comunidades. A Doutrina Social da Igreja é, de certa forma, espelho e voz destas realidades. Sendo que muitas das intervenções e/ou orientações destes documentos estão dirigidas a “todos os homens de boa vontade”, este é um contributo que extravasa para além das fronteiras da Igreja e dos seus crentes.

Ao longo do acompanhamento, inserção e compreensão de países em vias de desenvolvimento, não são raras as vezes em que em defesa das comunidades das igrejas locais se tomaram posições políticas face ao contexto de um país. Assim, encontramos nos textos da Doutrina Social da Igreja manifestações críticas mas também orientadoras num sentido mais político de intervenção em prol do bem comum, ainda que sempre apartidário. Considero também ter importância considerar a perspectiva política da Doutrina Social da Igreja nesta relação de interação com o desenvolvimento, de forma a percebermos quais as directrizes que provêm desta forma particular de ver e de estar no mundo.

A um nível mais pessoal, tendo passado pela experiência de voluntariado de 2 anos em Moçambique com a ONGD Leigos para o Desenvolvimento, e da minha própria vida e prática cristã católica, reconheço a existência de um desconhecimento grande dentro das próprias comunidades dos fundamentos e orientações das suas práticas. Apesar de existir com cada vez maior frequência missionários e ONG católicas que investem na formação dos seus membros, parte-se muitas vezes para o terreno com um desejo forte e genuíno de ajuda ao próximo mas num desconhecimento grande do que é hoje necessário para uma atuação mais eficaz e na linha do pensamento cristão. Assim, interessa-me aprofundar este tema, no sentido, de poder informar e, eventualmente, contribuir para a formação dos que partem, mas igualmente dos que desconhecem a visão da Igreja sobre estas questões.

Interessa-me ainda compreender como é que a perspectiva da Igreja poderá contribuir para o debate e os estudos na área do desenvolvimento. Aproximar, confrontar e questionar visões diferentes para que nesse diálogo construtor se encontre o comum e se aprofundem questões que possam ser trabalhadas em conjunto.

O objetivo desta investigação é assim o de: identificar e compreender os contributos e as reflexões críticas da Doutrina Social da Igreja para os conceitos de Desenvolvimento Humano, integrado e sustentável, tendo como objecto de estudo as encíclicas e documentos relevantes da Doutrina Social da Igreja na perspectiva do desenvolvimento.

A metodologia utilizada nesta investigação foi a da revisão bibliográfica de autores do Desenvolvimento Humano, integrado e sustentável e de documentos da Doutrina Social da Igreja, aplicando a técnica da análise de conteúdo destes documentos.

A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo começa por enquadrar a evolução histórica do conceito de desenvolvimento e apresentar os conceitos de Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Integrado e Desenvolvimento Sustentável.

No segundo capítulo, expõe-se os documentos da Doutrina Social da Igreja que contém matéria relevante para a temática do desenvolvimento, a saber:

1. Rerum Novarum
2. Quadragesimo Anno
3. Mensagem de Natal Radiofónica de 1941
4. Mater et Magistra
5. Pacem in Terris
6. Dignitatis Humanae (Declaração sobre a Liberdade Religiosa)
7. Gaudium et Spes
8. Populorum Progressio
9. Octagesima Adveniens
10. Laborem Exercens



11. Sollicitudo Rei Socialis
12. Centesimus Annus
13. Deus Caritas Est
14. Caritas in Veritate

Procura fazer uma primeira abordagem das várias questões inerentes ao desenvolvimento.

Por fim, o terceiro capítulo respeita a uma discussão de complementaridades e inovação entre conceitos de desenvolvimento enunciados anteriormente e o Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana patente da Doutrina Social da Igreja. Enquadra as especificidades do conceito de Desenvolvimento Integral da Doutrina Social da Igreja ao nível dos seus princípios do bem comum, destino universal dos bens, subsidiariedade, participação e solidariedade. Posteriormente e, identificando os aspetos comuns, explana as complementaridades entre a visão da Doutrina Social da Igreja do desenvolvimento e os conceitos de desenvolvimento. Finalmente, termina com os contributos da visão da Doutrina Social da Igreja do desenvolvimento para os conceitos de desenvolvimento.

Nas conclusões, encontramos as ideias finais e de futuro que se revelaram mais significativas ao longo deste trabalho.



## **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO DOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO**

Este capítulo pretende apresentar o percurso histórico e teórico do conceito de desenvolvimento de forma a devidamente enquadrar os conceitos que se apresentarão de seguida. O conceito de desenvolvimento é muito recente comparativamente com outros, mas também tem sido frequentemente reformulado e colocado sob diferentes perspectivas, sendo muito dependente seja de acontecimentos históricos como de orientações económicas e políticas, procurando numa primeira parte deste capítulo, mostrar esse percurso e as diferentes visões a ele associadas, contextualizando os conceitos que se seguem.

A escolha do conceito de Desenvolvimento Humano justifica-se pela sua importância na mudança do paradigma exclusivamente económico para uma visão do desenvolvimento mais implicada com o próprio ser humano e tendo em consideração outros fatores relacionados com o mesmo para avaliação do desenvolvimento num determinado país. Este conceito acabará por conduzir à construção do Índice de Desenvolvimento Humano, que também é aqui abordado. Ao procurar introduzir uma alternativa ao pensamento do desenvolvimento como o pensamento da Doutrina Social da Igreja, o conceito de Desenvolvimento Humano teria, necessariamente, de ser considerado na medida em que se aproxima dos valores e critérios defendidos pela Igreja como essenciais para o desenvolvimento.

Por outro lado, o conceito de Desenvolvimento Integrado propõe uma visão mais sistémica, englobando não só diferentes dimensões do desenvolvimento, mas integrando-as entre si no sentido de uma coesão social que promove um desenvolvimento saudável. A sua relação com a Doutrina Social da Igreja é direta, uma vez que concorre para uma ótica do desenvolvimento que encara o mundo e o homem como um todo necessário para a construção de um mundo mais justo.

Por último, o Desenvolvimento Sustentável também traz consigo a novidade de uma visão de longo prazo articulada numa solidariedade global entre os povos que não abrange apenas os problemas atuais. Nessa mesma linha a Doutrina Social da Igreja dispõe de propostas de um caminho para a humanidade que abarcam preocupações da relação do ser humano com o meio ambiente envolvente e o futuro do planeta, entre outras questões éticas e de negação do excesso e do supérfluo.

### **1.1. Enquadramento geral e histórico do conceito desenvolvimento**

Na perspectiva de Amaro (2003), para compreender o conceito de Desenvolvimento, devemos ir à origem do conceito, que apesar de poder ser remetido para épocas como a dos Descobrimentos, na verdade, só começou a ter contornos científicos a partir da Segunda Guerra Mundial. No entanto, podemos encontrar as primeiras aproximações com Adam Smith na sua obra Riqueza das Nações de 1776. Ou seja, daqui deprendemos já a sua proveniência logo associada aos estudos da economia. Após esta primeira intuição, volta a surgir com verdadeira força a discussão em torno do desenvolvimento com as questões despoletadas sobretudo pelas descolonizações de África. A ideia de independência acarretou também o desejo da prosperidade muito associado ao crescimento

económico e à vontade de “imitação” das sociedades europeias. Nos bastidores políticos mundiais surgiram os mais variados entendimentos e interesses e não só se influenciou como muitas vezes se conduziu e condicionou o percurso destas recém-constituídas nações. É neste contexto que surge a expressão “países sub-desenvolvidos”, que é usada para justificar a necessidade de evolução e de atuação junto destes países.

Simultaneamente na Europa, existe igualmente a necessidade de apurar este conceito devido aos desafios da reconstrução europeia, às exigências do confronto Leste-Oeste, à afirmação do keynesianismo como novo paradigma da Ciência Económica e as novas afirmações idealistas saídas da Segunda Guerra Mundial (Amaro, 2003: 40-41).

Iniciam-se então na década de 60 os apoios económicos de ajuda para os “países sub-desenvolvidos” e a exploração desta temática pelas mais diferentes áreas disciplinares.

Segundo Amaro (2003) o conceito de Desenvolvimento acaba por ser bastante eurocentrado, tendo em conta a sua génese no pensamento imanado das sociedades industriais europeias de matriz judaico-cristã. Assim, historicamente, não podemos dissociar desenvolvimento de acontecimentos históricos como a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos. Todos estes fatores acabam por estar interrelacionados e influenciar-se mutuamente desembocando em profundas alterações nas condições materiais de vida mas também nos valores adoptados pelas sociedades da época.

O antropocentrismo e o racionalismo impõem-se como os ideais desta época que se traduzem em filosofias aparentemente opostas como o Capitalismo associado à Liberdade e ao Índividuo e o Socialismo associado à Igualdade e ao Coletivismo (Amaro, 2003: 45). Daqui decorrem, segundo o mesmo autor, os seguintes mitos relacionados com o desenvolvimento: economicismo (colocação da ênfase do desenvolvimento apenas ou sobretudo em questões económicas); produtivismo (centralismo na potenciação da produção, excluindo o que daí não decorre); consumismo (incentivo exacerbado ao consumo); quantitativismo (aposta na quantidade em detrimento da qualidade); industrialismo (valorização da implementação da indústria como caminho único para o desenvolvimento); tecnologismo (assumido fator incontornável para o desenvolvimento); racionalismo (defesa da ciência objectivável para basear a acção); urbanicismo (exaltação dos meios urbanos como locais únicos do desenvolvimento); antropocentrismo (colocação do Homem no centro, ignorando a importância do meio envolvente); etnocentrismo (imposição da cultura e civilização europeia a outros); uniformismo (apologia da aplicação de modelos únicos para resolução de problemas mundiais e mundialmente localizados diferenciadamente).

Face a estas reflexões anteriores, facilmente se compreende que se passe a avaliar o desenvolvimento de um país apenas através de indicadores de crescimento económico mas também foi graças a muitas destas reflexões que se pôde avançar para as propostas dos novos conceitos/vertentes de desenvolvimento.

“Nesse sentido, o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais uma passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material, etc.” (Amaro, 2003: 48)

Apesar de notáveis e justos progressos nos “trinta gloriosos”, estes mesmos progressos manifestaram-se sobretudo no ocidente, marginalizando mais uma vez os países em vias de desenvolvimento. Mas, sobretudo a par do progresso, surgiram também um novo tipo de problemáticas. Para contrapor a estes constrangimentos, algumas equipas das Nações Unidas propuseram como alternativa a metodologia do Desenvolvimento Comunitário para dar resposta às dificuldades destas novas nações. No entanto, é importante ressaltar que a prática do “Desenvolvimento Comunitário” não está ligada apenas à ONU mas também às organizações não-governamentais para o desenvolvimento e até a organizações da sociedade civil como as Comunidades de Base no Brasil.

Só nos anos 70 se começa a inverter o paradigma economicista face às evidências dos fracassos alcançados por esta linha de intervenção. No fundo, o óbvio mal-estar aos mais diversos níveis indicava a urgência das mudanças. Era necessário definir novas estratégias de ajuda aos países com menos oportunidades, gerir a economia mundial (face às questões petrolíferas), combater as novas formas de pobreza, trazer para a agenda as questões ambientais.

Com as alterações que se dão, Amaro (2003), acaba por propor seis novos conceitos de desenvolvimento associados a quatro fileiras:

- a) Fileira ambiental (conceito de Desenvolvimento Sustentável)
- b) Fileira das pessoas e das comunidades (conceitos de Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo)
- c) Fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana (conceitos de Desenvolvimento Humano e de Desenvolvimento Social).
- d) O Desenvolvimento Integrado como conceito transversal.

De seguida, apresentam-se os conceitos de desenvolvimento que se revelaram mais pertinentes para este trabalho. São conceitos que de alguma forma permitem estabelecer ligações com as ideias expostas na Doutrina Social da Igreja.

O Desenvolvimento Humano aproxima-se pelo descentramento das questões económicas, enquanto que o Desenvolvimento Integrado, ao considerar vários aspetos vincula-se ao apelo do Desenvolvimento Integral defendido nos documentos sociais da Igreja. Por fim, o Desenvolvimento Sustentável cruza-se na perspectiva de longo prazo e corresponsabilidade para com o mundo inteiro.

## **1.2. Desenvolvimento Humano**

Em 1990, Amartya Sen e Mahbub ul Haq, dedicaram-se a construir o Índice de Desenvolvimento Humano no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o que, entre outras conquistas, levaria Amartya Sen a ganhar o prémio Nobel da Economia em 1998.

O conceito de Desenvolvimento Humano, veio “revolucionar” toda a lógica quantitativa e excessivamente economicista vigente nas teorias e práticas do desenvolvimento da era industrial. Este conceito defende que todas as pessoas devem ter a possibilidade de verem alargadas as suas opções de escolha na medida em que isso permita uma vida longa e saudável, acesso a

conhecimento e aos meios essenciais necessários a uma vida digna. Sem este patamar básico estar assegurado não se pode almejar outros níveis de direitos que sucedem a estes. Por isso, o Desenvolvimento Humano não se restringe aqui mas inclui ainda a garantia de liberdades políticas, económicas e sociais de forma a facilitar a própria realização dos direitos humanos. Este processo deveria ajudar a perceber que só o crescimento económico não permite a melhoria das condições de vida, na medida em que as pessoas ainda que necessitem de rendimentos, não é o único fator decisivo nas suas vidas. Em 1990, o PNUD, considerava então que o Desenvolvimento Humano deveria ser um equilíbrio entre uma boa formação ao nível das competências nomeadamente saúde, conhecimento e técnica e o potencializar das suas capacidades inatas ao nível da criatividade, produtividade mas também ao nível do seu envolvimento cultural, social e político.

O surgimento deste conceito implicava também a construção de um índice que não só o tornasse mensurável, mas que fosse ainda uma alternativa credível e real ao PIB (Produto Interno Bruto). Assim, inicialmente, o Índice Desenvolvimento Humano estava baseado nos seguintes critérios: longevidade, acesso ao conhecimento, nível de vida digno. Com a evolução do termo, no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003, acaba por se alargar a sua área de alcance e fica definido da seguinte forma:

“O processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens” (PNUD, 2003).

De fato, Amartya Sen acabaria por se revelar um dos mais importantes teóricos acerca deste conceito. Uma das ideias recorrentes em Sen é a de que desenvolvimento económico e crescimento económico não são o mesmo nem se podem fazer coincidir automaticamente sem análise. Sen elenca assim quatro razões pelas quais o PIB isoladamente, não é um indicador de desenvolvimento:

1. O PIB é uma média de rendimentos por pessoa, mas não trata da sua distribuição entre toda a população. Uma visão estrita da análise dos rendimentos não permite ter uma visão global da realidade. As condições de vida num determinado país na medida em que existindo um desequilíbrio de rendimentos entre a média de pessoas desse país podem ser significativamente diferentes das pessoas detentoras dos rendimentos superiores. De qualquer forma, Sen defende que o PIB não é o único indicador, uma vez que há muitas mais variáveis que devem ser tomadas em conta como prevalência de criminalidade ou a esperança média de vida que acaba por ser um indicador mais quantitativo que qualitativo das condições de vida apesar de tudo. Pode ainda considerar-se a mortalidade e a taxa de mortalidade entre grupos/classes sociais diferenciadas. Estas disparidades que são possíveis encontrar numa análise estrita do PIB não se aplicam apenas aos países pobres mas também aos países desenvolvidos.
2. Deve-se ter sempre em conta as externalidades e a economia paralela na medida do possível, assim como outros bens obtidos de forma não comercial (ex: hortas domésticas).
3. Diferenciação de preços do mesmo tipo de bens em diferentes pontos do mundo não consideradas na contabilização do PIB, o que acaba por distorcê-lo.

4. O rendimento anual de uma pessoa pode refletir o bem-estar dessa pessoa nesse ano mas para avaliar que tipo de aquisições a pessoa teve na sua vida, teremos de adoptar uma abordagem mais integrada que não deixe de parte uma série de informação relevante para as questões do desenvolvimento.

O PIB é uma forma de aferição dos meios de bem-estar, mas não de como as pessoas tiram proveito desses meios – se as linhas de pobreza são definidas em termos de satisfação das necessidades básicas não tem em conta a própria diferenciação das necessidades de cada um. Finalmente, uma avaliação do desenvolvimento alcançado nunca pode acontecer apenas através de meios quantitativos.

Interessa analisar também as questões que dizem respeito às conquistas alcançadas na vida das pessoas relativamente aos bens e capacidades adquiridas, o que o autor apelida de funcionalidades do indivíduo. O bem-estar de uma pessoa deve ser avaliado consoante estas funcionalidades. No entanto, tanto os bens/mercadorias existentes são diversos e ainda mais as características pessoais de cada um e de cada realidade, pelo que é difícil estabelecer parâmetros para objetivar estas questões.

Numa leitura mais adequada do desenvolvimento também deveria ser considerado o acesso a bens públicos como a saúde e educação, por exemplo. Mas uma das mais importantes funcionalidades a ser atingida para um desenvolvimento pleno é a liberdade de escolha. No fundo, a liberdade deveria ser a base de análise de todas as funcionalidades adquiridas, na medida em que a sua existência pode determinar a aquisição de um maior leque de funcionalidades. Pode-se desenvolver as mesmas funcionalidades por vias radicalmente diferentes, dependendo se é através do uso da liberdade ou não.

O estudo destas questões tem levado à construção de limiares de sobrevivência assim como da definição do que são bens essenciais, ainda que estes ainda estejam muito relacionados com bens materiais e não tanto com as funcionalidades e capacidades de cada pessoa. Sen prefere uma abordagem do desenvolvimento mais centrada nas capacidades do que no utilitarismo.

Apesar de tudo, percebe-se uma mudança de uma visão do desenvolvimento apenas assente no critério do PIB para uma integração das necessidades básicas, qualidade de vida, funcionalidades e capacidades no geral. Por outro lado, também se utilizam cada vez mais critérios demográficos e relacionados com a saúde. A ciência introduz-se aqui também como forma de aferir as diferentes funcionalidades humanas. É importante reconhecer que estes índices estarão sempre incompletos, na medida em que existirão sempre variáveis a introduzir.

Os processos de desenvolvimento podem provocar mudanças no que se entende como valores e pesa nos critérios de aferição do estágio de desenvolvimento. Surgem, inclusivamente, questões filosóficas na forma como se abordam estas mudanças e os valores relacionados com estas condicionantes do desenvolvimento, uma vez que cada situação é única e insere-se num contexto cultural específico com as suas próprias implicações.

“The foundational role of values can be neglected in favor of an instrumental view only by trivializing the basis of the concept of development.” (Sen, 1988: 23)

Mais tarde, Sen (2000) na sua publicação “Desenvolvimento como Liberdade” volta a defender uma perspectiva de desenvolvimento que não seja apenas centrada no crescimento do PIB ou do PNB, antes defende, como já foi referido anteriormente, que estes promovam as liberdades humanas como veículo do seu crescimento. Entender o desenvolvimento como promotor da liberdade implica estar atento às diferentes privações básicas de liberdade como o acesso a alimentação, a saneamento básico, a saúde e a educação, habitação, trabalho mas também às liberdades cívicas e políticas. Os rankings existentes podem estar a correr o risco de deixar estes importantes fatores de parte e por isso devem ser considerados em conjugação com outros indicadores.

Sen acredita na liberdade como fator central de desenvolvimento porque é possível avaliar o progresso segundo o aumento das liberdades das pessoas e ainda porque a eficácia do desenvolvimento depende se este acontece em plena liberdade de todos.

A construção do desenvolvimento social tem na base a liberdades individuais que permitem e impulsionam que se conjuguem uma série de fatores determinantes neste sentido, gerando mais oportunidades.

As liberdades substanciais são componentes constitutivas do desenvolvimento, sendo mesmo fator que também conduz ao crescimento económico, ainda que não deva ser esse o seu critério impulsionador.

A liberdade é tão transversal que se aplica inclusivamente à capacidade de participar no mercado, sendo este meio privilegiado de relações económicas, a não participação nele também é fator de pobreza. Entenda-se mercado no sentido lato mas também no âmbito do trabalho e na possibilidade livre de acesso a esse mesmo trabalho.

“Cinco tipos distintos de liberdade visto de uma perspectiva “instrumental” são investigados particularmente no estudos empíricos a seguir. São eles: (1) liberdades políticas, (2) facilidades económicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protectora. Cada um desses tipos de distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidades geral de uma pessoa. Eles podem ainda atuar complementando-se mutuamente. As políticas públicas visando o aumento das capacidades humanas e das liberdades substanciais em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades.” (Sen 2000: 25)

Em suma, a liberdade não apenas como fim do desenvolvimento, mas como meio para o alcançar.

“Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.” (Sen 2000: 33)

Um desenvolvimento focado na liberdade implica necessariamente que as próprias pessoas participem nele e sejam os actores principais do seu próprio desenvolvimento, baseado nas suas capacidades humanas. A sua participação efetiva nos programas de desenvolvimento é indispensável. Uma orientação para promover esta participação é a adesão às prerrogativas democráticas.

Refere-se a importância da distinção entre desigualdade económica e desigualdade de rendimentos, uma vez que Sen considera que a desigualdade económica que deve ser combatida e não só não é o mesmo que desigualdade de rendimentos como esta última é uma inevitabilidade que pode inclusivamente ser justa na medida em que as pessoas têm necessidades diferentes, logo devem ter



rendimentos diferentes. As próprias instituições não devem ser vistas isoladamente ou por grupos, mas com a diversidade da sociedade no geral.

O Desenvolvimento Humano não está acessível apenas aos países ricos, pelo contrário, investir em saúde e educação deve ser a prioridades dos países pobres. Por outro lado o desenvolvimento deve permitir que se evitem os grandes males em massa e com tendência a perpetuar-se.

Surge também a ideia de capital humano associada à produção que Sen rejeita para falar duma potencialidade humana que leva à valorização da vida e ao aumento das escolhas. Neste sentido, são muito importantes os processos mas também as oportunidades concretas. É que para Sen, o desenvolvimento é, na verdade, um tremendo compromisso com as possibilidades de liberdade.

Robert McNamara foi um dos economistas mais relevantes na evolução das questões do desenvolvimento, tendo uma intervenção privilegiada enquanto presidente do Banco Mundial entre 1968 e 1991. Acreditava que a pobreza e a injustiça representam um perigo tão grande para a segurança de um país como uma ameaça militar, sendo a primeira, fator de instabilidade política especialmente em locais marcados por desigualdades fracturantes.

Procurou que o Banco Mundial emergisse como agência de desenvolvimento e no seu primeiro discurso como presidente do Banco Mundial defende que as evidências dessa época, como o crescimento das desigualdades de rendimento e a manutenção de grande parcela da população mundial em pobreza não obstante o crescimento económico dos seus países, já demonstravam que crescimento económico não era igual a redução de pobreza.

É ainda com Robert McNamara no Banco Mundial que surgem os projetos de Desenvolvimento Rural Integrado que deriva da definição como prioridade do combate à pobreza rural absoluta que se orientava numa lógica de abordagem orientada para a pobreza em que a agricultura surgia como fator de desenvolvimento. Mas em 1972 ao perceber que a pobreza não estava a diminuir, McNamara, reafirma a necessidade de combater a pobreza por imperativos políticos, senão fossem por outros. A “política” de McNamara passava muito pela questão de redistribuição, tendo sido vários documentos publicados com esse enfoque durante a gestão do Banco Mundial. Nestes documentos distingue-se pobreza absoluta de pobreza relativa, defendendo-se a implementação de políticas públicas que aumentassem a produtividade e rendimento dos mais pobres.

Ainda com McNamara, o Banco Mundial, acaba por adoptar o conceito de capital humano de Schultz que o defende as características que um determinado trabalhador possui e que implicam produção de valor económico, que podem ser alcançados através de formação e/ou experiência.

Em 1975, McNamara, na publicação do Banco Mundial “The assault of world poverty”, reconhece milhões a viver em pobreza inaceitável, existindo para além dessa ainda a pobreza absoluta que constituía um insulto à dignidade humana. O crescimento económico, de fato, não se traduziu em benefícios para todos. As estratégias de desenvolvimento deveriam ser reformuladas de forma a tornar os pobres mais produtivos.

De fato, começa a ser consensual tanto entre economistas como governantes que o crescimento económico necessita de integrar outras dimensões sociais sem as quais as pessoas não podem ser felizes.

Na sua primeira publicação dirigida a questões de saúde, o Banco Mundial, que apenas tratava de saneamento, esgotos, abastecimento de água, planeamento populacional e ambiente encontra necessidade de avaliar o impacto das questões da pobreza na saúde e doença e destas por sua vez na economia, analisar as políticas de saúde. São assim esboçadas orientações para a atuação do Banco Mundial neste campo.

Na linha das críticas da identificação do desenvolvimento com crescimento económico e com mudanças nas estruturas económicas, e reconhecendo que o desenvolvimento implica mais do que esses critérios, Seers (1979) defende três condições para que possa ser considerado que um país está em desenvolvimento: necessidades básicas satisfeitas; emprego; diminuição das desigualdades de rendimentos (porque a sua existência também produz desigualdades a outros níveis). Num patamar seguinte dever-se-ia ponderar outros fatores como educação, participação política, independência económica e política e num último patamar, a liberalização de códigos sexuais repressivos e a redução da poluição. Também este autor apresenta críticas ao PIB como único indicador de desenvolvimento por não caracterizar fielmente a realidade nem as desigualdades, não contendo em si outros critérios para além dos rendimentos. No entanto, o autor reconhece que não é fácil recolher dados nos países em vias de desenvolvimento, associada esta questão a uma complexidade dos dados de desenvolvimento que são necessários reunir, ainda que estas não possam ser razões para deixar de procurar fazê-lo.

Também podemos encontrar um enquadramento das principais questões do desenvolvimento na autora Diana Hunt (1989) que propõe uma análise da evolução das teorias económicas sobre o desenvolvimento que evoluem nos anos 80 para uma consideração dos fatores não económicos do desenvolvimento. Para além desta novidade, compreende-se também que não é possível uma tipificação dos chamados países em vias de desenvolvimento, uma vez que cada um deles comporta aspetos económicos, políticos e sociais muito específicos, não sendo possível generalizar os seus contextos. No máximo, é possível agrupá-los por tipo de países em vias de desenvolvimento. Também se revela importante reconhecer que não se deve catalogar todos os elementos de análise do desenvolvimento só de acordo com um paradigma, uma vez que essa classificação pode levar a uma inflexibilidade de visão sobre estas questões. Esta autora definiria os sete seguintes paradigmas: paradigma da acumulação de capital; paradigma estruturalista; paradigma neo-marxista; paradigma da análise de dependência; paradigma maoista; paradigma das necessidades básicas; paradigma neo-clássico.

Sendo o mais relevante para o conceito de Desenvolvimento Humano, o paradigma das necessidades básicas. Considerando este paradigma, constatamos que se dirige às necessidades mais imediatas, tendo como principais preocupações a eliminação da pobreza absoluta e o crescimento económico. Centra-se no crescimento sustentável como meio e fim. A estratégia passará mais por um modelo de justa distribuição de base local em que a economia tradicional tem um peso significativo no aumento da produtividade, oferta e procura.

Hicks e Streeten (1979) também relativamente ao paradigma das necessidades básicas, defendiam que a esperança média de vida (ideia também proposta por Sen, como já foi referido anteriormente) deveria ser um indicador da satisfação das necessidades básicas, sendo um dos critérios não-financeiros do desenvolvimento. Por outro lado, em países com esperanças médias de vida próximas, poder-se-ia usar um critério de avaliação da educação como a literacia. Recomendavam ainda o desenho de indicadores que permitissem aferir a qualidade de vida.

Numa fase inicial de lógica de satisfação das necessidades básicas, é fundamental ajuda internacional, nomeadamente para investir numa reforma agrícola mas de pequena escala que considerasse os meios e as culturas locais. O princípio seria o de atingir primeiramente um nível mínimo de consumo e acesso a serviços básicos. Uma condicionante deste paradigma é a necessidade imperativa de existência de vontade política para o concretizar. Na perspectiva do Desenvolvimento Humano defende-se uma maior intervenção do Estado que permita aos pobres atingirem uma igualdade de acesso a bens e serviços básicos. Evidencia-se aqui, que para construir uma estratégia de desenvolvimento, os fatores determinantes são: localização, recursos naturais disponíveis e as condições económicas, sociais e políticas de cada país. Isto inclui a dimensão do mercado interno e questões estruturais dos recursos naturais. Existe um entendimento, mais uma vez, de que o desenvolvimento económico não é suficiente para resolver os problemas dos países pobres. Diana Hunt acaba por sintetizar o que os outros autores do Desenvolvimento Humano afirmam acerca destas questões.

Em 1996, o Relatório de Desenvolvimento Humano revela uma grande preocupação com o crescimento da pobreza a um nível global e com a crescente diferença entre países ricos e países pobres. O fato de 89 países estarem pior àquela data do que quinze anos antes era inquietante. O crescimento económico ao nível mundial era significativo e importante mas não era homogéneo.

Introduz-se neste relatório uma diferença significativa na avaliação destes países através dum fator não económico, chamado medida de privação das capacidades. Esta medida pretende aferir a percentagem de população sem capacidades humanas básicas e/ou essenciais para sobreviver e/ou sair do ciclo de pobreza e promover o seu Desenvolvimento Humano. Os indicadores para esta medida são: percentagem de crianças até 5 anos com peso abaixo da média, percentagem de nascimentos não assistidos por profissionais de saúde e taxa de analfabetismo feminino.

Não se pode promover o Desenvolvimento Humano sem crescimento económico, mas o crescimento económico sem desenvolvimento também não se revela sustentável, numa forma geral esta realidade é constatável nos países desenvolvidos. Por exemplo, em todas as situações em que a educação aumentou, a economia também cresceu.

Não é apenas importante crescer quantitativamente mas também qualitativamente: não se deve criar crescimento sem emprego, criar crescimento que aumente as disparidades sociais, crescimento sem liberdade de expressão/sistema político justo; crescimento que negue as referências culturais; crescimento que não seja sustentável.

Os países desenvolvidos devem apostar novas abordagens ao emprego, maior equidade, revisão de padrões de consumo de energia, melhoria de apoios para a maternidade, infância, aos mais pobres

e aos idosos. Mas é necessário garantir que a globalização não pode servir para gerar excessos nem desigualdades crescentes.

Os países em vias de desenvolvimento deveriam procurar aliviar a sua dívida, internacionalizar os seus mercados e planejar e prestar apoio aos programas de desenvolvimento.

Por outro lado, também surge aqui a criação do Índice de Desenvolvimento Humano procurava ser um complemento do PIB, que avaliasse o Desenvolvimento Humano. Ainda que não seja uma medida afira a felicidade, indica mais sobre as reais condições de vida sobre cada país. Assim, corrigindo o PIB pelo ajuste ao poder de compra da moeda de cada país, equaciona também a longevidade (pela expectativa de vida ao nascer) e a educação (através do índice de analfabetismo e da taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Os rendimentos são contabilizados segundo o PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

"Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantá-lo) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano."

(Sen, 1999: introdução PNUD 1999).

Na sequência de vários estudos e conclusões dos vários relatórios de Desenvolvimento Humano, no ano de 2000 por ocasião da Cimeira do Milénio, os estados membros das Nações Unidas, acabariam por definir objetivos de desenvolvimento até 2015, numa tentativa de corrigir erros de alinhamento por um lado e por outro procurando concretizar o caminho do desenvolvimento. Estes objetivos chamam-se Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e são oito, a saber:

- OBJETIVO 1: Reduzir a pobreza extrema e a fome
- OBJETIVO 2: Alcançar o ensino primário universal
- OBJETIVO 3: Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres
- OBJETIVO 4: Reduzir a mortalidade infantil
- OBJETIVO 5: Melhorar a saúde materna
- OBJETIVO 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças
- OBJETIVO 7: Garantir a sustentabilidade ambiental
- OBJETIVO 8: Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento

Cada um destes objetivos possui metas específicas e quantificáveis a atingir e almejam reduzir a pobreza e promover o Desenvolvimento Sustentável. Este foi um acordo importante para mobilizar os países para as questões do desenvolvimento que está neste momento em avaliação de esforços.

É importante referir que a abertura deste conceito tanto com Amartya Sen, como McNamara ao nível do Banco Mundial resulta da incontornável constatação do falhanço das abordagens económicas ao desenvolvimento e do contínuo crescimento da pobreza a nível mundial. Compreende-se que as soluções meramente económicas não estavam a resolver os problemas das pessoas e em muitos casos, chegavam mesmo a agravá-los. Por outro lado, uma pessoa não vive apenas de economia, pelo que não se considerarem outros aspetos tanto ou mais importantes para a sua existência, ainda que aconteça um crescimento e/ou um desenvolvimento económico, este nada terá a suportá-lo a longo prazo.

### **1.3. Desenvolvimento Integrado**

Este conceito permite ter uma perspectiva mais global e sistémica do desenvolvimento na medida em que conjuga os seus diferentes âmbitos e impactos na vida das pessoas. Assume o desenvolvimento como um todo, procurando investir num processo que não incida apenas sobre um aspecto da vida de cada um, mas que a melhore significativamente na sua globalidade.

“O processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.” (Amaro, 2003: 59)

O autor Augusto Franco apresenta uma perspectiva de Desenvolvimento Integrado que engloba também o aspecto local e sustentável, definindo-o desta forma:

“O desenvolvimento local integrado e sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.” (Franco, 1998: 7)

O autor acaba por identificar 10 consensos que são necessários para promover este tipo de desenvolvimento, ainda que nem todos sejam relevantes para o conceito aqui abordado.

O primeiro seria então o reconhecimento de que o desenvolvimento local integrado e sustentável favorece a criação de laços comunitários e/ou um contexto que ajuda a manifestar a identidade dessa comunidade. Assim, de alguma forma também se aborda o desenvolvimento local/comunitário como uma das vertentes a ter em conta nesta perspectiva.

Como terceiro ponto de consenso encontramos a necessidade de reunir as diferentes experiências de desenvolvimento local integrado e sustentável, para que estas se constituíssem efetivamente como uma alternativa complementar global de desenvolvimento, sendo para isso recomendável a existência de uma estratégia nacional de desenvolvimento e uma política pública correspondente a essas directrizes. No entanto, vale a pena salvaguardar, que o grau de sustentabilidade das transformações promovidas pelas estratégias de desenvolvimento depende da sua interação com a economia em geral, da estratégia de desenvolvimento do país e do movimento de investimentos públicos e privados. Para que tudo isto seja possível é ainda essencial que num novo paradigma da

relação entre Estado e sociedade (articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação), surja um novo sistema de gestão de políticas públicas. O que significaria que a concepção e implementação das políticas públicas acontecessem de forma invertida: saindo as comunidades até chegar ao Estado, enquadradas em objetivos e estratégias nacionais direccionadas para o desenvolvimento local. Não menos importante é ter em conta as propostas do poder local para que seja possível trabalhar de uma forma holística os problemas e as soluções.

O sexto consenso depreende a constituição de uma nova dinâmica económica integrada de base local que conduza a uma diversidade económica e a uma complementaridade de empreendimentos geradora de iniciativas sustentáveis. Para tal seria significativo incentivar um desenvolvimento tecnológico adequado as condições de que a comunidade dispõe.

O sétimo consenso obriga à existência de recursos exógenos assim como a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados. Os recursos locais devem ser considerados como contributos essenciais para o processo de desenvolvimento, apesar de não serem muitas vezes quantificáveis. A participação das comunidades é fulcral através desta mobilização e canalização dos seus recursos. Por outro lado interessa fomentar uma maior responsabilidade social das empresas e uma governança mais partilhada. Aqui é possível identificar uma orientação na linha do conceito de desenvolvimento participativo, assim como acontece no consenso seguinte.

No oitavo consenso existe um entendimento de que este desenvolvimento reclama a intervenção de agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da sociedade civil, voluntários e remunerados, tendo inerentes as questões da sua mobilização, contratação e da capacitação dos mesmos. Porém, importa sublinhar que a presença de técnicos externos é ineficaz senão existir uma participação efetiva e massiva da comunidade local, uma vez que esse é o garante da sustentabilidade e possibilidade de replicação destes projetos. É fundamental a capacitação destes agentes locais da sociedade civil em temas centrais como planeamento participativo, microcrédito, comercialização, marketing empresarial e em metodologias de capacitação. Estas últimas devem contemplar os aspetos económicos, sociais, políticos e culturais, facilitando o desenvolvimento “ (...) mas como um processo dialógico, criativo, participativo, crítico, holístico e formativo, e como um elo entre o local e o global.” (Franco, 1998: 18)

Como nono ponto de consenso encontramos como condição uma nova base de informação desagregada possibilitadora duma análise mais apurada da economia e da realidade social local e a construção de novos indicadores locais de desenvolvimento que definam índices capazes de aferir os níveis de qualidade de vida e de sustentabilidade obtidos ao longo do processo.

Por último, é crucial que a população envolvida esteja consciente das potencialidades dum processo mais solidário de desenvolvimento, o que implica a utilização de estratégias de comunicação social e marketing compatíveis.

Como autor do Desenvolvimento Integrado também podemos reconhecer François Perroux que introduz nas reflexões sobre crescimento e desenvolvimento, a ideia de progresso, preocupado igualmente com os grandes riscos associados a um crescimento sem desenvolvimento. Acredita nesta ideia de que os progressos são as várias componentes de eficácias do desenvolvimento e crescimento e que o conceito de progresso em si, refere-se à propagação da inovação a baixos

custos humanos com uma celeridade adequada e inserida numa rede de relações cujo sentido se universaliza. A inovação deve também ser socialmente ajustada à realidade onde acontece e assim também os diferentes progressos parcelares estão dependentes dum entendimento social. Pode-se classificar da seguinte forma os diferentes tipos de progressos em confronto: progressos de pormenor e progressos massivos, progressos de quantidade e progressos de qualidade.

O progresso resulta assim do conflito social na medida em que é da tensão entre os diferentes interesses das partes que ele acontece. Por outro lado, o progresso tem como inimigos: os segredos de negócios, as razões de Estado e os próprios actores da vida económica que rejeitam a teoria geral do progresso porque receiam que esta coloque em causa o modelo social vigente.

Para além da questão do progresso, este autor debruça-se sobre o Desenvolvimento Integrado como um desenvolvimento novo, a partir dum desafio feito pelas Nações Unidas a uma reflexão sobre a filosofia do desenvolvimento.

Neste sentido, afirma que o desenvolvimento é paradoxo entre a vontade deste progresso anteriormente referido e a desconfiança face a ele, sem nunca deixar de alertar que o desenvolvimento deve sempre tender para o homem como sujeito e agente do mesmo e para as sociedades onde se insere, para a sua finalidade e objetivos evolutivos.

O autor adverte para uma economia que valoriza o dinheiro (*économie de l'argent*), esquecendo-se da dimensão humana da economia (*économie de l'homme*), identificando que o desenvolvimento na ordem económica se revela a três níveis: a articulação das partes num todo, a acção e a reacção dos sectores entre si, ao nível dos recursos humanos enquanto detentores de alguma probabilidade de ganhar em eficácia e em qualidade nas estruturas evolutivas.

Assim, propõe uma abordagem de desenvolvimento que seja global, integrado e endógeno. Global enquanto congregador de todas as dimensões humanas, das estruturas, nações e regiões, endógeno num pressuposto de utilização e valorização dos recursos internos de um país e integrado numa lógica pluriregional de maior coesão nos sectores, nas regiões e nas classes sociais. A esta proposta sucede a de diferentes planos para os diferentes níveis. No plano de desenvolvimento global surge a necessidade de garantir as questões da saúde, da higiene e da educação. O plano de desenvolvimento endógeno implica a promoção do potencial dos recursos humanos, a repartição de tarefas, a colaboração internacional e a comunicação do topo da hierarquia para as bases e vice-versa (em súplica de confiança entre governantes e governados). Por último, no plano de Desenvolvimento Integrado, estabelecem-se pontes entre o exterior e o sistema interno de produção, comércio e repartição; pontes entre indústrias e agriculturas internas. Existem, efetivamente, uma pluralidade de indicadores económicos, sociais e culturais para o desenvolvimento.

Coloca-se identicamente a questão de que a pessoa humana enquanto participante destes desenvolvimentos económicos e sociais, também acaba por ser fator de oposição e resistência numa dialética tão histórica quanto incontornável do desenvolvimento de um conjunto e do desenvolvimento pessoal do indivíduo.

Retomando também as questões do progresso, percebemos que: “Dado que não há mercado sem sociedade e sem organização, a passagem dos progressos económicos ao progresso económico

supõe condições de segurança e liberdade, de formação e de educação que são do domínio político e social.” (Perroux, 1981: 68). A isto acresce o fato de não existir crescimento nem progresso auto-sustentado.

Nesta concepção de desenvolvimento, a lógica da economia de mercado é substituída pela lógica da economia da solidariedade e encontramos aspetos interdependentes do novo desenvolvimento: dialética das necessidades fundamentais e do poder de compra; dialética da independência e da cooperação; dialética das estruturas económicas internas e externas. O Desenvolvimento Integrado coloca-se agora como articulação de nações e regiões de nações ao nível mundial com a obrigação mútua de se esclarecerem, apoiarem e ajustarem economicamente para bem da humanidade inteira.

#### **1.4 Desenvolvimento Sustentável**

Podemos apresentar este conceito como o processo de satisfação das necessidades atuais que não põe em causa a satisfação das necessidades das gerações futuras (Amaro, 2003: 56).

No entanto até chegar aqui, precisamos de compreender o caminho do Desenvolvimento Sustentável acaba por ser iniciado na Conferência de Estocolmo em 1972 com preocupações sobre o Ambiente Humano. Começava-se a intuir que as questões do desenvolvimento tinham necessariamente que passar também pela própria relação do ser humano com o ambiente envolvente, com a natureza, na medida em que a acção humana sobre a natureza implica consequências que depois acabam por afetar, de volta, o próprio homem. Esta primeira abordagem chamava este conceito de ecodesenvolvimento. Paralelamente um grupo de investigadores, Clube de Roma, alerta com um relatório sobre este assunto para os limites do desenvolvimento. Este mesmo grupo de investigadores do Clube de Roma acaba por definir cinco variáveis que permitissem aferir o Desenvolvimento Sustentável: população, produção industrial per capita, produção alimentar per capita, utilização de recursos e poluição. No entanto, ao olhar para esta conjugação, de fato, não era possível ter uma boa perspectiva desta vertente sustentável do desenvolvimento.

Após a criação de uma Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento em 1983, é publicado em 1987 um relatório chamado “Our Common Future” que alerta para a necessária relação entre a promoção do ambiente e a promoção do desenvolvimento, na medida em que ambos se inter-influenciam diretamente. O ritmo do crescimento económico, sem qualquer tipo de considerações ambientais, já era insustentável e não poderia continuar no mesmo registo.

Já em 1992 realiza-se a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, reunindo um número significativo de países e organizações não-governamentais. É aqui que se valida a passagem deste conceito de ecodesenvolvimento para Desenvolvimento Sustentável. Reafirmando a necessidade de garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental, introduz-se a questão de uma saudável e indispensável cooperação entre os povos, especialmente entre os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos. Daqui nasce a Agenda 21 e segue-se a Convenção sobre as Alterações Climáticas, a Biodiversidade e a Desertificação. No entanto, sempre foi difícil que os países chegassem a



compromissos devido aos seus muito diferentes interesses. Começa aqui também a ser apontada a sustentabilidade, não apenas como questão ambiental mas imperativo social, na medida em que todas as dimensões do ser humano devem estar asseguradas para que a própria estabilidade mundial esteja garantida. Acaba por surgir o conceito de capital natural na sequência das grandes catástrofes, quando se sentiu a necessidade de ligar as questões ambientais às questões económicas.

Em 2002 em Joanesburgo, a segunda Cimeira da Terra, trata sobretudo da cooperação internacional, da redução da pobreza nos países em vias de desenvolvimento e do empowerment das mulheres e da manutenção da biodiversidade. Estabelece como desafios concretos a criação dum fundo solidário alimentador 0,7% do PIB de cada país, reduzir o número de pessoas a viverem com menos de 1 dólar/dia; fomentar as energias renováveis; prevenir a extinção de espécies de plantas e animais e reduzir o fenómeno da pobreza. É necessário promover equilibradamente três dimensões: crescimento económico, coesão social e preservação ambiental. Nesse sentido, importa promover uma solidariedade intergeracional, que dê uma visão de conjunto e futuro, uma gestão coerente e consciente dos recursos naturais e uma mudança de paradigma quanto à durabilidade dos processos de produção e consumo (Amaro, 2003: 56).

“O Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas necessidades” (O Nosso Futuro Comum/Relatório Brundtland, 1987: 46)

Retomando ainda o autor Augusto Franco e, neste mesmo sentido, também ele afirmava que um desenvolvimento deve procurar promover modelos socioeconómicos mais sustentáveis que integrem fatores ambientais, sociais e económicos (incluindo os aspetos culturais, políticos e institucionais) construídos no âmbito de parcerias que impliquem o planeamento e a gestão, fomentando ainda a organização físico-territorial e a gestão ambiental. Uma das concretizações destes modelos, encontra-se no segundo consenso (dos já referidos anteriormente que seriam necessários para um desenvolvimento local integrado e sustentável) necessário seria o de que este desenvolvimento tem a capacidade de potenciar a melhoria da qualidade de vida das populações e de estilos de vida mais sustentáveis, tornando possível que elas próprias sejam capazes de colmatar as suas necessidades imediatas, definindo e revelando as suas vocações locais e competências específicas, facilitando as trocas externas com a sua diferenciação local. Nesta lógica é possível encontrar novas soluções para a superação de problemas de diferentes naturezas. Um aspecto relevante neste ponto é a importância de, neste sentido, promover o aumento de rendimentos e do emprego.

Também encontramos referências a estas questões em autores portugueses como Viriato Soromenho Marques que faz uma apologia de “ (...) uma economia mais sustentável, sem rupturas, mantendo e aprofundando, com reformas no sentido da maior sustentabilidade e maior transparência, a arquitectura da globalização.” (Soromenho Marques, 2011: 4)

Em termos práticos para que isto seja possível, é importante uma aposta na alteração de políticas industriais e produtiva e a diminuição radical do consumo de energia e de matérias de produção de

unidade de PIB. No entanto, existe uma corrente mais influente que defende o vínculo entre reforma das políticas e tecnologias energéticas.

O que não é possível é não existir uma preocupação crescente no combate às ameaças climáticas e nesse sentido surge a Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. No seguimento desta preocupação, compreendemos que para muitos a questão do Desenvolvimento Sustentável já surgiu demasiadamente tarde e que neste momento está, efetivamente, comprometida a sobrevivência da humanidade.

Assim, o Desenvolvimento Sustentável, crítica o ainda vigente compromisso com a economia clássica e afirma que para além da sustentabilidade, alguns autores consideram que é necessário provocar o decrescimento, uma vez que o desenvolvimento foi uma máscara para o crescimento que é um problema e não a solução. Serge Latouche (2007 citado em Soromenho Marques, 2011: 6) é um destes autores que propõem um decrescimento progressivo baseado na implementação dos 8 R's: reavaliar, reconcetualizar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir e reutilizar/reciclar.

De fato, surgem propostas de políticas públicas que levem a uma prosperidade sem crescimento mas existem, simultaneamente, alguns autores que propõem o abandono das estratégias governamentais para defenderem as mudanças locais ao nível dos municípios, no sentido de uma verdadeira transformação do modelo económico e social. Como fruto das suas reflexões sobre estas questões, Viriato Soromenho Marques, defende uma postura intermédia entre o optimismo e o pessimismo, em que cada um deve assumir o seu nível de responsabilidade para com as questões da sustentabilidade.

Numa outra obra sua, este mesmo autor, afiança que o Desenvolvimento Sustentável tem origem “num profundo sentimento de culpa (mesmo que débil e confusamente formulado) em relação às gerações futuras e em relação às outras criaturas que a intensidade do nosso presente coloca em causa” (Soromenho Marques 2005: 5).

O que o autor procura demonstrar é que “A crise do ambiente é uma crise radical e global da nossa identidade e da nossa capacidade de continuar a habitar a Terra.” (Soromenho Marques 2005: 7) Assim, apesar de conhecermos mais formas de vida, promovemos é a homogeneidade.

É urgente governar a Terra como um todo, não cedendo a um niilismo tecnológico, criando um espaço para uma ética que pressuponha a Terra como casa, uma vez que também esta crise da Terra, é uma crise de identidade humana. A Terra tem de ser olhada não só como planeta mas como comunidade, sendo necessário criar fundamentos conceptuais para a ética e as certezas acerca das fronteiras e critérios de inclusão/exclusão do conceito de comunidade. Sendo que uma ética de futuro terá que ser uma ética de responsabilidade que apoiem as questões do direito e concorram para uma reinvenção da política.

Importa ainda referir que Viriato Soromenho Marques, menciona no seu artigo “A Crise Ambiental” que, nesta crise ambiental e social global, “A política ambiental atravessa, por consequência, transversalmente todo o tecido social, tornando-se inseparável do tipo e modo de funcionamento do sistema político e das linhas de força da política económica de um dado país ou bloco. É esse horizonte de totalidade política integrada que, geralmente, recebe a designação de Desenvolvimento Sustentável” (Soromenho Marques 2005: 10).

Não se poderia, no entanto, deixar de referir o grande autor do Desenvolvimento Sustentável: Ignacy Sachs. Segundo Ignacy Sachs (1993) existiam duas crises relevantes: a ambiental e a social que é, na sua opinião, mais grave. A crise social assenta sobretudo nas questões do desemprego e do subemprego. Os resultados que se procurarão com as primeiras iniciativas de desenvolvimento, não só não se concretizaram, como mostraram que não é possível nem desejável reproduzir os modelos de desenvolvimento dos países industrializados e ainda, por essa via, homogeneizar as sociedades e as culturas a nível mundial. O que se pode constatar até é o oposto de um desenvolvimento: aconteceu um agravamento das condições (mais exclusão social, maior segregação espacial, uma pobreza endémica, maior número de sem-abrigo) não só nos países em vias de desenvolvimento mas também nos países desenvolvidos. No entanto, nunca se cresceu tanto economicamente falando como nestes tempos, a riqueza é que não é devidamente distribuída associada a um perverso desvio de capital financeiro e de um investimento produtivo para o investimento especulativo. Esta ideia coincide com a defesa de um decrescimento presente no já referido autor Viriato Soromenho Marques.

O tipo e a velocidade de crescimento que acontece atualmente, tem implicações diretas na natureza, isto é, numa degradação ambiental, no aumento da pobreza e da exclusão social. À semelhança também de Viriato Soromenho Marques que a sua análise considera que o que ocorreu foi uma “mudança radical na relação entre cultura humana e o mundo natural” (Soromenho Marques 2005: 176 [5]), numa tentativa de tornar a biosfera num subsistema da cultura humana. O problema reside no imenso poder do homem face à natureza sem nenhum parâmetro de controlo da sua atividade, numa usurpação ilícita do planeta. Prevalece uma lógica de escalada crescente das necessidades humanas, sempre insatisfeitas. Por outro lado, o incremento do poder do Estado e do mercado encontram-se dominados por ambições militares e mercantis. Outro fator preocupante é a inexistência de políticas energéticas, uma vez que são pouco atraentes dentro deste contexto.

Sachs conclui daqui, paralelamente a outros autores já supracitados, que o que acontece não é desenvolvimento, uma vez que crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento. A própria expressão desenvolvimento é dúbia na medida em que remete muitas vezes para a questão economicista, e a expressão sustentável restringe-se frequentemente ao plano ecológico e assim surge a necessidade de introduzir para além do social também, os critérios culturais e espaciais. Existem vários tipos de crescimento que não promovem desenvolvimento: se por um lado o crescimento selvagem acentua o primado da questão económica também existe um crescimento que é, aparentemente, socialmente benigno mas que apesar de ecologicamente sustentável, é simultaneamente gerador de alto desemprego. Para um verdadeiro desenvolvimento é necessário outro paradigma de desenvolvimento, cuja finalidade seja social, baseado em fundamentos éticos e assente em três critérios: relevância social, prudência ecológica e viabilidade económica. Estes três pilares do Desenvolvimento Sustentável traduzem-se nesta solidariedade com as gerações presentes e futuras numa base de eficiência económica. É importante sublinhar que para além da solidariedade com as gerações futuras tão referida, é necessário estar em solidariedade também com as gerações presentes como já defendia o Relatório Bruntland.

Assim, o Desenvolvimento Sustentável, segundo Sachs, deve englobar cinco dimensões: social, económica, ecológica, espacial e cultural. Não se deve centrar o Desenvolvimento Sustentável apenas nas questões da ecologia, uma vez que esta é apenas uma entre as outras dimensões. A dimensão ecologia implica a interação entre vários aspetos e a definição de orientações dirigidas à protecção do meio ambiente. Relativamente à sustentabilidade social, esta implica que se invista na minimização das diferenças sociais e uma distribuição mais justa da riqueza. Ao nível da sustentabilidade económica é necessário procurar um entendimento que se traduza numa análise da eficiência à luz duma avaliação macrosocial. Quanto à dimensão espacial, esta deve focar-se na distribuição territorial da população e das atividades económicas, privilegiando estrategicamente os espaços rurais. Por último, a dimensão cultural, deve procurar a sua sustentabilidade numa modernização endógena que promova atividades especialmente direcionadas para o seu contexto próprio. Para este autor é muito importante investir num planeamento do desenvolvimento elaborado entre todos os actores do terreno, que não evidencie a dimensão económica acima das restantes. Não se pode deixar de integrar todas as dimensões destacando sempre a questão social e tendo como referencial de limite de crescimento económico a dimensão ecológica.

Sobretudo compreender que neste conceito, quando falamos de Desenvolvimento Sustentável não nos referimos apenas a questões ambientais. Referimo-nos a uma sustentabilidade social que implica que existe uma satisfação individual e coletivas quanto às dinâmicas do seu contexto, a uma sustentabilidade política que permite manter igualmente em estabilidade e liberdade a condução de cada país, a uma sustentabilidade económica que garanta emprego ao maior número de pessoas possível para que a própria economia possa ser alimentada pelas mesmas, uma sustentabilidade humana que inclui desde aspetos mais demográficos a questões de realização pessoal, cultura, espiritualidade, etc. A sustentabilidade ambiental depende de todas estas e vice-versa, na medida em todas as dimensões têm repercussões entre si.

Para que tudo isto seja possível, é indispensável o desenho de políticas públicas que permitam a convergência de critérios de rentabilidade microeconómica com critérios de eficiência macro social de forma a evitar a externalização de custos sociais e ecológicos. Estas políticas implicam a definição de projetos e estratégias nacionais que promovam o emprego, uma vez que se pode comprovar que as políticas compensatórias e assistencialistas não só não resolvem o problema da exclusão e do desemprego como não agem sobre a raiz do problema. Entre as várias questões práticas a implementar deve existir uma aposta numa inserção produtiva das pessoas, baseada em critérios sociais, económicos e ecológicos. Aponta também a necessidade de reduzir a migração para áreas urbanas, pois ela raramente conduz à integração urbana. Por outro lado, seria profícuo repensar a utilização dos recursos naturais de forma “socialmente justa e ecologicamente prudente”. Existe ainda o caminho de reestruturar e modernizar a agricultura também ao nível das técnicas empregues pela agricultura familiar de subsistência, uma vez que o autor acredita que seria no campo da agricultura que se resolveria grande parte do problema do desemprego, promovendo a pequena propriedade rural moderna que se baseie em agricultura ecológica, sobretudo em países de dimensões continentais.

Outra proposta seria a de promover a bioenergia e o aproveitamento industrial da biomassa, reaproveitando espaços agrícolas que não tenham produção alimentar e impedindo a desertificação. O aproveitamento da biodiversidade (e a criação de bancos locais sobre a mesma), utilizando os avanços da biotecnologia e fazendo uma gestão adequada do ambiente, origina a criação de empregos que não acontece com a utilização de outras matérias como o petróleo, assim, também seria interessante investir na conservação de água como forma mais barata de produzir energia. A simples promoção da reciclagem também gera emprego.

Sachs defende que a diversidade biológica e a diversidade cultural são inseparáveis e que é necessário um apoio na etnociência: combinando a utilização corrente das populações dos recursos locais com as técnicas do conhecimento científico para intensificar a produtividade dos recursos naturais, sem destruir o meio ambiente.

Em termos metodológicos da identificação de estratégias, deve procurar-se ter dados suficientes para tomar decisões rápidas, mesmo que não sejam dados muito extensos ou exactas, para ser possível agir em tempo útil. Existe um reconhecimento da dificuldade de ter uma escala para trabalhar devido à diversidade de ecossistemas, pelo que se recomenda obtê-la através duma correcta avaliação ambiental.

Por último, importa fazer uma pequena referência a Edgar Morin como concetualista a um nível mais profundo do Desenvolvimento Sustentável. Para o autor, a divisão e especialização da ciência levou a um olhar fragmentado sobre o mundo sem um diálogo transdisciplinar, acarretando inclusivamente uma subjugação também da ciência ao poder económico e político. Para combater esta orientação, é necessário estimular um pensamento complexo que permita ter outra(s) perspectiva(s) da realidade, inovador mas simples, que conduza a uma multidisciplinaridade real que possibilite a interação entre as diferentes dimensões sociais e os diferentes tipos de conhecimento. O autor defende uma ecologização do pensamento como forma retirar um foco exclusivamente antropocêntrico do mundo e associando a cultura à natureza, cuidando desta última numa perspectiva sustentável.

A complexidade das questões do Desenvolvimento Sustentável também advém dos seus diversos fatores que interagem em permanência: ecológico, político, social, humano, ético, moral, étnico e religioso.

A sustentabilidade deve estar apoiada no princípio de solidariedade oposta ao modelo de desenvolvimento economicista que se tem implementado numa base de racional da industrialização. A própria economia também deve repensar a sua escala face às questões ecológicas que não traduzem em décadas mas em séculos e milénios. Os valores da cooperação devem estar acima dos interesses individualistas, usufruindo dos saberes locais e globais para a sustentabilidade dum desenvolvimento que também procura a paz.

Ainda que originalmente este conceito fosse bastante relacionado com as questões ecológicas, compreende-se também que acabou por ser essa grande preocupação que levou a um grande debate e a uma significativa evolução do conceito desde a sua origem, tendo sido provavelmente o conceito que progrediu neste sentido.

Com estes conceitos de Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Integrado e Desenvolvimento Sustentável, penso que acima de tudo, compreendemos que todos eles consideram a questão económica apenas um dos aspetos a abordar em termos do desenvolvimento e nunca como questão central do desenvolvimento. Por outro lado, todos procuram integrar as diferentes circunstâncias implicadas num processo de verdadeiro e pleno desenvolvimento.

## **CAPÍTULO II – INTRODUÇÃO ÀS ENCÍCLICAS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**

A Doutrina Social da Igreja é o conjunto de documentos orientadores do pensamento e da acção que se tem desenvolvido desde 1891 dentro da Igreja Católica, relativamente às questões sociais que vão afectando e atravessando a humanidade e que necessitam de uma resposta e/ou duma reflexão concreta. Para compreender o seu percurso vale a pena fazer um histórico dos documentos e das suas ideias principais que acabaram por ser compiladas no Compêndio da Doutrina Social da Igreja em 2004. No entanto, a produção sobre este tema não está de todo encerrada e, mais recentemente (2005 e 2009), o Papa Bento XVI, publicou as Encíclicas “Deus Caritas Est” e “Caritas in Veritate”, respectivamente, que também renovam e atualizam alguns conceitos vindos desde o início deste pensamento e ainda chama a atenção para os novos problemas e questões que se colocam face as necessidades do mundo atual.

Os contributos que a Igreja Católica tem dado para as questões do desenvolvimento ao longo destes cerca de 123 anos, saem precisamente dos documentos da Doutrina Social da Igreja e também por essa razão, apresentam-se aqui não todos, mas os mais relevantes nesta matéria.

O Romano Pontífice sempre possuiu especial autoridade nas comunicações que proclama ao Povo de Deus, sendo que, invariavelmente ao longo da história da humanidade desde que existem papas, isso também se traduziu num impacto para o restante mundo não católico. Seja pela positiva ou pela negativa, a palavra de um Papa nunca é indiferente e acaba sempre por ser objecto exaustivo dos mais diferentes tipos de análise. Com o Papa Leão XIII que inaugurou os documentos da Doutrina Social da Igreja com a encíclica “Rerum Novarum” não foi diferente.

Considera-se então que o documento inaugurador duma tomada de posição mais pública da Igreja Católica e até orientadora para os cristãos, foi a publicação da encíclica “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII em Maio de 1891. Num tempo marcado pela constituição de alguns Estados Nacionais, pela revolução industrial juntamente com a consolidação do liberalismo e ainda pelo surgimento do Manifesto do Partido Comunista, 50 anos antes. Foi ainda publicada no mesmo ano em que é fundado o Partido Socialista Italiano que depois da queda de Roma, assiste à unificação do país e ao alargamento do direito de voto. Mesmo dentro da própria igreja a questão operária e a sua relação com o cristianismo está presente no Bispo de Mainz e acontecem grandes peregrinações de operários a Roma.

As questões mais preocupantes eram, de fato, as poucas condições a que os trabalhadores estavam sujeitos devido à lógica da produtividade e do capital imperarem acima de tudo e o apoio que era necessário dar a estes mesmos trabalhadores. Se por um lado se refere uma predominância da lógica da produtividade e do capitalismo que prejudica os trabalhadores, por outro também se critica o socialismo. Mas não deixa de sublinhar: “ (...) não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.” (Leão XIII, 1891: nº 9)

A crescente industrialização não era compatível com os modelos de sociedade vigentes à data, ainda muito enraizados no meio e na propriedade rural. O Papa Leão XIII questiona tanto a defesa da propriedade coletiva pelo socialismo como o liberalismo económico imposto pelo capitalismo. Uma preocupação transversal a toda a encíclica é a conflituosidade latente e a conflituosidade real entre operários e patrões, no sentido em que o Papa quer evitar que se optem por posições consideradas extremistas.

Por outro lado, ainda que haja uma defesa efetiva da propriedade privada, existe simultaneamente um forte apelo à redistribuição dos bens dos ricos pelos mais pobres.

“A propriedade particular, já o dissemos mais acima, é de direito natural para o homem: o exercício deste direito é coisa não só permitida, sobretudo a quem vive em sociedade, mas ainda absolutamente necessária. Agora, se pergunta em que é necessário fazer consistir o uso dos bens, a Igreja responderá sem hesitação: «A esse respeito o homem não deve ter as coisas exteriores por particulares, mas sim por comuns, de tal sorte que facilmente dê parte delas aos outros nas suas necessidades. (...) Mas, desde que haja suficientemente satisfeito à necessidade e ao decoro, é um dever lançar o supérfluo no seio dos pobres: «Do supérfluo dai esmolas». É um dever, não de estrita justiça, excepto nos casos de extrema necessidade, mas de caridade cristã, um dever, por consequência, cujo cumprimento se não pode conseguir pelas vias da justiça humana. Mas, acima dos juízos do homem e das leis, há a lei e o juízo de Jesus Cristo, nosso Deus, que nos persuade de todas as maneiras a dar habitualmente esmola: «É mais feliz», diz Ele, «aquele que dá do que aquele que recebe», e o Senhor terá como dada ou recusada a Si mesmo a esmola que se haja dado ou recusado aos pobres: «Todas as vezes que tendes dado esmola, a um de Meus irmãos, é a Mim que a haveis dado». Eis, aliás, em algumas palavras, o resumo desta doutrina: Quem quer que tenha recebido da divina Bondade maior abundância, quer de bens externos e do corpo, quer de bens da alma, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento, e, ao mesmo tempo, como ministro da Providência, ao alívio dos outros. «E por isso, que quem tiver o talento da palavra tome cuidado em se não calar; quem possuir superabundância de bens, não deixe a misericórdia entumecer-se no fundo do seu coração; quem tiver a arte de governar, aplique-se com cuidado a partilhar com seu irmão o seu exercício e os seus frutos»”. (Leão XIII, 1891: nº 12)

Acima de tudo, Leão XIII, traz a novidade da tomada de posição concreta relativamente aos acontecimentos da sua época, criticando tanto o capitalismo como o socialismo, e procurando apresentar ainda algumas soluções/caminhos. A globalidade desta encíclica, sendo que fala de todos e é dirigida a todos também é uma originalidade deste documento. A Igreja acontece num mundo com problemas reais e não só não os pode ignorar, como deve ter um papel activo na sua resolução.

O documento que acaba por suceder esta primeira encíclica de Leão XIII, acaba por ser outra carta encíclica “Quadragesimo Anno” do Papa Pio XI, precisamente comemorando os quarenta anos da “Rerum Novarum” e no contexto da grande depressão de 1929 e da afirmação dos grupos dos regimes totalitários europeus (chega mesmo a publicar documentos concretos sobre os regimes italiano e alemão, assim como sobre o comunismo), regimes que acabariam por promover um nacionalismo crescente. Neste momento da história que vive o expoente máximo do desenvolvimento da indústria, o que também proporciona o surgimento de grandes monopólios capitalistas, dá-se ainda a organização do socialismo e a regulamentação política da luta de classes.



É neste contexto que o Papa Pio XI reafirma a necessidade imperiosa de aplicar os princípios da solidariedade e da colaboração de forma a minimizar as posições e situações extremadas que surgiam na época. Desta encíclica nasce ainda o princípio da subsidiariedade que vai acabar por ser assumido como um dos cinco princípios orientadores da Doutrina Social da Igreja. Este princípio defende que o Estado não deve substituir o papel da sociedade civil e que cada nível de intervenientes em sociedade deve fazer aquilo que lhe compete, sem se desresponsabilizar nem assumindo as responsabilidades de outros de forma a promover uma participação adequada em todos os patamares da sociedade. Neste sentido da subsidiariedade, há uma forte insistência no dever das questões associativas, nomeadamente da Ação Católica, que deve formar dirigentes sindicais e jovens.

Esta encíclica começa por referir as saudáveis consequências da “Rerum Novarum”, considerando que a mesma influenciou positivamente a sociedade em geral, alertando e apontando caminhos para a questão operária e acabando por levar à adopção de políticas sociais e de produção de enquadramento legal em alguns Estados. Isto foi possível devido ao empenho de todos os membros da Igreja: clero e leigos.

Relativamente ao contexto económico, surgem duras críticas ao despotismo económico vigente, defendendo-se:

“Para, evitar o escolho quer do individualismo quer do socialismo, ter-se-á em conta o duplo carácter individual e social tanto do capital ou propriedade, como do trabalho. As relações mútuas de um com o outro devem ser reguladas segundo as leis de uma rigorosa justiça comutativa, apoiada na caridade cristã.” (Pio XI, 1931: nº 2)

Ainda visando as questões económicas, propõe-se olhar para a questão do salário dos operários em três vertentes: como sustento do próprio e da sua família, no contexto da empresa e da sua situação e perante as exigências necessárias do bem comum. É sublinhado como incontornável o equilíbrio dos salários e uma equitativa distribuição dos rendimentos das empresas, incentivando ainda a uma maior integração dos trabalhadores nas suas empresas, mediante a participação no lucro ou na gestão. Defende-se ainda a ideias de que em sociedade, todos em todas as suas competências e profissões, deveriam cooperar e coordenar-se entre si, para que a atividade humana possa dar fruto.

No campo político ainda se reafirmam duras críticas ao comunismo e ao socialismo, não obstante uma distinção entre ambos e a consideração de que o socialismo não encerra em si a violência do comunismo.

Como caminhos para contrariar as tendências da degradação da vida social e económica, aponta-se a cristianização da vida económica e preponderância da lei da caridade em todos os campos.

Por último, encontramos uma referência já às disparidades mundiais, devido ao desequilíbrio de crescimento que vinha a acontecer nos diferentes pontos do planeta, intuindo-se daqui uma também uma orientação ligada ao princípio da solidariedade:

“Verdade é, e a história o demonstra abundantemente, que, devido à mudança de condições, só as grandes sociedades podem hoje levar a efeito o que antes podiam até mesmo as pequenas; permanece contudo imutável aquele solene princípio da filosofia social: assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efectuar com a própria iniciativa e indústria, para o confiar à colectividade, do mesmo modo passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores podiam

conseguir, é uma injustiça, um grave dano e perturbação da boa ordem social. O fim natural da sociedade e da sua acção é coadjuvar os seus membros, não destruí-los nem absorvê-los.” (Pio XI, 1931: nº 5)

Por ter atravessado o tempo das grandes guerras e da reconstrução europeia do pós-guerra, o Papa Pio XII, acabou por manifestar muito das orientações e/ou posições da Igreja Católica face a este contexto nas suas radiomensagens de Natal entre os anos 39 e 55. Insistia especialmente na relação que devia existir entre moral e direito e acabou por desta forma chegar a muita gente, incluindo não crentes ou crentes de outras igrejas e religiões, ainda que não tenha escrito nenhuma encíclica particularmente direcionada para a Doutrina Social da Igreja.

O sucessor de Pio XII, o Papa João XXIII, confronta-se com o clima de mudança dos anos 60, aos olhos de muitos, bastante promissor. Dentro da própria igreja esta foi uma época marcada por um grande envolvimento desta na política italiana e o Papa quis distanciar-se dessa postura nesta encíclica e acaba por acontecer uma ruptura entre o catolicismo romano e as forças sociais conservadoras. O chamado “Papa da bondade” é quem convoca o Concílio Ecuménico Vaticano II que, apesar de não terminar durante o seu pontificado, acabaria por implicar mudanças muito significativas na vida da Igreja Católica.

Na sociedade em geral, apesar de reconhecer as grandes revoluções e evoluções, as questões da energia nuclear, a globalização das questões sociais, preocupa-se desde logo com as crescentes assimetrias mundiais e os problemas gritantes dos então chamados países do Terceiro Mundo. Assim, este Papa acaba por ser o primeiro a falar sobre a ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

Neste sentido, publica em 1961 a carta encíclica “Mater et Magistra”, que se centra nas questões da comunidade (e comunhão global da Igreja com o mundo), da socialização da época e de onde se destaca da ideia de que o crescimento económico não se deve limitar a satisfazer as necessidades do ser humano, mas tem a possibilidade de concorrer também para a promoção da sua dignidade. Com o enquadramento do 70º aniversário da “Rerum Novarum” e do 30º aniversário da “Quadragesimo Anno” também se explanam questões como os problemas sociais ligados à agricultura e mudança de atitude em relação ao Estado, que assume um papel social.

Duma forma geral, João XXIII, apresenta uma visão optimista sobre o mundo e uma crença na cooperação efetiva entre as pessoas. Está latente uma esperança de que a expansão económica se traduziria numa maior distribuição da riqueza.

As propostas mais concretas referidas para uma melhoria das condições sociais e económicas são a defesa do salário justo e a reafirmação, a par dos seus predecessores, do direito à propriedade privada. Apela-se ainda à maior participação dos trabalhadores na gestão das empresas e envolvimento nas opções políticas nacionais ao mesmo tempo que advoga um maior intervencionismo do Estado na vida nacional, nomeadamente maior controle sobre as grandes empresas, possuir propriedades em nome do bem comum e maior intervenção na resolução de problemas sociais. Por fim, entende que se deve avançar para uma melhoria das estruturas sociais, apesar de não concretizar muito.

Especificamente relacionado com as questões do desenvolvimento, encontramos preocupações com as assimetrias económicas e sociais entre países economicamente desenvolvidos e países economicamente em vias de desenvolvimento mas também manifesto agrado no surgimento de organizações mundiais com objetivos de regulação económica, social, cultural e política.

Aponta como uma inerência destes desequilíbrios a dificuldade acrescida de promover uma paz duradoura, aludindo à imperiosa necessidade não só de não se aumentar estes desequilíbrios mas antes atenuá-los. Apelando à cooperação económica para com os países mais necessitados deste tipo de ajuda, conclui que provavelmente o maior problema desta época é a relação entre estes dois tipos de grupos de países:

“São exigências do bem comum no plano mundial: evitar qualquer forma de concorrência desleal entre as economias dos vários países; favorecer a colaboração entre as economias nacionais por meio de convénios eficazes; cooperar para o desenvolvimento económico dos países menos prósperos.” (João XIII, 1961: nº 80)

A este nível sublinha ainda as questões agrícolas, enquanto em determinados países existe superabundância e excesso de produção, outros ainda se debatem com a questão da fome: “Destruir ou desperdiçar bens que são indispensáveis à sobrevivência de seres humanos é ferir a justiça e a humanidade” (João XIII, 1961: nº 160).

Uma proposta que deixa para além da cooperação económica necessária para iniciar os processos de arranque de desenvolvimento, é a de formar profissionalmente, científica e tecnicamente, as populações destes países, também apostando, no que chamaríamos hoje de bolsas de estudo para este fim.

O Papa João XXIII não se coíbe de, apesar de incentivar a cooperação técnica e financeira, alertar para o perigo de, por estas razões se querer influenciar politicamente os países recetores de ajuda. Nunca se deverá instrumentalizar a ajuda neste sentido, uma vez que a partir desse ponto, facilmente se cederia à tentação de um novo colonialismo:

“É, portanto, indispensável e justo que a mencionada cooperação técnica e financeira se preste com o mais sincero desinteresse político. Deve ter apenas em vista colocar essas comunidades, que pretendem desenvolver-se, em condições de realizarem por si mesmas a própria elevação económica e social.” (João XIII, 1961: nº 172)

O papel da Igreja nos países em vias de desenvolvimento é também o de promover a melhoria das estruturas e das condições de vida das comunidades onde se encontra. Destaca-se ainda o apoio que os católicos dos países mais abastados, tem prestado para promover a educação e na preparação e envio de pessoas para exercerem as suas competências nestas realidades.

Temos ainda uma menção às questões demográficas nos países com maiores dificuldades, uma vez que alguns defendem o controlo demográfico, proposta rejeitada pelo Papa:

“A solução acertada encontra-se apenas num progresso económico e social que respeite e fomente os genuínos valores humanos, individuais e sociais, em conformidade com a moral, com a dignidade e o imenso valor da vida humana, e, juntamente, numa colaboração em escala mundial que permita e fomente a circulação ordenada e fecunda de conhecimentos úteis, de capitais e pessoas.” (João XIII, 1961: nº 191)

Por último, o Papa fecha a questão do desenvolvimento com a necessidade de confiança recíproca entre os povos para que seja possível uma verdadeira cooperação mútua. A corrida ao armamento,

por exemplo, provoca a desconfiança que só o respeito pela ordem moral pode impedir, sendo que esta última não existe fora de Deus.

Esta encíclica encerra com recomendações aos católicos sobre os perigos da sociedade moderna e instrumentos para colocar em prática a Doutrina Social da Igreja, promovendo o seu conhecimento para a poder aplicar.

O Papa João XXIII acaba por se destacar também como o autor da primeira encíclica, “Pacem in Terris”, que é dirigida a “todos os homens de boa vontade” e não somente ao mundo católico. Esta encíclica surge no ano que este mesmo Papa acaba por falecer.

É uma encíclica que apresenta uma reflexão sobre a paz e a dignidade humana, revelando-se como uma primeira incursão por parte da Igreja pelas questões dos direitos. O Papa João XXIII acaba por oferecer nesta encíclica uma abordagem muito transversal e original dos Direitos Humanos, sem no entanto nunca deixar de enquadrar os mesmos no contexto do direito natural. Apesar disso, não deixa de interpelar quanto à necessidade de relacionar os direitos com os deveres que a eles estão inerentes e não só relativamente ao indivíduo em sociedade mas também para com o Estado, dos estados entre si, e indivíduos e estados no contexto da comunidade internacional. Expressa-se também uma preocupação em que o exercício dos direitos de uns cidadãos não prejudique o exercício do direito de outros e que o Estado possa ser a entidade garante do equilíbrio.

“Faz-se mister, pois, que os poderes públicos se empenhem a fundo para que ao desenvolvimento económico corresponda o progresso social e que, em proporção da eficiência do sistema produtivo, se desenvolvam os serviços essenciais, como: construção de estradas, transportes, comunicações, água potável, moradia, assistência sanitária, condições idóneas para a vida religiosa e ambiente para o esparecimento do espírito. Também é necessário que se esforcem por proporcionar aos cidadãos todo um sistema de seguros e previdência, a fim de que não lhes venha a faltar o necessário para uma vida digna em caso de infortúnio, ou agravamento de responsabilidades familiares. A quantos sejam idóneos para o trabalho esteja facultado um emprego correspondente à sua capacidade. A remuneração do trabalho obedeça às normas da justiça e da equidade. Nas empresas permita-se aos trabalhadores operar com senso de responsabilidade. Facilite-se a constituição de organismos intermediários, que tornem mais orgânica e fecunda a vida social. Requer-se finalmente que todos possam participar nos bens da cultura de maneira proporcional às suas condições.” (João XXIII, 1963: nº 64)

É invocada várias vezes ao longo do documento a indispensabilidade do combate ao racismo e a valorização cultural dos povos: “Mais ainda, as características étnicas de cada povo devem ser consideradas como elementos do bem comum.” (João XXIII, 1963: nº 55) E não apenas neste sentido bem comum, mas também relativamente à dignidade de cada ser humano e ao que o reconhecimento dessa mesma dignidade pode levar:

“Ao invés, universalmente prevalece hoje a opinião de que todos os seres humanos são iguais entre si por dignidade de natureza. As discriminações raciais não encontram nenhuma justificação, pelo menos no plano doutrinal. E isto é de um alcance e importância imensa para a estruturação do convívio humano segundo os princípios que acima recordamos. Pois, quando numa pessoa surge a consciência dos próprios direitos, nela nascerá forçosamente a consciência do dever: no titular de direitos, o dever de reclamar esses direitos, como expressão de sua dignidade, nos demais, o dever de reconhecer e respeitar tais direitos.” (João XXIII, 1963: nº 44)

Nesta encíclica também é possível encontrar uma chamada de atenção especial aos poderes públicos e à sua responsabilização (que podemos interpretar como sendo na linha do princípio da subsidiariedade, já referido anteriormente): “Os estados têm direito à existência, ao desenvolvimento, a disporem dos recursos necessários para o mesmo, e a desempenharem o papel preponderante na sua realização.” (João XXIII, 1963: nº 92) Direitos estes que, da mesma forma que para os indivíduos, acarretam deveres.

Há uma abordagem da liberdade no sentido da mesma não ser usada para cobrir outras opressões:

“Nunca se insistirá demasiado na necessidade de atuar a referida cooperação de tal maneira que esses povos conservem incólume a própria liberdade e sintam que, nesse desenvolvimento económico e social, são eles quem desempenha o papel preponderante e sobre quem recai a principal responsabilidade.” (João XXIII, 1963: nº 122)

Para aludir aos diferentes tipos de desenvolvimento que se quer, encontramos sempre presente a perspectiva da solidariedade e duma necessária e saudável interdependência entre os povos, na medida em que nenhum povo pode desenvolver-se isoladamente.

Uma das rejeições categóricas ao longo do documento é questão da corrida aos armamentos como pseudo-garante da paz, promovendo a desconfiança que leva a menos paz. Tudo porque existe um reconhecimento da fragilidade das relações entre estados:

“Hoje em dia, como consequência das profundas transformações que se verificaram nas relações da convivência humana o bem comum universal suscita problemas complexos, muito graves, extremamente urgentes, sobretudo em matéria de segurança e paz mundial. Ao mesmo tempo os poderes públicos de cada comunidade política, postos como estão em pé de igualdade jurídica entre si, mesmo que multipliquem conferências e afiem o próprio engenho para a elaboração de novos instrumentos jurídicos, não estão mais em condições de enfrentar e resolver adequadamente estes problemas, não por falta de vontade ou de iniciativa, mas por motivo de uma deficiência estrutural, por uma carência de autoridade.” (João XXIII, 1963: nº 133).

Nesta sequência são feitos elogios à criação da ONU e dos seus diferentes organismos, assim como a assinatura e a promoção da Declaração de Direitos Humanos, como instrumentos de autoridade e paz.

Por último e atravessando todo o documento, mas em particular nas considerações finais, são constante as alusões aos valores da Doutrina Social da Igreja – amor, verdade, justiça e liberdade, reforçando o desejo da consolidação da paz no mundo: “Mas a paz permanece palavra vazia de sentido, se não se funda na ordem que, com confiante esperança, esboçamos nesta nossa carta encíclica: ordem fundada na verdade, construído segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade.” (João XXIII, 1963: nº 166)

Em 1965 vinda diretamente do Concílio Vaticano II surge a Declaração “Dignitatis Humanae” sobre a liberdade religiosa, já sob a tutela do Papa Paulo VI: “ (...) o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana (...) ” (Paulo VI, 1965: nº 2). Esta declaração afirma a necessidade da liberdade religiosa ser uma realidade por todo o mundo e não só defendida como promovida pelas autoridades civis de todos os países. Às autoridades civis cabe ainda respeitar e comunicar aberta e livremente com as autoridades religiosas. Esta declaração refere ser imperativa uma cultura de educação para o exercício da liberdade religiosa por parte de todos. É destacada a

importância do reconhecimento de que a liberdade religiosa não é um direito somente individual mas também das famílias e das comunidades. Apesar da defesa incondicional da doutrina e da fé católica, fica bem sublinhado neste documento que a fé implica, obrigatoriamente, uma adesão voluntária, que não pode ser forçada por nenhuma razão. Mais uma vez olhando para o homem como um todo, o seu lado espiritual não só é uma dimensão importante, como é uma dimensão que não pode ser esquecida nem atentada, inclusive nas formas do direito civil.

Os tempos do Concílio Vaticano II foram um espaço fértil renovação da igreja, ao mesmo tempo que se reafirmava o essencial da fé católica. A sua importância também se norteia pelo fato de ser verdadeiramente a primeira “assembleia magna” mais representativa de toda a igreja e cujos documentos produzidos eram posteriormente criticados e validados pelo plenário. Assim sendo, estes documentos traduzem as ideias, vontades e posições das igrejas católicas de todo o mundo daquela época.

Três anos depois do início do Concílio Vaticano II e no término do mesmo, surge a Constituição Pastoral “Gaudium et Spes”. É um documento que apesar de criticado, apresenta muitos aspetos inovadores face às anteriores, sobretudo na proposta de adesão a uma radicalidade mas evangélica no seio da própria Igreja. Começa logo com a novidade da introdução do Papa Paulo VI:

“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história.” (Concílio Vaticano II, 1965: nº 1)

A Igreja expressa a vontade de dar resposta aos problemas da humanidade e de caminhar junto dela. Esta constituição pastoral faz um relato da observação sociológica da Igreja que procura ser luz do mundo abordando temas tão diverso como: ateísmo, característica comunitária e interdependente de todos os seres humanos, reafirmação da questão do bem comum já bastante tratado nos anteriores documentos da Social da Igreja, o respeito pela dignidade humana, igualdade, rejeição do individualismo, co-responsabilização, valor do trabalho, etc. Nesta perspectiva de análise sociológica reforça-se o fato de a família ser o fundamento da sociedade. Surge ainda o tema da cultura como conceito que necessita de estar em harmonia com todos os outros elementos da vida em sociedade de forma a procurar também uma educação cultural integral do homem. É também neste documento que vemos reconhecido que, de fato, a Igreja tem um contributo importante para o mundo mas também é recetora de bem do mundo.

As questões do desenvolvimento são apresentadas sobretudo numa ótica económica, apesar de a ligar diretamente ao social e de nunca perder a visão da integralidade do homem, reconhecendo o mal que adveio da excessiva centralidade no progresso económico:

“No preciso momento em que o progresso da vida económica permite mitigar as desigualdades sociais, se for dirigido e organizado de modo racional e humano, vemo-lo muitas vezes levar ao agravamento das mesmas desigualdades e até em algumas partes a uma regressão dos socialmente débeis e ao desprezo

dos pobres. Enquanto multidões imensas carecem ainda do estritamente necessário, alguns, mesmo nas regiões menos desenvolvidas, vivem na opulência e na dissipação. Coexistem o luxo e a miséria. Enquanto um pequeno número dispõe dum grande poder de decisão, muitos estão quase inteiramente privados da possibilidade de agir por própria iniciativa e responsabilidade, e vivem e trabalham em condições indignas da pessoa humana. Semelhantes desequilíbrios se verificam tanto entre a agricultura, a indústria e os serviços como entre as diferentes regiões do mesmo país. A oposição entre as economicamente mais desenvolvidas e as outras torna-se cada vez mais grave e pode pôr em risco a própria paz mundial.” (Vaticano II, 1965: nº 63)

Os desequilíbrios existentes exigem que a economia se coloque ao serviço do homem e que o desenvolvimento económico possa depender de todos e não unicamente dos que detêm precisamente um maior poderio económico. Reclama ainda a necessidade urgente de acabar com as desigualdades económicas. Mas o documento não ficou pelos temas relacionados com a economia e encontrou ainda lugar para expor a sua visão da política na perspectiva da promoção da paz e da cooperação internacional.

Existe mesmo uma radicalidade no discurso, que nunca questionando a propriedade privada, chega mesmo a afirmar o direito à apropriação de bens necessários à sobrevivência e a implicação de todos quando não se envolvem na efetiva resolução dos problemas, apontando já para o princípio do destino universal dos bens:

“Aquele, porém, que se encontra em extrema necessidade, tem direito de tomar, dos bens dos outros, o que necessita. Sendo tão numerosos os que no mundo padecem fome, o sagrado Concílio insiste com todos, indivíduos e autoridades, para que, recordados daquela palavra dos Padres – «alimenta o que padece fome, porque, se o não alimentaste, mataste-o» – repartam realmente e distribuam os seus bens, procurando sobretudo prover esses indivíduos e povos daqueles auxílios que lhes permitam ajudar-se e desenvolver-se a si mesmos.” (Vaticano II, 1965: nº 69)

A amplitude deste documento, permite-lhe deixar pistas para quase todas áreas de atuação humana.

A encíclica “*Populorum Progressio*” (1967) vem no seguimento da linha de pensamento do Papa Paulo VI e do seu empenho na promoção do desenvolvimento. Nesta época, a globalização afirma-se como realidade devido, sobretudo, aos avanços da ciência e da tecnologia. São os deslumbrantes tempos das primeiras viagens espaciais. Mas enquanto a economia se potencia através da indústria e dos serviços, a agricultura vai perdendo espaço, os desequilíbrios entre os países vão-se acentuando e as descolonizações acontecendo.

Paulo VI começa assim esta encíclica como anúncio de uma medida concreta para apoiar em tudo o mundo os mais desfavorecidos: a criação de um organismo oficial da igreja intitulado Comissão Justiça e Paz. Mantêm-se a linha da denúncia das injustiças evidentes e a combater: “ (...) os povos ricos gozam de um crescimento rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente (...) ” (Paulo VI, 1967: nº 8).

Por outro lado introduz-se também a questão do choque entre as civilizações tradicionais e as novidades do progresso como conflito resultante das injustiças sentidas pelos mais pobres. As diferentes gerações dividem-se na adesão à lógica economicista de desenvolvimento e muitas vezes acabam por abdicar aos valores basilares dessas mesmas sociedades. É importante em todo este processo nunca esquecer o valor intrínseco de cada cultura e evitar criar ambições meramente

materialistas. Neste sentido ainda e, nas sociedades mais desenvolvidas, existe também o dever de acolhimento e integração para com os imigrantes que se vem forçados a deixar os seus, pelas mais diferentes razões, em busca de melhores condições de vida.

O Papa faz ainda uma menção particular àqueles que em nome da Igreja, tem sido, de alguma forma, os mais diretos promotores de desenvolvimento:

“Fiel ao ensino e exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa Nova aos pobres, a Igreja nunca descurou a promoção humana dos povos aos quais levava a fé em Cristo. Os seus missionários construíram, não só igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades. Ensinando aos nativos a maneira de tirar melhor partido dos seus recursos naturais, protegeram-nos, com frequência, da cobiça dos estrangeiros. Sem dúvida que a sua obra, pelo que tinha de humano, não foi perfeita e alguns misturaram por vezes a maneira de pensar e de viver do seu país de origem, com a pregação da autêntica mensagem evangélica. Mas também souberam cultivar e promover as instituições locais. Em muitas regiões foram contados entre os pioneiros do progresso material e do desenvolvimento cultural. (...) Sentimo-nos na obrigação de prestar homenagem a estes precursores, tantas vezes ignorados, a quem a caridade de Cristo impelia, assim como aos seus émulo e sucessores, que ainda hoje continuam a servir generosa e desinteressadamente aqueles que evangelizam.” (Paulo VI, 1967: nº 12).

E é também neste documento que Paulo VI assume uma visão cristã do desenvolvimento, que olha o homem na sua totalidade:

“O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: “não aceitamos que o económico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se incluiu. O que conta para nós, é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira.” (Paulo VI, 1967: nº 14 citando L. J. Lebret, O.P., *Dynamique concrète du développement*, Paris, *Economic et Humanisme*, Les Editions Ouvrières, 1961, p. 28.)

Assume-se a solidariedade como uma obrigação de toda a humanidade para com toda a humanidade e daí surge também a necessidade de mais técnicos para concretizar este desenvolvimento pleno, ambicioso e inovador que hoje é exigido: “Assim poderá realizar-se em plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é, para todos e para cada um, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas”. (Paulo VI, 1967: nº 20).

Para que o desenvolvimento seja concretizado desta forma, o perfil de cada técnico tem que ir de encontro à verdadeira relação com os povos a quem se destina o seu trabalho:

“À competência técnica necessária é preciso juntar sinais autênticos de amor desinteressado. Livres de qualquer superioridade nacionalista e de qualquer aparência de racismo, os peritos devem aprender a trabalhar em íntima colaboração com todos. A competência não lhes confere superioridade em todos os domínios. A civilização que os formou contém, certamente, elementos de humanismo universal, mas não é única nem exclusiva e não pode ser importada sem adaptação. Os agentes destas missões tomem a peito descobrir não só a história mas também as características e as riquezas culturais do país que os acolhe. Estabelecer-se-á, deste modo, uma aproximação que fecundará uma e outra civilização.” (Paulo VI, 1967: nº 72)

Se estiverem reunidas estas condições acontecerá efetivamente um diálogo cuja pessoa humana é o centro e não os recursos e formas de atuação, sem lugar a nacionalismos e/ou racismos. Isto



permitirá que as populações possam garantir futuramente a sua educação e o seu crescimento espiritual, para que haja um desenvolvimento não só económico mas humano e que seja fonte de boas relações e que possam ser fecundas para a resolução de questões futuras. No entanto, a Igreja não se esquece a sua origem e quer aqui também dizer que o humanismo não é válido se não estiver ligado ao Criador.

O compromisso de Paulo VI leva-o a insistir numa ideia de desenvolvimento que vá para além das soluções imediatistas e temporárias:

“Mas isto não basta [os donativos materiais ou em género], como não bastam os investimentos realizados, privados ou públicos, as dádivas e empréstimos concedidos. Não se trata apenas de vencer a fome, nem tampouco de afastar a pobreza. O combate contra a miséria, embora urgente e necessário, não é suficiente. Trata-se de construir um mundo em que todos os homens, sem excepção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões que lhe vêm dos homens e de uma natureza mal domada; um mundo em que a liberdade não seja uma palavra vã e em que o pobre Lázaro possa sentar-se à mesa do rico.” (Paulo VI, 1967: nº 47)

Neste sentido a importância do investimento em verdadeiros programas de ajuda ao desenvolvimento em vez das ajudas pontuais, também é um ponto salientado nesta encíclica. Incentiva-se à organização por áreas territoriais mais extensas que permitam concertar estratégias de desenvolvimento, partilhar recursos, produtos e experiências e receber investimentos de interesse comum e que as organizações multilaterais e internacionais possam promover e acompanhar este processo.

Persiste ainda a necessidade de criar um fundo mundial para os mais desprotegidos, como já tinha sido recomendado anteriormente, tendo presente que a ajuda económica não dá direito à interferência na soberania dos estados. O respeito económico entre todos e a justiça nas relações comerciais também devem ser considerados nestes planos de ajuda. Em todo este discurso percebemos que permanece, como nos documentos anteriores, o princípio do destino universal dos bens.

O compromisso cristão implica à adesão a este chamamento:

“Muitos jovens já responderam com ardor e prontidão ao apelo de Pio XII, a favor do laicado missionário. Numerosos são também os que espontaneamente se puseram à disposição de organismos, oficiais ou privados, de colaboração com os povos em fase de desenvolvimento. Alegramo-nos por saber que, em algumas nações, o "serviço militar" pode tornar-se, em parte, "serviço social", unicamente "serviço".” (Paulo VI, 1967: nº 74)

Ao terminar esta encíclica o Papa Paulo VI deixa diferentes desafios a diferentes grupos de pessoas dirigindo-se a católicos, cristãos e crentes, homens de boa vontade, homens de estado e sábios. É também da responsabilidade de cada um destes grupos cumprir o que lhe compete em cooperação com todos, partindo deste princípio que “A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens” (Paulo VI, 1967: nº 76), o Papa deixa a seguinte provocação: “ (...) Porque, se o desenvolvimento é o novo nome da paz, quem não deseja trabalhar para ele com todas as forças? Sim, a todos convidamos nós a responder ao nosso grito de angústia, em nome do Senhor.” (Paulo VI, 1967: nº 87).

Em 1971, o Papa Paulo VI decide dirigir a Carta Apostólica “Octagesima Adveniens” ao Cardeal Maurício Roy, Presidente do Conselho dos Leigos e da Pontifícia Comissão “Justiça e Paz”, por ocasião do 80º aniversário da encíclica “Rerum Novarum”, no entanto, na prática visa todo o mundo católico e tem uma relação estreita com a Segunda Conferência Geral de Bispos Latino-Americanos de Medellín, onde se respirava Teologia da Libertação.

Nesta carta é feita mais uma atualização da análise social do mundo em diferentes aspetos, com indicações muito concretas para a indicação do papel dos crentes católicos. Em contexto de globalização desenfreada aos mais diferentes níveis, procura-se balizar os limites aceitáveis desta nova civilização. Tudo parecia crescer: demografia, desemprego, consumismo, imigração e discriminação, as possibilidades de comunicação e ainda o agravamento das questões sociais.

Paulo VI começa por salientar a dicotomia e diferenças mundiais ao nível do desenvolvimento económico, cultural e político. Os extremos de bem-estar no mundo são óbvios:

“ (...) Diferenças flagrantes subsistem no desenvolvimento económico, cultural e político das nações: ao lado de regiões fortemente industrializadas, outras, nesse aspecto, encontram-se ainda no estado agrícola; ao lado de países que desfrutam de bem-estar, outros lutam ainda contra a fome; ao lado de povos com um nível cultural elevado, outros continuam ainda empenhados em eliminar o analfabetismo. De todas as partes, porém, se sente o despertar de uma aspiração a mais justiça e se eleva o desejo de uma paz melhor assegurada, num clima de respeito mútuo entre os homens e entre os povos”. (Paulo VI, 1971: nº 2)

Perante este cenário, o Papa Paulo VI, instiga as comunidades cristãs a comprometerem-se nas “necessárias e urgentes” transformações sociais, políticas e económicas. São ainda reforçadas as convicções já expressas na “Populorum Progressio” da globalização das questões sociais que exigem da Igreja colocar-se ao serviço de toda a humanidade. Por outro lado e reconhecendo a Igreja que: “ (...) Nas atuais mutações, tão profundas e tão rápidas, cada dia o homem se descobre como algo novo e interroga-se a si mesmo, acerca do sentido do seu próprio ser e da sua sobrevivência coletiva (...)” (Paulo VI, 1971: nº 7), assume também esta como a sua missão nestes tempos que corriam. É traçado então um mapa dos novos problemas sociais que se assumiam naquela época. Destacam-se primeiramente as questões ligadas à urbanização crescente, também na sua vertente económica, uma vez que a dinâmica constante inerente às empresas e portanto ao emprego, condiciona a mobilidade geográfica das populações. Perante esta perspectiva a Igreja coloca a questão:

“ (...) Poder-se-á, pois, perguntar, com toda a razão, se, apesar de todas as suas conquistas, o homem não está voltando contra si próprio os frutos da sua atividade. Depois de se ter assegurado um domínio necessário sobre a natureza, não estará agora tornando-se escravo dos objectos que ele mesmo fabrica?” (Paulo VI, 1971: nº 9), relevando a sua preocupação mais profunda e existencial quanto ao impacto deste novo crescimento urbano que classifica como desordenado. Aponta a cidade de então como um local inóspito onde se acumulam falta de condições de habitação, ausência de intimidade no lar, discriminações de várias ordens, criminalidades, entre outros.

Nesta nova cidade sente-se a instabilidade e as dúvidas que atravessam os jovens para o seu futuro, não se concedem ainda os direitos plenos às mulheres nem aos trabalhadores em geral. Surgem os novos pobres, aos quais a Igreja quer estar especialmente dedicada e atenta. Podemos também encontrar nesta carta e neste âmbito uma defesa do direito à emigração quando não estejam

reunidas as condições mínimas no país de origem. Para que exista dignidade, o Papa afirma a necessidade de “ (...) desencadear um movimento geral de solidariedade, para uma política eficiente de investimentos, de organização da produção e da comercialização, e, de igual modo, de formação. (...) ” (Paulo VI, 1971: nº 18).

Para Paulo VI, era clara a necessidade de intervenção iminente:

“Jamais, em época alguma, o apelo à imaginação social foi assim tão explícito. Impõe-se consagrar a esta causa, esforços de invenção e capitais tão importantes como os que são consagrados ao armamento ou às conquistas tecnológicas. Se o homem se deixar ultrapassar e não prever a tempo e horas a emergência dos novos problemas sociais, estes tornar-se-ão demasiado graves para poder esperar-se para eles uma solução pacífica.” (Paulo VI, 1971: nº 19)

Destaca-se a importância e impacto dos meios de comunicação social na atualidade assim como o seu dever de contribuir para o bem comum.

O meio ambiente é também referido e reconhecido como um problema global urgente e de grandes dimensões.

Encontramos nesta carta uma exposição sobre as vantagens e limitações do reconhecimento jurídico, nomeadamente ao nível dos direitos humanos. O Papa expressa a sua apreensão relativamente a uma apologia meramente teórica e formal destes direitos, sem uma verdadeira aplicação efetiva dos mesmos. Por outro lado receia que sejam insuficientes nalguns casos concretos, defendendo a caridade evangélica como princípio norteador máximo que leva a uma disposição real dos bens ao serviço de outros: “ (...) Sem uma renovada educação, no que se refere à solidariedade, uma excessiva afirmação da igualdade pode dar azo a um individualismo em que cada qual reivindica os seus direitos, sem querer ser responsável pelo bem comum.” (Paulo VI, 1971: nº 23).

Se a presença do cristão é imprescindível em todos os campos da sociedade, não poderia não sê-lo também na vida política, é assim também obrigação do cristão, participar na busca de um modelo político adequado, procurando evitar o perigo da adesão a ideologias que alienem o homem tais como o marxismo e o liberalismo. E ainda que aconteça que seja chamado a um real compromisso político concreto, devo estar permanentemente atento para não incorrer na absolutização da vida política. Deve procurar sempre uma transformação positiva da sociedade.

Verificamos ainda uma especial alusão ao papel das ciências da natureza e das ciências humanas como importante e essencial para a evolução do conhecimento mas reforçando a ideias de que estas ciências não podem, no entanto, explicar a experiência do ser humano na sua totalidade.

E é este mesmo questionamento sobre a orientação do progresso que leva o Papa a uma reflexão sobre esta questão:

“O que significa, realmente, esta busca inexorável de um progresso, que parece escapar-se sempre que se pensa tê-lo alcançado? Não dominado, o progresso deixa atrás de si a insatisfação. Com toda a razão, sem dúvida, se denunciaram já tanto as limitações como os efeitos perniciosos de um crescimento económico puramente quantitativo e se auspicia alcançar também os objetivos de ordem qualitativa. A qualidade e a verdade das relações humanas, o grau de participação e de responsabilidade não são menos significativos e importantes para o devir da sociedade do que a quantidade e a variedade dos bens produzidos e consumidos. Superando a tentação de medir tudo em termos de eficiência e de intercâmbios e em relações de forças e de interesses, o homem deseja hoje substituir cada vez mais estes critérios quantitativos, pela intensidade da comunicação, pela difusão dos conhecimentos e das culturas, pelo

serviço recíproco e pela boa harmonia para levar por diante uma tarefa comum. O verdadeiro progresso não estará, por acaso, num desenvolvimento da consciência moral que leve o homem a assumir o encargo das solidariedades ampliadas e a abrir-se livremente para os outros e para Deus?” (Paulo VI, 1971: nº 41)

Para que o verdadeiro desenvolvimento aconteça, é necessária uma maior participação nas responsabilidades e nas decisões, uma vez que são perceptíveis as inevitáveis implicações futuras das decisões presentes, obrigando assim a garantir o acesso real a esta possibilidade de participação em plena liberdade.

Paulo VI termina assim a carta com um reafirmar do apelo à acção por cada cristão, levando-o a assumir as responsabilidades concretas perante a sociedade e a discernir em que nível de participação cada um, melhor se enquadra.

Em 1981 surge a encíclica “Laborem Exercens”, já do Papa João Paulo II, que apesar de ser comemorativo do 90º aniversário da “Rerum Novarum”, assume um carácter especial na medida em que trata especificamente do tema do trabalho.

A escolha na centralidade deste assunto está relacionado com a consideração de que o trabalho é a chave essencial da questão social e dando-lhe a atenção e a humanização devida, para que este também possa ser uma gradual solução para esta mesma questão social. A degradação crescente das condições de trabalho, assim como a ausência dele, tornou-se a grande preocupação afirmada por este Papa.

O homem vai, através do seu trabalho, dominando progressivamente o mundo segundo o desígnio divino original, ainda que de formas diversas. Esta linha de pensamento vem de encontro à ideia recorrente ao longo de todo o texto de que o homem é o sujeito do trabalho e que, não obstante todas as fases do progresso industrial, este fato não pode ser alterável. E se por um lado a técnica favorece o trabalho do homem, por outro também pode ser motivo de frustração da criatividade, da motivação e ainda induzir a submissão do homem à máquina. Da mesma forma sabemos que o capital condiciona o trabalho, mas não podemos deixar que nem o homem nem o seu trabalho dependam dele. O trabalho é vocação por inerência do homem. Ressalvando sempre que apesar da importância e necessidade do trabalho: “ (...) o trabalho é «para o homem» e não o homem «para o trabalho».” (João Paulo II, 1981: nº 6)

O excesso de importância da dimensão objetiva do trabalho também não deve prejudicar a dignidade humana nem os direitos inerentes a esta. A solidariedade também se impõe nesta problemática no sentido de combater as várias novas pobreza. Faz-se um apontamento relativamente à necessidade de descanso dos trabalhadores. Não é de esquecer, contudo, que o trabalho também pode ser mal usado, ser fonte de opressão e exploração como aconteceu nos campos de concentração da segunda guerra mundial. O trabalho deve, por último, gerar um sentimento de pertença ao próprio país e de contribuição para a sociedade em que se insere, de cada um para o todo da humanidade e em solidariedade e continuidade com os trabalhadores do passado e os trabalhadores do futuro.

A Igreja exprime que não podem existir dúvidas quanto às prioridades que devem ser claras. Acima de tudo o primado do homem em relação às coisas. Assim, num mesmo sentido deve-se privilegiar a dimensão subjetiva do trabalho e a participação eficiente do trabalhador nas implicações do seu

trabalho (sentir-se parte/sujeito do processo de produção com capacidade de iniciativa própria). É igualmente afirmado posteriormente no documento que esta primazia do trabalho sobre o capital é uma questão de ordem da moral social.

Foi precisamente o erro de colocar em confronto o capital e o trabalho que resultou no economicismo, que considera apenas o objetivo económico do trabalho. Deste economicismo deriva um materialismo que sobrevaloriza o material e o que está inerente à realidade material como capaz de preencher as necessidades dos homens (materialismo prático).

A Igreja assume neste ponto uma posição surpreendente no sentido em que indica a possibilidade da posse coletiva pelos trabalhos dos meios de produção como aqui podemos verificar. É importante a defesa dos direitos, mas é igualmente indispensável não cair nem nos extremos do marxismo nem nos extremos do liberalismo, como já vinha sendo dito por outros papas anteriormente.

A defesa dum promoção de uma correta política de trabalho do ponto de vista ético engloba questões como a promoção dos direitos dos trabalhadores, que se incluem no conjunto dos direitos humanos e que contribui para a paz a vários níveis. Estas políticas devem ter em conta as interdependências das relações económicas para evitar as injustiças.

O contexto específico de cada Estado e ainda os direitos dos trabalhadores devem ser encarados como critérios adequados e fundamentais da economia. As organizações internacionais como a ONU e os respectivos governos de cada país devem regulamentar e estar atentos às situações de injustiça, já referidas anteriormente.

Os empregadores devem assumir a responsabilidade de fazer uma planificação global com uma visão integral da sociedade e colaborando com os poderes públicos. Deve existir uma coordenação justa e racional, estando garantida a já referida livre iniciativa das pessoas. Considerou-se relevante esclarecer que os empregadores de trabalho direto e os empregadores de trabalho indireto, apesar dos seus papéis diferenciados, têm a mesma responsabilidade perante os trabalhadores.

Cola-se também a questão da inexistência de emprego suficiente para todos os que tem vontade e capacidade para trabalhar. As mesmas organizações internacionais e ainda aqui os governos devem atuar contra o desemprego. Em particular os jovens que após um percurso de formação não conseguem ter um emprego adequado às suas competências. Um dos aspetos, aliás, que não deve ser nunca descurado é a formação e nível de educação necessários para o tipo de trabalho específico que se exerce, sendo cada vez maior esse nível exigido. No entanto, em caso de desemprego, os governos devem assegurar os subsídios necessários para os desempregados e suas famílias.

São constatados vários desequilíbrios como as diferenças acentuadas que existem ao nível de condições de trabalho entre os diferentes países que importam minimizar. Alerta-se para a necessidade também de equilibrar os diferentes campos de trabalho e de ter um sistema de educação adequado a essas mesmas necessidades e ainda que promovesse “desenvolvimento da humanidade e a sua maturidade”. Por último, temos recursos da natureza que estão inutilizados a coexistirem simultaneamente com as realidades dos desempregados e dos famintos.

Dentro dos direitos dos trabalhadores são ainda enumerados mais especificamente o direito ao descanso (semanal e férias), o direito à reforma, a seguros de acidentes de trabalho e de trabalhar

num ambiente saudável (físico e psicológico). Deve estar ainda garantido o direito de se associar, ou seja, de pertencer a sindicatos que pratiquem a luta pela justiça social. Aos sindicatos cabe ainda o papel de promover a formação. Organizados ou não em sindicatos os trabalhadores têm o direito à greve mas com as devidas ressalvas: não deve existir greve a qualquer custo, nem greves instrumentalizadas por outros interesses.

A encíclica não termina sem fazer menções especiais a três grupos de risco: trabalhador agrícola, pessoa deficiente e à emigração.

Esta encíclica procura focar quase todos os aspetos do mundo do trabalho, em particular aqueles que não estão a ser bem orientados e levam a piores condições de vida, apontando ainda caminhos muito concretos face a esta realidade.

No ano em que se assina o Ato Único Europeu, em que o vírus do VIH/SIDA começa a ganhar dimensões inquietantes, em que acontece uma significativa crise nas bolsas dos Estados Unidos da América e em que se inicia a intifada, João Paulo II procura apresentar a perspectiva da Igreja face a um mundo acelerado e com interações significativas a uma escala mundial na encíclica “Sollicitudo Rei Socialis” (1987). No mesmo ano em que o próprio João Paulo II se encontra com Jaruzelski (que acabaria por ser o último líder comunista polaco), ao mesmo tempo assumem-se aqui alguns reflexos da Teologia da Libertação: a opção preferencial pelos pobres e as estruturas de pecado relacionadas com as questões políticas.

Nesta segunda encíclica social de João Paulo II, são abordadas as questões sociais no geral e do desenvolvimento e do trabalho humano. O próprio João Paulo II é um homem global, no sentido em que sendo o Papa mais viajado da história, é também o Papa com uma visão mais próxima das diferentes realidades do mundo.

Há um forte apelo à responsabilização de cada um pelas dificuldades e soluções inerentes aos problemas da sociedade em geral. No reconhecimento da pobreza e da miséria global, existe apesar delas e paralela às mesmas, as necessárias alegria e esperança cristãs.

Na lógica do serviço e da destinação universal dos bens, apoiados na técnica imprescindível, existe um dever para com os povos dos países em vias de desenvolvimento. No entanto, este obrigatório desenvolvimento não perde o ser carácter ético e cultural e por essa razão se torna também missão da Igreja.

A desproporção entre os grupos de países é grande não só em termos de rendimentos mas em quantidade: existem muitos mais países pobres que ricos. A má distribuição da riqueza também não se traduz apenas nas discrepâncias de poder económico mas na forma de utilização dos detentores da riqueza: enriquecimento de pessoas e grupos e compra de armamento. Encontra-se latente a tentação da violência, uma vez que os pobres são constantemente violentados: “Se «o desenvolvimento é o novo nome da paz», a guerra e os preparativos militares são o maior inimigo do Desenvolvimento Integral dos povos.” (João Paulo II, 1987: nº 10)

Não se podendo esquecer a interdependência entre todos, deve insistir-se no cumprimento do dever moral da solidariedade:

“Sendo assim, à luz da expressão do Papa Paulo VI, somos convidados a rever o conceito de desenvolvimento, que não coincide certamente com o que algumas vezes se faz, limitando-se a satisfazer

as necessidades materiais, mediante o aumento dos bens, sem prestar atenção aos sofrimentos da maioria e fazendo do egoísmo das pessoas e das nações a principal motivação.” (João Paulo II, 1987: nº 10)

A questão é que o desenvolvimento ambicionado estaria muito longe de ser alcançado, ainda que exista um reconhecimento de várias iniciativas válidas e com sucesso. E ainda que a pobreza e a riqueza existam em todas as latitudes, o hiato entre Norte e Sul é evidente, tanto na abundância económica como na demografia: são muitos mais os que possuem menos. As diferenças na universalidade tornam-se mais complexas de gerir:

“A isto há que acrescentar ainda as diferenças de cultura e dos sistemas de valores entre os vários grupos de população, que nem sempre coincidem com o grau de desenvolvimento económico, mas que contribuem também para criar distâncias. São estes os elementos e aspetos, que tornam muito mais complexa a questão social, precisamente porque ela adquiriu uma dimensão universal.” (João Paulo II, 1987: nº 14)

Coloca-se a questão de que entre as diversas formas de pobreza se colocam também a não possibilidade de resposta a todos os direitos humanos:

“E um desenvolvimento que não tenha em conta o pleno reconhecimento destes direitos, será deveras um desenvolvimento de dimensões humanas? Em poucas palavras, o subdesenvolvimento dos nossos dias não é apenas económico; mas é também cultural, político e simplesmente humano, como já há vinte anos evidenciava a Encíclica *Populorum Progressio*. De modo que, chegados a este ponto, é forçoso perguntar se a realidade tão triste de hoje não será, pelo menos em parte, o resultado de uma concepção demasiado limitada, ou seja, predominantemente económica do desenvolvimento.” (João Paulo II, 1987: nº 15)

A tensão entre o Oriente e o Ocidente não assenta tanto nas diferenças de desenvolvimento, mas sim nas diferentes perceções sobre ele. E por esta razão não é solução nem o capitalismo liberalista nem o coletivismo marxista na medida que não promovem um verdadeiro e integral desenvolvimento do homem e dos povos.

Os fenómenos sociais dramáticos não só deixaram de ser isolados como atingem grandes faixas de população, é o caso dos refugiados que são afectados por guerras, calamidades naturais, perseguições e variadíssimos tipos de discriminações. Acontece ainda o fenómeno do terrorismo que mata e alimenta medos e suspeitas.

Defende-se a urgência de humanizar e harmonizar os mecanismos económicos, financeiros e sociais para evitar que os mesmos se tornem rígidos e automáticos.

Dos sintomas do subdesenvolvimento, são identificados dois em particular: a crise de habitações e o fenómeno do desemprego e do subemprego. Por outro lado também é destacada a questão da dívida internacional: os povos que os aceitaram, acreditavam que estes capitais os levariam ao desenvolvimento. Não obstante em alguns casos não só não promoveu o desenvolvimento como acentuou o subdesenvolvimento. Mas não só a dívida, como a própria ajuda ao desenvolvimento gerou resultados perversos:

“E isto, também porque os investimentos e os auxílios para o desenvolvimento são com frequência desviados do próprio fim e instrumentalizados para alimentar os contrastes, extra e contra os interesses dos mesmos países que deveriam beneficiar de tais auxílios. Muitos destes tornam-se cada vez mais conscientes do perigo de vir a ser vítimas de um neocolonialismo e tentam subtrair-se a ele. Foi esta

tomada de consciência que deu origem, embora entre dificuldades, oscilações e por vezes contradições, ao Movimento internacional dos Países não Alinhados. No seu aspecto positivo, este movimento quererá efetivamente afirmar o direito de cada povo à própria identidade, à independência e à segurança, como também à participação, na base da igualdade e da solidariedade, e à fruição dos bens destinados a todos os homens.” (João Paulo II, 1987: nº 21)

Numa linha mais positiva destaca-se a defesa e o respeito pelos direitos humanos e o crescente surgimento de organizações comprometidas com estes assuntos:

“Hoje, mais talvez do que no passado, os homens dão-se conta de que estão ligados por um destino comum, que há-de ser construído juntamente, se se quiser evitar a catástrofe para todos. (...) Aqui insere-se também, como sinal do respeito pela vida — apesar de todas as tentações de a destruir, desde o aborto até à eutanásia — a preocupação concomitante pela paz; e, de novo, a tomada de consciência de que esta é indivisível: ou é algo de todos ou não é de ninguém. Uma paz que exige, cada vez mais, o respeito rigoroso da justiça e, por conseguinte, a distribuição equitativa dos frutos do verdadeiro desenvolvimento.” (João Paulo II, 1987: nº 26)

Também pela positiva, constata-se uma maior consciência dos limites dos recursos naturais e o compromisso com as problemáticas e ecológicas. Por último salienta-se uma nova preocupação moral com os problemas do desenvolvimento e da paz, ainda que o mesmo não seja um processo nem linear nem com uma conclusão visível.

Os países em vias de desenvolvimento também são prejudicados ao nível da comunicação social na medida em que são apresentados sempre na perspectiva dos países desenvolvidos.

A par destas questões surge ainda o “super desenvolvimento” nas sociedades mais abastadas que se encontram pautadas pelo excesso: consumo, publicidade, insatisfação permanente.

“A Encíclica do Papa Paulo VI ilustrou bem a diferença, nos nossos dias frequentemente acentuada, entre o «ter» e o «ser», já precedentemente expressa com palavras precisas pelo Concílio Vaticano II. «Ter» objectos e bens não aperfeiçoa, de per si, o sujeito humano, se não contribuir para a maturação e para o enriquecimento do seu «ser», isto é, para a realização da vocação humana como tal.” (João Paulo II, 1987: nº 28)

A lógica da sociedade atual defende mais o ter que o ser, o que não só perverte a lógica humana como imprime também ao desenvolvimento característica quase exclusivamente economicistas:

“Com isto fica esclarecido que o desenvolvimento tem necessariamente uma dimensão económica, porque ele deve proporcionar ao maior número possível dos habitantes do mundo a disponibilidade de bens indispensáveis para «ser»; contudo, ele não se limita a tal dimensão. Se for delimitado a esta, volta-se contra aqueles a quem se quererá favorecer. As características de um Desenvolvimento Integral, «mais humano», que - sem negar as exigências económicas - esteja em condições de se manter à altura da vocação autêntica do homem e da mulher, foram descritas pelo Papa Paulo VI. “ (João Paulo II, 1987: nº 28)

Não faz sentido que lógica economicista continue a ser a única associada ao desenvolvimento, uma vez que comprovadamente não só não é apenas ela que leva à satisfação humana, como essa lógica pode prender mais que libertar a pessoa.

Mesmo dentro da própria Igreja, há um sentido novo a conferir à lógica do desenvolvimento: já não basta partilhar/dar apenas o que sobeja – é preciso ir para além disso para conferir dignidade às pessoas:



“A concepção da fé esclarece bem, ainda, as razões que impelem a Igreja a preocupar-se com o problema do desenvolvimento, a considerá-lo um dever do seu ministério pastoral e a estimular a reflexão de todos sobre a natureza e as características do Desenvolvimento Humano autêntico. (...) Assim, faz parte do ensinamento e da prática mais antiga da Igreja a convicção de estar obrigada, por vocação — ela própria, os seus ministros e cada um dos seus membros — a aliviar a miséria dos que sofrem, próximos e distantes, não só com o «supérfluo», mas também com o «necessário.» (João Paulo II, 1987: nº 31)

O aspecto espiritual do desenvolvimento tem de ser fortemente considerado e promovido: “Nesta busca do Desenvolvimento Integral do homem, podemos fazer muito também com os que crêem em Deus doutras religiões, como de resto já se está a fazer em várias partes. (...) Em caso nenhum, a necessidade do desenvolvimento pode ser tomada como pretexto para impor aos outros o próprio modo de viver ou a própria fé religiosa.” (João Paulo II, 1987: nº 32)

Existem agora disponíveis guias para balizar a promoção e defesa dos direitos:

“Tanto os povos como as pessoas individualmente devem gozar da igualdade fundamental, sobre que está baseada, por exemplo, a Carta da Organização das Nações Unidas; esta igualdade é o fundamento do direito à participação de todos no processo de Desenvolvimento Integral. Para ser integral, o desenvolvimento deve realizar-se no quadro da solidariedade e da liberdade, sem jamais sacrificar uma e outra, com nenhum pretexto. O carácter moral do desenvolvimento e a necessidade da sua promoção são exaltados quando existe o mais rigoroso respeito por todas as exigências derivadas da ordem da verdade e do bem, próprios da criatura humana.” (João Paulo II, 1987: nº 33)

Numa vertente mais ambiental o percurso do desenvolvimento é necessário ter em conta três aspetos: a categorização dos seres apenas consoante os interesses económicos que daí podem advir e sem ter em consideração a interação permanente entre todos; a utilização abusiva e desregulada dos recursos naturais, pondo em causa a sua sustentabilidade para o futuro; as questões da poluição não só relativamente ao meio ambiente mas também aos próprios seres humanos.

“As decisões que impulsionam ou refreiam o desenvolvimento dos povos, outra coisa não são, efetivamente, senão fatores de carácter político.” (João Paulo II, 1987: nº 35) A preocupação de João Paulo II é que as decisões estão muitas vezes baseadas na procura do máximo lucro por um lado e na sede de poder por outro, não tendo em consideração outro tipo de fatores. Os critérios acabam por estar mal centrados.

A solidariedade passará por cada um reconhecer o outro como pessoa, procurando o bem comum, afirmando a igualdade no respeito pelas diferenças inevitáveis. Assim, é possível identificar já manifestações de solidariedade dos pobres entre si em cenários não violentos, reclamando os seus direitos. É necessário passar da desconfiança para a cooperação: “Deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. (...) Opus solidaritatis pax: a paz é o fruto da solidariedade.” (João Paulo II, 1987: nº 39)

O desenvolvimento autêntico deve nortear-se por critérios morais:

“A exemplo dos meus Predecessores, devo repetir que não se pode reduzir a um problema «técnico» aquilo que, como é o caso do desenvolvimento autêntico, concerne a dignidade do homem e dos povos. Reduzido a isso, o desenvolvimento ficaria esvaziado do seu verdadeiro conteúdo e cometer-se-ia um acto de traição para com o homem e os povos, ao serviço dos quais ele deve ser posto. (...) Notar-se-á assim, imediatamente, que as questões que hão-de ser enfrentadas são, antes de mais nada, morais; e

que nem a análise do problema do desenvolvimento enquanto tal, nem os meios para.” (João Paulo II, 1987: nº 41)

A opção ou amor preferencial pelos pobres, manifestada já noutros documentos da Doutrina Social da Igreja, deve ser um aspecto de central coerência em particular no uso dos bens e da propriedade e das decisões políticas e económicas. Neste mesmo sentido é defendido que o desenvolvimento seja primeiramente de iniciativa dos países em vias de desenvolvimento, reconhecendo as suas necessidades e promovendo os seus direitos ainda que em colaboração com os países desenvolvidos. Por outro lado encontramos sistemas políticos injustos e opressores que necessitam de transitar para estruturas democráticas que fomentem a liberdade e a participação.

João Paulo II faz recomendações no sentido de que os países duma mesma região possam colaborar de forma a serem menos dependentes duma economia de escala e procurem uma complementaridade de bens e produtos de forma a reforçarem o seu sistema económico. A cooperação também deveria dar-se ao nível de algumas organizações regionais como já ia acontecendo, sem esquecer todas as implicações destes processos: “Mas, ao mesmo tempo, [a solidariedade] requer disponibilidade para aceitar os sacrifícios necessários para o bem da comunidade mundial.” (João Paulo II, 1987: nº 45)

Ao terminar a encíclica, João Paulo II, procura implicar cada nesta jornada em direcção a um mundo melhor:

“Cada um de nós é chamado a ocupar o próprio lugar nesta campanha pacífica, que há-de ser conduzida com meios pacíficos, para alcançar o desenvolvimento na paz e para salvaguardar a própria natureza e o mundo ambiente que nos rodeia. A Igreja sente-se profundamente implicada, também ela, nesta caminhada, em cujo feliz êxito final espera.” (João Paulo II, 1987: nº 47)

Já no pós-queda Muro de Berlim, em 1989, o Papa João Paulo II escreve esta sua terceira encíclica social como marco dos cem anos da “Rerum Novarum”. No tempo da “Centesimus Annus” (1991), o mundo continua em mudanças e convulsões políticas: dá-se a Guerra do Golfo e iniciam-se a série de independências da URSS: Estónia, Letónia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldávia, Azerbaijão, Quirguízia, Uzbequistão, Lituânia, Macedónia, Tajiquistão, Arménia, Croácia, Turquemenistão, Cazaquistão. Independências estas, que acabam por culminar com a demissão de Gorbachev e o conseqüente fim da URSS. Todos estes acontecimentos levavam a grandes desafios na reconstrução política e económica europeia. A publicação desta encíclica acaba por acontecer imediatamente antes da visita do Papa João Paulo II a Portugal, quase 10 anos após o atentado sofrido em Fátima. Este documento começa por reconhecer o grande compromisso social que vai existindo no mundo, seja individualmente ou em grupos informais e formais, que vai dando frutos na construção duma sociedade mais justa. Reconhece-se a Doutrina Social da Igreja como ferramenta de análise social que chego mesmo a inspirar unidade e paz em diferentes conflitos e na promoção da dignidade de pessoa humana. Manifesta-se insatisfação perante a manutenção das injustiças no campo do trabalho e até ao surgimento de novas formas de pobreza, e assim a conseqüente necessidade de uma intervenção do Estado no sentido de apoio os trabalhadores mais vulneráveis. Ainda que as questões operárias já não se coloquem, permanecem as difíceis condições de vida para muitas pessoas que são arrastadas nos processos económicos, sociais e políticos. Retomando a ideia de

que o trabalhador deve ser remunerado, no mínimo, como o suficiente para sustentar a sua família ainda se acrescenta: “ (...) inclusive com uma certa margem de poupança” (João Paulo II, 1991: nº 13). Permanece uma apologia do necessário apoio do Estado a quem menos tem e da aplicação do princípio da solidariedade por todos.

O Papa denuncia uma errada concepção da liberdade humana, que não respeitando os outros, chegam mesmo a atentar contra eles, apontando com exemplo as guerras mundiais e as ideologias a elas inerentes. Por outro lado o progresso científico acabar por estar ao serviço dos próprios instrumentos de guerra. No meio deste “jogo” encontram-se os países em vias de desenvolvimento, que são apanhados no meio destas quezílias ideológicas, sendo arrastados, influenciados e prejudicados por elas, nomeadamente por grupos extremistas. No entanto, nestes países, com a questão de descolonização, estão à mercê doutro tipo de domínio como o económico, sem existir quem consiga organizar estes novos países politicamente. Ainda assim, existem países que no meio das dificuldades conseguem alvejar formas políticas mais participativas e mais justas.

Reforça-se a importância do surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos sem deixar de chamar a atenção para o fato das políticas de auxílio ao desenvolvimento não serem ainda suficientemente eficazes assim como a construção de instrumentos alternativos às soluções violentas.

A “desilusão” do sistema económico confirma que não se pode sustentar a sociedade apenas nele, é preciso defender também a cultura e os direitos nacionais. Acima de tudo, aponta-se o ateísmo como causa da desorientação de tantos que já não encontravam sentido para a vida. Ainda que existam muitas condicionantes para exercer a liberdade, nada a pode destruir, pelo que as sociedades que a limitam, acabam por se auto-destruir.

No processo de reconstrução europeia, para além das renovações políticas e económicas, é fundamental fomentar também uma renovação material e moral. Os países ex-comunistas precisariam então também de ajuda na promoção do seu desenvolvimento económico e civil, ainda que isso nunca deve levar a esquecer os países do “Terceiro Mundo” que se encontram na maioria dos casos em situações significativamente mais graves.

Apesar de se sugerir muito explicitamente o desinvestimento em armamento que reverta para o desenvolvimento,

“Será necessário um extraordinário esforço para mobilizar os recursos, de que o mundo no seu todo não está privado, em ordem a objetivos de crescimento económico e desenvolvimento comum, redefinindo as prioridades e as escalas de valores, que estão servindo de base para decidir as opções económicas e políticas. (...) Mas sobretudo será necessário abandonar uma mentalidade que considera os pobres — pessoas e povos — como um fardo e como importunos maçadores, que pretendem consumir tudo o que os outros produziram. Os pobres pedem o direito de participar no usufruto dos bens materiais e de fazer render a sua capacidade de trabalho, criando assim um mundo mais justo e mais próspero para todos. A elevação dos pobres é uma grande ocasião para o crescimento moral, cultural e até económico da humanidade inteira.” (João Paulo II, 1991: nº 28)

Sublinhando o carácter não exclusivamente economicista do progresso defende-se um crescimento integral do ser humano que respeite a dignidade e a criatividade de cada um na centralidade da sua

vocação: “No ponto máximo do desenvolvimento, está o exercício do direito-dever de procurar Deus, de O conhecer e viver segundo tal conhecimento.” (João Paulo II, 1991: nº 29)

No mundo do trabalho, acontece que o nível de formação de um trabalhador é diferente do exigido, o que limita à partida o acesso ao mercado de trabalho e a capacidade de desenvolverem as suas competências, pondo-as a render. Há uma marginalização no acesso ao trabalho que implica ainda a não utilização das economias tradicionais de subsistência, uma vez que a concorrência e competitividade dos produtos são crescentes e ferozes. Estas pessoas encontram-se muitas vezes em situações bastante fragilizadas em cidades descaracterizadas dos países em vias de desenvolvimento e mesmo quando não marginalizados, encontram-se em esforço tremendo para obter apenas o essencial às suas vidas. Acontece ainda que a exploração da terra também implique condições de trabalho altamente degradantes. O desfasamento dos pobres é cada vez maior, uma vez que além de afastados do acesso a produtos básicos, não tem acesso a educação e informação que lhes permita melhorar o seu nível de vida. É necessário promover um acesso equitativo ao mercado internacional, dando ênfase aos recursos humanos e limitando a utilização dos bens naturais. Também nos países desenvolvidos as exigências formativas são cada vez maiores o que leva à exclusão das pessoas mais velhas, quem não tenha acesso a formação e os mais frágeis ou detentores de alguma espécie de limitação, incluindo neste grupo inevitavelmente as mulheres.

Hoje em dia para além da satisfação das necessidades básicas, são reclamados bens de qualidade a vários níveis. A economia consegue também criar novas necessidades, das quais derivam o consumismo mas também aqui: “é necessário deixar-se guiar por uma imagem integral do homem, que respeite todas as dimensões do seu ser e subordine as necessidades materiais e instintivas às interiores e espirituais.” (João Paulo II, 1991: nº 36) O não acautelamento destas questões pode prejudicar a saúde física e espiritual pelo que se deve educar para saber escolher responsabilmente. Não se reduz sequer a uma questão de consumos, mas mais que isso: deve definir o estilo de vida que se escolhe.

“É necessário, por isso, esforçar-se por construir estilos de vida, nos quais a busca do verdadeiro, do belo e do bom, e a comunhão com os outros homens, em ordem ao crescimento comum, sejam os elementos que determinam as opções do consumo, da poupança e do investimento. A propósito disto, não posso limitar-me a recordar o dever da caridade, isto é, o dever de acorrer com o «supérfluo», e às vezes até com o «necessário» para garantir o indispensável à vida do pobre”. (João Paulo II, 1991: nº 36)

João Paulo II destaca também a questão ecológica como drama dos tempos da encíclica, que também acaba por derivar do mal do consumismo na medida em que o homem se considera soberano na utilização e condução dos recursos naturais, o que muitas vezes acaba por provocar reacções da própria natureza e hipotecar as gerações futuras. O homem rejeita assim o seu papel de co-criador com Deus na forma como se apropria dos bens naturais.

No entanto, também são reconhecidas outras formas que tem travado o desenvolvimento como a falta de segurança, corrupção dos poderes públicos, fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em atividades ilegais ou puramente especulativas.

Há um forte apelo a um movimento coletivo que possa efetivamente levar ao desenvolvimento real e indispensável:

“Por isso, o outro nome da paz é o desenvolvimento. Como existe a responsabilidade coletiva de evitar a guerra, do mesmo modo há a responsabilidade coletiva de promover o desenvolvimento. Como a nível interno é possível e obrigatório construir uma economia social que oriente o funcionamento do mercado para o bem comum, assim é necessário que haja intervenções adequadas a nível internacional. Por isso deve-se fazer um grande esforço de recíproca compreensão, de conhecimento e de sensibilização da consciência. É esta a cultura almejada que faz crescer a confiança nas potencialidades humanas do pobre e, conseqüentemente, na sua capacidade de melhorar a sua condição através do trabalho, ou de dar um contributo positivo ao bem-estar económico. Para o fazer, porém, o pobre — indivíduo ou Nação — tem necessidade que lhe sejam oferecidas condições realisticamente acessíveis. Criar essas ocasiões é a tarefa de uma concertação mundial para o desenvolvimento, que implica inclusive o sacrifício das situações de lucro e de poder, usufruídas pelas economias mais desenvolvidas” (João Paulo II, 1991: nº 52)

Contudo, o Papa não quer que se esqueça que, apesar da queda do socialismo real, há rectificações a introduzir no sistema socioeconómico dos países ocidentais e que a situação do subdesenvolvimento se agrava a cada momento.

“De fato, estou persuadido que as religiões têm hoje e continuarão a ter um papel proeminente a desempenhar na conservação da paz e na construção de uma sociedade digna do homem.” (João Paulo II, 1991: nº 60) Na sequência desta afirmação, João Paulo II finda esta encíclica com uma enumeração das contribuições da Igreja através da Doutrina Social da Igreja: defesa nos trabalhadores face à exploração económica e os sistemas totalitários; centralidade da dignidade da pessoa humana; insistência na questão destino universal dos bens materiais; o advogar duma ordem social livre, consolidada pelo espírito de colaboração e solidariedade, afirmar os valores espirituais e religiosos para além das necessidades materiais, alerta e denúncia das situações dramáticas dos países em vias de desenvolvimento.

Após o longo pontificado de João Paulo II e com a difícil tarefa de suceder a um papa já em vida considerado santo, Bento XVI publica em 2005, 14 anos depois do último documento da Doutrina Social da Igreja, a encíclica “Deus Caritas Est”.

A primeira parte da encíclica é, essencialmente, uma reflexão e exposição sobre a origem etimológica e histórica da palavra Amor, tão comumente usada hoje em dia e com conotações tão diversificadas. A ideia é esclarecer o que é o Amor de Deus, o Amor cristão. Por outro lado, a segunda parte da mesma encíclica incide sobre as formas de concretizar este Amor cristão. Assim, o Papa Bento XVI começa por dizer que é tarefa da Igreja ajudar todos os que dela necessitem. O bem feito ao próximo deriva sempre da estreita relação com Deus e é mais do que um dever cívico e mais do que suprimir as necessidades materiais: é encontro de Amor que restitui dignidade e humanidade. Afirma-se claramente que a Doutrina Social da Igreja não quer ser nem imposição nem arma política mas antes, a partir da razão e do direito natural, promover a justiça e uma reflexão séria sobre as questões sociais nos diferentes tempos e consoante as suas também diferentes exigências. Não se substituindo ao Estado nem a outros agentes da sociedade civil, procura estimular uma purificação da razão através da formação ética. No entanto, perante as dificuldades da realidade, não pode também colocar-se de parte face à necessidade de concretizar esta justiça necessária ao mundo de hoje, sempre em diálogo com todos os outros que procurem esta mesma justiça. E assim como a Igreja

não pode assumir a tarefa da justiça, também o Estado não pode reclamá-la exclusivamente para si, tendo mesmo a obrigação de dar espaço a outras formas dentro da sociedade que se organizem também para esse fim.

A caridade nunca pode ser dispensável, mesmo nas sociedades mais justas, precisamente pelo seu carácter, profundamente humano.

A globalização dos meios de comunicação aproxima as realidades e os homens e permitem ter um conhecimento muito mais imediato também das necessidades e dificuldades dos diferentes pontos do mundo. Este conhecimento permite também que as diferentes ajudas necessárias, mais fácil e rapidamente cheguem ao seu destino. Por outro lado, crescem as atividades voluntárias:

“Desejo aqui deixar uma palavra de particular apreço e gratidão a todos aqueles que participam, de diversas formas, nestas atividades. Tal empenho generalizado constitui, para os jovens, uma escola de vida que educa para a solidariedade e a disponibilidade a darem não simplesmente qualquer coisa, mas darem-se a si próprios. À anti-cultura da morte, que se exprime por exemplo na droga, contrapõe-se deste modo o amor que não procura o próprio interesse, mas que, precisamente na disponibilidade a «perder-se a si mesmo» pelo outro (cf. Lc 17, 33 e paralelos), se revela como cultura da vida” (Bento XVI, 2005: nº 30)

Mas também os que trabalham profissionalmente no domínio da caridade, para além das competências profissionais exigidas, devem ser igualmente formados no amor aos que servem.

Bento XVI fecha esta encíclica com inúmeras referências de cristãos, da tradição e do passado recente, que viveram fielmente a lógica do amor que inspira esta mesma encíclica.

Num ano em que se comemoravam os 20 anos da queda do Muro de Berlim e em que Barack Obama era eleito como o primeiro presidente negro dos EUA, o Papa Bento XVI, escolhe escrever uma encíclica sobre a caridade na verdade, abordando logo desde o primeiro ponto a questão do desenvolvimento:

“A caridade na verdade, que Jesus Cristo testemunhou com a sua vida terrena e sobretudo com a sua morte e ressurreição, é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira. O amor - «caritas» - é uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz. É uma força que tem a sua origem em Deus, Amor eterno e Verdade absoluta. (Bento XVI, 2009: nº 1)

Nesta encíclica do ano 2009, “Caritas in Veritate”, afirma-se que se a caridade deve ser vista e praticada na verdade, logo o desenvolvimento também. Só a verdadeira caridade pode evitar a instrumentalização da ajuda ao próximo. A Doutrina Social da Igreja orienta-se na caridade, na promoção do desenvolvimento, através de dois critérios: a justiça e o bem comum. Mas a justiça é critério que se supera na própria caridade, na medida em que esta ultrapassa a primeira pelo dom e pelo perdão. As relações mais importantes em sociedade são as de gratuidade, misericórdia e comunhão.

O bem comum depende do bem individual e o bem individual depende do bem comum e ambos devem ser procurados de forma desinteressada. O compromisso pelo bem comum implica, por um lado, aplicar a lógica do cuidado, mas por outro aplicá-la nas instituições que existem com esse mesmo propósito, para que se ajude realmente, no que realmente é necessário.

No entanto, Bento XVI, não deixa de ressaltar que a caridade praticada na forma cristã tem um valor acrescido: “Quando o empenho pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma valência superior à do empenho simplesmente secular e político.” (Bento XVI, 2009: nº 7)

Receia-se que a crescente globalização não corresponda ao que o homem mais precisa:

“O risco do nosso tempo é que, à real interdependência dos homens e dos povos, não corresponda a interação ética das consciências e das inteligências, da qual possa resultar um desenvolvimento verdadeiramente humano. Só através da caridade, iluminada pela luz da razão e da fé, é possível alcançar objetivos de desenvolvimento dotados de uma valência mais humana e humanizadora.” (Bento XVI, 2009: nº 9)

A missão da Igreja, ainda que não técnica, é da promoção duma sociedade mais digna para todos os homens. E é na fidelidade à verdade que se garante a liberdade e um Desenvolvimento Humano integral. A Igreja não pode jamais abdicar da sua missão de serviço neste sentido também. O autêntico desenvolvimento não se pode realizar sem visar todas as dimensões da pessoa humana. Por esta razão este desenvolvimento também não pode ser meramente exterior, não é conseguido apenas através de algumas organizações a quem se possa incumbir dessa tarefa. Sem a perspectiva transcendente da pessoa humana, o desenvolvimento acaba egoísta e infértil. Não se pode corroborar com um desenvolvimento vendido à lógica da técnica, nem concordar com os que questionam a utilidade do desenvolvimento.

“O Desenvolvimento Humano integral supõe a liberdade responsável da pessoa e dos povos: nenhuma estrutura pode garantir tal desenvolvimento, prescindindo e sobrepondo-se à responsabilidade humana. (...) Somente se for livre é que o desenvolvimento pode ser integralmente humano; apenas num regime de liberdade responsável, pode crescer de maneira adequada.” (Bento XVI, 2009: nº 17)

A Doutrina Social da Igreja advoga o valor incondicional da pessoa humana e o sentido do seu crescimento. É no Evangelho que encontramos a plenitude da raiz do desenvolvimento, uma vez que Jesus Cristo foi verdadeiramente homem.

O subdesenvolvimento não se traduz apenas em questões materiais mas também na ausência de uma capacidade de pensamento crítico que leva à solidariedade entre os homens.

Bento XVI questiona o modelo de desenvolvimento que foi seguido nas últimas décadas. A tecnologia não resolveu todos os problemas e o lucro, quando não bem direccionado, não pode atingir os objetivos pretendidos do desenvolvimento. Ainda que se reconheçam algumas conquistas e evoluções do desenvolvimento, este também se encontra ainda mais condicionado atualmente devido à crise. É urgente um novo enquadramento global e uma nova síntese humanista. Todavia a crise é uma oportunidade de repensar o percurso que tem sido feito e a encontrar formas criativas de enfrentar os novos desafios, aproveitando as que já resultam. Deve ser a confiança que prevalece, acima de tudo o resto, face a estas dificuldades.

O desenvolvimento hoje assume vários rostos e causas, com responsabilidades igualmente diversificadas e é preciso não analisar a questão não superficialmente. As diferenças entre países esbatem-se mas para assumir novos contornos: há novas pobreza nos países ricos e novas riquezas nos países pobres. Estas últimas são particularmente violentas no contexto dos países pobres. Problemas como a corrupção e desvio de fundos de ajuda são frequentes e um obstáculo para o próprio desenvolvimento. É reforçada a ideia de que o progresso económico e tecnológico não

corresponde ao desenvolvimento verdadeiro e integral, até porque este tipo de progresso isolado pode mesmo gerar maiores desequilíbrios.

Bento XVI volta a referir que o apelo de João Paulo II de uma revisão global do desenvolvimento, foi apenas verificada parcialmente, e que hoje continua a ser um imperativo que poderá ser impelido pela própria crise económica. Um dos aspetos importantes de reavaliar é próprio papel do Estado, de forma a torná-lo mais eficaz e a valorizar espaços diferenciados de participação política ao nível das organizações da sociedade civil, levando a um maior envolvimento e compromisso por parte dos cidadãos.

Um tipo de desenvolvimento centrado no consumo levou a que os países competissem mais entre si pela atracção da produção para si próprios, o que agravou a situação dos trabalhadores: dos que ficam sem trabalho e dos que recebem menos do que o justo. Esta questão também afectou os sistemas de segurança social e o poder de negociação de sindicatos. Ainda que a mobilidade laboral tenha muitos aspetos positivos, é importante ressaltar a estabilidade emocional de quem se vê forçado a imigrar:

“Querida recordar a todos, sobretudo aos governantes que estão empenhados a dar um perfil renovado aos sistemas económicos e sociais do mundo, que o primeiro capital a preservar e valorizar é o homem, a pessoa, na sua integridade: «com efeito, o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económico-social» [61].” (Bento XVI, 2009: nº 25)

É urgente uma aposta num desenvolvimento a longo prazo, associado a uma reflexão sobre o sentido da economia e os seus fins e para corrigir os atuais modelos de desenvolvimento: “Na realidade, exige-o o estado de saúde ecológica da terra; pede-o sobretudo a crise cultural e moral do homem, cujos sintomas são evidentes por toda a parte.” (Bento XVI, 2009: nº 32)

Continua a ser necessário acabar com o problema fome. A insegurança alimentar deve ser uma prioridade solucionada o mais possível ao nível dos recursos locais, complementando as novas tecnologias agrícolas com as tradicionais e, numa perspectiva de longo prazo. Tudo para que todos possam usufruir pelo menos dos direitos à alimentação e à água.

Por outro lado, numa lógica de solidariedade, estes países também podem contribuir para a solução global da crise na medida em que hoje possuem capacidades que estão esgotadas nos países desenvolvidos, numa ótica de partilha de interesses.

A igreja considera que um dos aspetos mais centrais das questões do desenvolvimento é a do respeito pela vida: “ (...) A abertura à vida está no centro do verdadeiro desenvolvimento. Quando uma sociedade começa a negar e a suprimir a vida, acaba por deixar de encontrar as motivações e energias necessárias para trabalhar ao serviço do verdadeiro bem do homem.” (Bento XVI, 2009: nº 28)

Por outro lado também se salienta a crescente negação do direito à liberdade religiosa, que não se pode confundir com as questões do terrorismo e do fundamentalismo. É a promoção da indiferença religiosa ou do ateísmo prático que leva a um subdesenvolvimento espiritual que acaba por conduzir ao subdesenvolvimento moral. O Desenvolvimento Humano integral precisa de uma interação constante de todos os elementos que dizem respeito ao homem, precisamente porque a própria caridade exige saber.



Não se pode levar em conta as perspectivas que consideram que a economia necessita de um certo nível de pobreza e desenvolvimento para se manter, uma vez que o próprio mercado precisa de aspetos que o mantenham que vão para além da questão económica.

Por isso mesmo, o grande desafio que se coloca está a outro nível:

“O grande desafio que temos diante de nós – resultante das problemáticas do desenvolvimento neste tempo de globalização, mas revestindo-se de maior exigência com a crise económico-financeira – é mostrar, a nível tanto de pensamento como de comportamentos, que não só não podem ser transcurados ou atenuados os princípios tradicionais da ética social, como a transparência, a honestidade e a responsabilidade, mas também que, nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da atividade económica normal. Isto é uma exigência do homem no tempo atual, mas também da própria razão económica. Trata-se de uma exigência simultaneamente da caridade e da verdade.” (Bento XVI, 2009: nº 36)

É importante combater visões pessimistas da globalização, uma vez que ela contém em si muitos aspetos positivos como a humanidade estar mais ligada entre si o que leva a uma maior responsabilização entre todos. Também as questões culturais são mais partilhadas, o que deve implicar investir simultaneamente nas características específicas e comunitárias que estejam abertas à transparência.

A globalização deve ter sempre presente a caridade e a verdade, como possibilidade real para uma mais justa redistribuição da riqueza, porque ainda que não seja má em si, corre o risco de ser mal utilizada. Uma abordagem sistémica: “ (...) permitirá viver e orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha.” (Bento XVI, 2009: nº 42)

Os direitos humanos implicam também deveres e não podem ser fundamentados em algo que os possa por em causa permanentemente, sob pena de perderem a sua credibilidade junto daqueles que mais os necessitam de promover. É importante perceber que: “A partilha dos deveres recíprocos mobiliza muito mais do que a mera reivindicação de direitos.” (Bento XVI, 2009: nº 43)

O crescimento demográfico também é um fator significativo na questão de direitos e deveres que promovam o desenvolvimento. No trabalho em desenvolvimento nunca se deve esquecer a centralidade da pessoa humana, que também é quem deve garantir que este aconteça, de forma a promover a melhoria de condições de vida que igualmente permite o cumprimento de deveres. Todavia, é importante não esquecer que:

“Para poderem adaptar-se às diversas situações, os programas de desenvolvimento devem ser flexíveis; e as pessoas beneficiárias deveriam estar envolvidas diretamente na sua delineação e tornar-se protagonistas da sua atuação. É necessário também aplicar os critérios da progressão e do acompanhamento – incluindo a monitorização dos resultados – porque não há receitas válidas universalmente; depende muito da gestão concreta das intervenções.” (Bento XVI, 2009: nº 47)

Mas convém que os próprios projetos e organizações que fazem parte da cooperação internacional, não desperdicem os seus meios, mais nas suas diligências do que com os povos a quem eles se destinam. Por outro lado, é necessária uma política de transparência e de prestação de contas.

Nem a natureza pode ser considerada acima do homem nem pode ser desrespeitada na forma como dela se dispõe arbitrariamente e abusivamente. Assim deve-se considerar a natureza como algo a preservar para as gerações futuras. Deve-se reconhecer o âmbito ecológico entre outros que procurem ter em conta este futuro, como o jurídico, económico, político, cultural.

Os critérios em que a Igreja fundamenta a vocação ao desenvolvimento, baseiam-se sobretudo no transcendente e dele dependem:

“A verdade e o amor que a mesma desvenda não se podem produzir, mas apenas acolher. A sua fonte última não é – nem pode ser – o homem, mas Deus, ou seja, Aquele que é Verdade e Amor. Este princípio é muito importante para a sociedade e para o desenvolvimento, enquanto nem uma nem outro podem ser somente produtos humanos; a própria vocação ao desenvolvimento das pessoas e dos povos não se funda sobre a simples deliberação humana, mas está inscrita num plano que nos precede e constitui para todos nós um dever que há-de ser livremente assumido. Aquilo que nos precede e constitui – o Amor e a Verdade subsistentes - indica-nos o que é o bem e em que consiste a nossa felicidade. E, por conseguinte, aponta-nos o caminho para o verdadeiro desenvolvimento.” (Bento XVI, 2009: nº 52)

Estão presentes muitas referências ao desenvolvimento enquanto missão de comunhão entre toda a família humana em paz e justiça, fruto da harmonizada relação entre todos. O princípio da subsidiariedade, é um dos maiores contributos da Doutrina Social da Igreja na medida em que defende a responsabilização de cada um ao seu nível e capacidade de intervenção, promovendo assim a liberdade e a participação, de forma a valorizar as competências de cada um. A subsidiariedade leva-a a que se fomente a reciprocidade e a solidariedade entre todos, o que a torna num princípio útil para a gestão da globalização e de um Desenvolvimento Humano. A sua ligação com o princípio da solidariedade é estreita, uma vez que ambas precisam uma da outra para se ordenarem. A subsidiariedade sem solidariedade é mero cumprimento legalista, vazio e sem sentido. E a solidariedade precisa da subsidiariedade na medida em que compromete e promove o que precisa de ajuda. Assim também os programas de ajuda ao desenvolvimento devem ter em consideração o envolvimento de todos na sua construção, principalmente dos que necessitam dessa ajuda, na medida em que são estes que se constituem como a maior riqueza e potencialidade de cada país.

Um dos aspetos mais fundamentais a incidir no desenvolvimento é a educação, seja a formal como na formação humana. Outra questão que se levanta nestas realidades é a da migração, para a qual é necessário ter especial cuidado e atenção seja ao nível do direito, como do acolhimento das próprias comunidades.

Um fator preponderante nos problemas do desenvolvimento é o desemprego, uma vez que este está diretamente relacionado com a pobreza. Não obstante, também as condições praticadas no trabalho de cada um devem respeitar a dignidade do trabalho humano. A este nível também se pede uma solidariedade entre as organizações defensoras dos trabalhadores dos países desenvolvidos para com os trabalhadores dos países em vias de desenvolvimento, partilhando o que lhes permitiu, no seu percurso, alcançar mais direitos.

As finanças e a economia precisam de ser reestruturadas para que tenham em consideração a ética e a dimensão humanitária. Esta reestruturação deve dar-se também ao nível das organizações mundiais com vista a conferir voz de forma relevante aos países pobres. É essencial colocar finalmente a ordem social a par com a ordem moral.

Uma insistência particular na perspectiva do desenvolvimento da Igreja é a interdependência entre o desenvolvimento de cada pessoa e o desenvolvimento dos povos:

“O tema do desenvolvimento dos povos está intimamente ligado com o do desenvolvimento de cada indivíduo. Por sua natureza, a pessoa humana está dinamicamente orientada para o próprio desenvolvimento. Não se trata de um desenvolvimento garantido por mecanismos naturais, porque cada um de nós sabe que é capaz de realizar opções livres e responsáveis; também não se trata de um desenvolvimento à mercê do nosso capricho, enquanto todos sabemos que somos dom e não resultado de auto-geração.” (Bento XVI, 2009: nº 68)

As problemáticas do desenvolvimento, não estão apenas relacionadas com situações de raiz meramente técnica, como as condicionantes dos mercados ou debilidades políticas. É imprescindível que existam cidadãos bem formados, tanto profissional como moralmente, que procurem desinteressadamente o bem comum. O conhecimento e as capacidades técnicas não podem estar reservadas apenas para aqueles que os detêm, mas colocado ao serviço de todos.

Relativamente aos meios de comunicação social há um apelo explícito a um olhar mais humano:

“Dada a importância fundamental que têm na determinação de alterações no modo de ler e conhecer a realidade e a própria pessoa humana, torna-se necessária uma atenta reflexão sobre a sua influência principalmente na dimensão ético-cultural da globalização e do desenvolvimento solidário dos povos.” (Bento XVI, 2009: nº 73)

Os meios de comunicação social devem procura estar centrados na pessoa humana e no bem comum, tendo em conta os valores universais. Devem estar orientados pela verdade e pela caridade, que promovem a liberdade e a comunhão entre os povos na sua emancipação e participação pela justiça.

Deve-se ainda investir do desenvolvimento numa bioética que se disponha a mediar a relação da técnica com a moral no sentido deste Desenvolvimento Humano integral. Propõe-se um olhar para além do material relativamente ao desenvolvimento, na medida em que sem um desenvolvimento espiritual e moral, o desenvolvimento técnico em si não bastará para dar resposta às necessidades do homem que requerem caminhos de caridade e verdade.

Para a Igreja é no humanismo cristão que reside a maior força potencial de serviço ao desenvolvimento, considerando que: “O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano.” (Bento XVI, 2009: nº 78)

Encerra-se esta encíclica com uma orientação específica para o amor na verdade e para a confiança como vias únicas de desenvolvimento autêntico:

“O desenvolvimento tem necessidade de cristãos com os braços levantados para Deus em atitude de oração, cristãos movidos pela consciência de que o amor cheio de verdade – *caritas in veritate* -, do qual procede o desenvolvimento autêntico, não o produzimos nós, mas é-nos dado. Por isso, inclusive nos momentos mais difíceis e complexos, além de reagir conscientemente devemos sobretudo referir-nos ao seu amor. O desenvolvimento implica atenção à vida espiritual, uma séria consideração das experiências de confiança em Deus, de fraternidade espiritual em Cristo, de entrega à providência e à misericórdia divina, de amor e de perdão, de renúncia a si mesmos, de acolhimento do próximo, de justiça e de paz.” (Bento XVI, 2009: nº 79).



### **CAPÍTULO III – DISCUSSÃO DE COMPLEMENTARIDADES E INOVAÇÃO ENTRE CONCEITOS**

O presente capítulo pretende expor o conceito de Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana presente na Doutrina Social da Igreja para melhor enquadrá-lo e aprofundá-lo no contexto dos documentos anteriormente apresentados no capítulo II.

Procura ainda estabelecer os pontos de contacto com os conceitos de desenvolvimento presentes no capítulo I para colocar em evidência as suas complementaridades e convergências mais relevantes.

Finalmente, apresenta a proposta mais diferenciada e alternativa da Igreja aos conceitos apresentados e como contributo original para as teorias e práticas do desenvolvimento, almejando ser uma mais-valia para clarificar as ideias presentes sobre o desenvolvimento na Doutrina Social da Igreja mas também para ser conhecimento a acrescentar às reflexões do desenvolvimento dentro e fora das fronteiras da Igreja na medida que se identifica com a proposta cristã de atuação.

#### **1. O conceito de Desenvolvimento Integral da Doutrina Social da Igreja**

A Igreja Católica nunca se quis assumir, ao nível da Doutrina Social da Igreja, como referência científica das questões sociais nem do desenvolvimento, mas arrogar-se do seu papel político, num sentido da sua intervenção em prol do bem público e de serviço cívico que deve à comunidade, como relevante instituição da sociedade civil. O contributo que a Igreja pretende dar nestas temáticas extravasa o âmbito das questões religiosas e morais. A Igreja procura não apenas cumprir a sua missão de anunciar o Evangelho mas de denunciar segundo os critérios do Evangelho, o que não é bom para homem. A diversidade das próprias igrejas locais e a sua presença em praticamente todo o mundo, confere à Igreja, a autoridade de conhecimento de quem vai sentindo e pressentindo as dificuldades de cada território específico. Por outro lado, todo o acompanhamento histórico da evolução do mundo dos últimos 2000 anos, através duma leitura dos sinais dos tempos sob este olhar atento ao planeta, associado aos vários autores de dentro da Igreja também acreditados e reconhecidos até pela ciência, concede à Igreja um especial lugar de observação e opinião social. Como também já foi referido anteriormente no capítulo II, a questão é que qualquer que seja a posição da Igreja relativamente a um assunto, essa opinião nunca passará despercebida nem deixará de suscitar as mais diferentes reacções.

A Doutrina Social da Igreja inaugura esta abertura das estruturas do Vaticano de comunicarem para além das fronteiras das suas comunidades. O que é afirmado já não se dirige apenas aos crentes mas a todos os povos da terra no geral, sejam eles crentes noutras religiões ou mesmo descrentes. Assinala assim também uma atenção e um compromisso para com a comunidade humana, não se colocando como um grupo de especiais iluminados, mas de cidadãos empenhados em, segundo os seus critérios, melhorar as condições da vida do mundo. As mensagens que aparecem a partir daqui e enquadradas na Doutrina Social da Igreja, já procuram chegar ao maior número de pessoas de forma influenciar positivamente, o que o Papa João XXIII acabaria por apelidar de "homens de boa vontade".

Um das características transversais a toda a Doutrina Social da Igreja é uma preocupação latente com o estado do mundo de uma forma geral, e de como todas as alterações sociais, sejam elas geradas por fatores económicos ou científicos ou não, têm impactos diretos na (qualidade de) vida de cada ser humano.

De fato, a Doutrina Social da Igreja foi-se tornando num canal de comunicação privilegiado pelo qual a Igreja manifesta as suas perceções do caminho da humanidade e cada vez mais apoiada em autores diferenciados.

Assim, uma das grandes contribuições da Igreja para as questões do desenvolvimento é, sem dúvida, a insistência da defesa do Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana. O Papa Bento XVI recupera as orientações de Paulo VI neste sentido reafirmando que “ (...) a Igreja inteira, em todo o seu ser e agir, quando anuncia, celebra e actua na caridade, tende a promover o Desenvolvimento Integral do homem.” (Bento XVI, 2009: nº 11) E insiste ainda que “A verdade do desenvolvimento consiste na sua integralidade: se não é desenvolvimento do homem todo e de todo o homem, não é verdadeiro desenvolvimento.” (Bento XVI, 2009: nº 18). “O homem todo e todo o homem” é uma expressão que procura aprofundar não só a totalidade das dimensões da pessoa, mas também a totalidade das realidades em que ela se move. Não só um desenvolvimento de toda a humanidade e de todos os povos, mas de toda a concretude que habita da perspectiva da visão cristã do mundo, incidindo holisticamente sobre ele.

Encontramos ainda o conceito apresentado de seguida e adoptado no Compêndio da Doutrina Social da Igreja Católica (2005), como algo específico dos ensinamentos da Igreja e que se centra nas diferentes necessidades de cada homem. Pode ser encarado, talvez, como uma personalização no ser humano do Desenvolvimento Integrado. Se um diz respeito ao desenvolvimento dos povos, outro reconhece que esse desenvolvimento mais global depende do desenvolvimento individual de cada um, em todas as suas vertentes.

“ (...) A pessoa humana há-de ser sempre compreendida na sua irrepetível e ineliminável singularidade. O homem existe, com efeito, antes de tudo como subjectividade, como centro de consciência e de liberdade, cuja história única e não comparável com nenhuma outra expressa a sua irredutibilidade a toda e qualquer tentativa de constrangê-lo dentro de esquemas de pensamento ou sistemas de poder, ideológicos ou não. Isto impõe, antes de tudo, a exigência não somente do simples respeito por parte de todos, e especialmente das instituições políticas e sociais e dos seus responsáveis para com cada homem desta terra, mas bem mais: isto comporta que o primeiro compromisso de cada um em relação ao outro, e sobretudo destas mesmas instituições, seja precisamente a promoção do Desenvolvimento Integral da pessoa.” (Conselho Pontifício Justiça e Paz, 2005: nº 131)

O Papa Paulo VI, acaba por ser o primeiro a utilizar a expressão Desenvolvimento Integral na sua encíclica *Populorum Progressio*, talvez influenciado simultaneamente pela realidade da globalização do mundo mas também, certamente, pela experiência do Concílio Vaticano II, que também teria servido para clarificar a realidade da diversidade e da universalidade da Igreja. Os seus apelos são sempre no sentido de um desenvolvimento congregador e unificador de todos para o bem de todos, sendo a expressão máxima deste tipo de desenvolvimento defendido pela Igreja: “o Desenvolvimento Integral do homem todo e de todo o homem”, de forma a exprimir a necessidade de desenvolvimento

da totalidade das dimensões do ser humano, permitindo também que esse desenvolvimento aconteça em toda a humanidade: “O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo (...)” (Paulo VI, 1967: nº 14)

Mais tarde, na encíclica “Sollicitudo Rei Socialis”, João Paulo II, reforça e complementa esta ideia afirmando que o Desenvolvimento Integral implica mais do que ir além dos obstáculos económicos porque se trava ao nível de atitudes mais profundas configuradas em valores absolutos.

O objetivo deste desenvolvimento é sempre que a pessoa possa *ser* mais, ainda que para tal necessite de *ter* algumas condições básicas, remetendo-se à urgente passagem de condições menos humanas a condições mais humanas. É neste sentido que a Igreja propõe uma visão global do homem e da humanidade. O desenvolvimento de uns nunca poderá implicar o decréscimo de outros e assim também situações como conflitos (ou preparações de conflitos) militares são, na expressão do Papa João Paulo II, “o maior inimigo do Desenvolvimento Integral dos povos”. O homem e a mulher devem ser sempre os próprios protagonistas do desenvolvimento, assim como cada povo/nação se deve desenvolver integralmente. Deste modo, como também já foi referido anteriormente, a Igreja encontra-se disposta a colaborar com todos os interessados no desenvolvimento.

Um dos imperativos neste conceito é a questão da liberdade porque é na conjugação desta com uma caridade fundada no conhecimento, que o Desenvolvimento Integral ganha espaços para se tornar real.

Esta integralidade pauta-se por uma centralidade no ser humano, independentemente da perspectiva de desenvolvimento que adopte e de que prisma se possa analisá-lo. Só sendo integral é que o desenvolvimento pode ser autêntico.

Mesmo em questões centrais da vida humana como o trabalho, este último nunca pode deixar de ter uma visão integral da sociedade que lhe permita assim traçar estes caminhos de maior desenvolvimento. É neste sentido que a Igreja sempre combateu perspectivas que considera parciais da sociedade como capitalismo liberalista ou o coletivismo marxista.

Ao entrar nas dimensões de Desenvolvimento Integrado da pessoa humana, compreendamo-lo como caminho para o Desenvolvimento Integral e ao encará-lo como direito e não apenas como aspiração (Conselho Pontifício Justiça e Paz, 2005: nº 446). Os princípios inerentes a este direito são: bem comum, destino universal dos bens, subsidiariedade, participação e solidariedade.

Pelo princípio de bem comum entende-se um conjunto de condições sociais que permitam, tanto individual como comunitariamente, alcançar a dignidade de vida mínima e necessária. Por outro lado, cada um é pessoalmente responsável pela busca do bem comum e do desenvolvimento. Cada nação tem também o dever de contribuir para o bem comum de toda a humanidade e das gerações futuras. Deve-se promover o bem comum, que é uma exigência da justiça e da caridade e que por conseguinte procura cuidar, apoiando-se nos recursos existentes. Numa sociedade globalizada mais atenção se deve ter em relação ao bem comum, orientando para ele os instrumentos de organização social, por exemplo, os próprios meios de comunicação social devem procurar fazê-lo. Mas ainda mais premente é colocar a economia e os objetivos do lucro ao serviço do bem comum, garantindo os

bens básicos e os direitos humanos de todas as pessoas. É necessário uma busca do bem comum comprometida e determinada na qual estejam envolvidos todos os agentes: Estado, sociedade civil e mercado.

O princípio do destino universal dos bens acaba por estar diretamente relacionado com o anterior na medida em que concorre para o bem comum. A ideia de uma redistribuição da riqueza, existente em muito autores, só faz sentido para a Igreja se essa mesma redistribuição conduzir ao bem comum. Nesta mesma linha de pensamento, este destino universal de bens, deve privilegiar os pobres e os que se encontram em situação de maior exclusão, o que a Igreja acaba por representar na expressão “opção preferencial pelos pobres”. Este princípio não é excludente da situação da propriedade privada que a Igreja reconhece como direito, apenas defende uma regulamentação justa para todos do uso dos bens. Isto pode manifestar-se muito objetivamente na atribuição de verbas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento ou em situações de pós-guerra e outro tipo de apoios privados às questões do desenvolvimento.

“O destino universal dos bens comporta, portanto, um esforço comum que visa obter para qualquer pessoa e para todos os povos as condições necessárias ao Desenvolvimento Integral.” (Vaticano II, 1965 n.º 69)

Outro dos princípios transversais à Doutrina Social da Igreja, é o princípio da subsidiariedade. Este princípio salvaguarda que nenhuma organização se substitua ou se deixe substituir por outra ao nível das suas responsabilidades de atuação. Este princípio defende que o Estado não deve substituir o papel da sociedade civil e que cada nível de intervenientes em sociedade deve fazer aquilo que lhe compete, sem se desresponsabilizar, de forma a promover uma participação adequada e efetiva em todos os patamares da sociedade. Mesmo ao nível político e de criação de um ambiente económico favorável, os poderes públicos devem ser responsabilizados e comprometer-se a sempre reconhecer e apoiar as iniciativas da sociedade civil. Procura descentralizar, evitar a burocracia e o assistencialismo e a substituição do Estado por outros actores da sociedade civil. Sustenta ainda o crescente espírito de liberdade e de iniciativa, individual e coletivo em função do bem comum. Anseia um passo até maior: recomenda às organizações que permaneçam ao serviço do bem comum e que os seus próprios trabalhadores possam encontrar nelas uma possibilidade de crescimento pessoal.

A subsidiariedade também pode ser manifestação da liberdade humana na medida em que promove a colaboração entre todos, mas preocupando-se sempre em estimular a autonomia de quem é apoiado e reconhecendo também a sua capacidade de ter algo como contributo recíproco, respeitando a sua dignidade. Por conseguinte, a subsidiariedade promove ainda o Desenvolvimento Humano.

Assim, também princípio da participação é uma consequência do princípio da subsidiariedade que leva a concretização do princípio do bem comum, na medida em que leva a pessoa a contribuir para a vida cultural, económica, política e social da sua sociedade.

A participação é envolvimento activo, responsável e comprometido com a coisa pública. Para que a participação seja uma realidade que leva ao Desenvolvimento Integral, é necessário que seja exercida em igualdade e em liberdade, na medida em que estas últimas permitem, além do mais, uma qualidade de participação. Ao nível individual, cada um deve procurar perceber onde melhor se



enquadra e qual pode ser o seu nível de participação, por exemplo, no trabalho ainda que neste caso não dependa exclusivamente do indivíduo. A Igreja reconhece que o sistema político que mais facilita a participação é o democrático, fazendo recomendações nesse sentido. Ainda assim também afirma que cada país deve ter um grau de participação o mais elevado possível nas responsabilidades e decisões acerca do seu próprio desenvolvimento.

O Papa João Paulo II na encíclica “Sollicitudo Rei Socialis”, chega mesmo a fazer uma referência ao Movimento dos Países Não Alinhados como exemplo de nova organização regional que favorece a participação, baseada em igualdade e liberdade de um grupo de países em vias de desenvolvimento. A participação também se joga ao nível duma igualdade no processo económico internacional, fazendo parte do concerto das nações, e de forma justa nos bens e nos serviços destinados a todos. Não se pode deixar de mencionar a indispensabilidade duma participação política dos países não só numa esfera nacional mas também na esfera internacional e por vezes através de organizações da sociedade civil. Por último, este princípio visa também motivar a participação dos menos favorecidos, a rotatividade dos poderes políticos e uma gestão pública co-responsável.

Finalmente, o princípio da solidariedade também se encontra, inevitavelmente relacionado com os anteriores. Como por exemplo com o princípio de subsidiariedade na medida em que “a subsidiariedade sem a solidariedade decai no particularismo social, a solidariedade sem a subsidiariedade decai no assistencialismo que humilha o sujeito necessitado” (Bento XVI, 2009: nº 58).

A solidariedade é vista, antes de tudo, como dever moral, que implica uma obrigação e uma responsabilidade de todos para com todos. Esta solidariedade deve surgir como um movimento geral traduzida em várias dimensões: histórica, humanitária, laboral, etc. Igualmente este princípio não pode nunca estar dissociada da liberdade e vice-versa, em ordem à promoção o Desenvolvimento Integral.

A interdependência dos países é incontornável, mas apenas uma interdependência que se pautar pela existência das diferentes dimensões (económica, cultural, política, ecológica, jurídica e religiosa), para que seja uma verdadeira solidariedade que tem em conta as gerações futuras. Este processo de interdependência deve ser também construído na dimensão ético-social para que as injustiças não sejam também elas globalizadas. Assim, a solidariedade internacional deve igualmente preocupar-se, independentemente da conjuntura económica, com um maior acesso à educação, mas também em fomentar uma educação para a solidariedade.

É possível reconhecer a existência de solidariedade numa sociedade quando os seus membros se reconhecem como pessoas e os pobres se ajudam entre si, unindo-se para reivindicar os seus direitos. Por outro lado, a solidariedade deve acontecer num plano individual mas também entre países, uma vez que a comunidade humana se constrói na solidariedade, num crescimento comum, que todos partilham. Todas as sociedades devem apontar para uma ordem social livre e assente em colaboração e solidariedade, geradora de instrumentos eficazes de solidariedade que conduzem a uma economia de valores humanos e que procura ser solidária até no patamar da decisão de investimentos, na medida em que toma as suas opções em ordem a um bem maior. Neste sentido, também o Estado deve usar a solidariedade ao serviço dos mais débeis, sobretudo devido às redes

tradicionais de solidariedade (sindicatos, organizações da sociedade civil, etc.) encontrarem obstáculos cada vez maiores a superar.

A solidariedade ao um nível mais básico é o despertar de consciência para o reconhecimento da alimentação e do acesso à água como direitos universais, assim como a percepção de que o desenvolvimento dos países pobres também pode ajudar à resolução das atuais crises financeiras. O subdesenvolvimento acontece também e ainda quando existe um descuido dos deveres da solidariedade.

A solidariedade plena é então, aquela que conduzindo à paz, conduz também ao desenvolvimento. Na perspectiva cristã esta assume ainda contornos da gratuidade total, do perdão e da reconciliação.

Os valores associados a estes princípios são os do amor, verdade, liberdade e justiça:

“A sua prática constitui a via segura e necessária para alcançar um aperfeiçoamento pessoal e uma convivência social mais humana; eles constituem a referência imprescindível para os responsáveis pela coisa pública, chamados a realizar «as reformas substanciais das estruturas económicas, políticas, culturais e tecnológicas e as mudanças necessárias nas instituições»” (Conselho Pontifício Justiça e Paz, 2005: nº 197).

Uma visão da pessoa humana como princípio e fim do desenvolvimento, não centrada no individualismo, mas sim no caminho a fazer juntos que começa, necessariamente, em cada um.

## **2. As complementaridades entre a visão da Doutrina Social da Igreja do desenvolvimento e os conceitos de desenvolvimento**

### **2.1. Desenvolvimento Humano**

Relativamente ao conceito de desenvolvimento, conseguimos encontrar paralelismos na oposição a uma visão quantitativa do desenvolvimento, que reduz, na maioria dos casos a questões ligadas ao crescimento económico mas também a uma análise meramente estatística. Encontramos um entendimento comum quanto à necessidade de colmatação das necessidades básicas, de promoção de educação e saúde, mas mais do que isso, na esfera da garantia de liberdades políticas, económicas e sociais. Existe uma recusa, tanto por parte da Doutrina Social da Igreja como do Desenvolvimento Humano, dos rendimentos como critério exclusivo de desenvolvimento e realização. No fundo, o surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano é uma tentativa de dar resposta a estas preocupações, de forma a que não estivesse exclusivamente limitado ao PIB, o critério de avaliação do desenvolvimento de um país.

Na visão integral da Doutrina Social da Igreja, nunca existe a possibilidade de avaliar o desenvolvimento segundo um único critério, por outro lado um país também deve ser contextualizado nas características da região em que se insere, o que coincide com a linha de pensamento de Amartya Sen. Este mesmo autor também se cruza com a Doutrina Social da Igreja, na defesa das capacidades e das funcionalidades da pessoa (capabilities em inglês), o que surge na encíclica “Centesimus Annus” como necessidade de desenvolvimento de competências de cada um e mais recentemente na encíclica “Caritas in Veritate”, como necessidade de valorização dessas

competências. Assim, as competências de cada um devem ser consideradas e colocadas ao serviço do desenvolvimento. Similarmente as referências do Desenvolvimento Humano a uma abordagem mais centrada nas capacidades e nas funcionalidades do que numa lógica utilitarista são consonantes com uma rejeição da instrumentalização do trabalho humano e do próprio homem como meio e não como fim por parte da Igreja.

Por outro lado, a questão da liberdade, central em Amartya Sen, surge igualmente muitas vezes nos documentos da Doutrina Social da Igreja como condição imprescindível para o exercício dos seus próprios princípios como o bem comum, a subsidiariedade, a participação e a solidariedade. Sobretudo ao nível da participação, para a qual a liberdade é essencial, é possível observar uma grande convergência de ideias.

Ainda a par do Desenvolvimento Humano, a própria questão da globalização da injustiça e de um agravamento das questões sociais está presente no Papa João XXIII, como preocupação eminente do desenvolvimento.

Facilmente observamos a partir da encíclica “Sollicitudo Rei Socialis” uma denúncia das desigualdades crescentes numa mesma tónica que Amartya Sen e também de Robert McNamara durante as suas funções no Banco Mundial.

Constatamos na ótica de Desenvolvimento Humano de Robert McNamara uma visão similar à Doutrina Social da Igreja quanto à significância das ameaças da pobreza e da injustiça de um país serem semelhantes às ameaças militares e ainda à premência de redistribuição da riqueza. A ideia de que a riqueza excessiva ofende direta e indiretamente os pobres também se encontra presente em ambas as reflexões de desenvolvimento. Por outro lado, o Papa Bento XVI (2009) acabou por vir, indiretamente ao encontro da adopção do Banco Mundial do conceito de capital humano de Schultz na medida em que afirma que o capital mais importante “a preservar e valorizar é o homem, a pessoa, na sua integridade”. Ainda que ao nível do Banco Mundial não se apelide dessa forma, o reconhecimento da introdução imprescindível dimensão social para além da económica nas questões do desenvolvimento, vai de alguma forma no sentido de um Desenvolvimento Integral que tem em conta todas as dimensões humanas.

Recordando que o Desenvolvimento Integral que a Igreja defende é um Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana, é bastante imediato reconhecer pontes entre estes dois conceitos que apontam para a centralidade do ser humano nas questões do desenvolvimento.

## **2.2. Desenvolvimento Integrado**

Talvez importe aqui referir que num cumprimento pleno do Desenvolvimento Integral, este último deveria conduzir também à realização completa de um Desenvolvimento Integrado, na medida em que, como já foi referido anteriormente no início deste capítulo, a expressão “Desenvolvimento Integral do homem todo e de todo o homem” não se limita as dimensões globais da humanidade mas também do meio em que ela existe e com o qual interage em permanência. Não há “homem todo nem todo o homem” senão neste mundo concreto do qual dependemos e o qual também depende de nós.

A Doutrina Social da Igreja advoga a dignidade e a criatividade como critérios de crescimento integral de uma comunidade/indivíduo. É na medida que cada ser humano é respeitado na sua integralidade que também consegue suprimir todas as suas necessidades, o que é um dos imperativos da definição de desenvolvimento local integrado e sustentável de Augusto Franco. Este mesmo autor, insiste na importância de construir comunidade, uma concepção que surge também muitas vezes nos documentos da Doutrina Social da Igreja, sob a lógica de comunhão e compromisso dentro das próprias comunidades para apoiar os mais frágeis, mas também no contexto da comunidade humana internacional, com contributos impreteríveis para os países mais pobres. Cada povo permanecerá em fragilidade enquanto a humanidade inteira não reunir as condições adequadas à sua sobrevivência básica.

Por outro lado, a invocação da necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento, revê-se no que a Igreja considera ser também papel dos cristãos: o envolvimento político na construção estratégias concertadas. No entanto, é sempre salientada a responsabilidade dos poderes públicos, que sempre em articulação com a sociedade civil e com o mercado, deve promover esta construção de estratégias a partir das necessidades e vontades das comunidades, em sintonia com os princípios da subsidiariedade e da participação, já referidos anteriormente.

Igualmente na alternativa necessária ao atual sistema económico, tentando invertê-lo para uma lógica de base local, existe este entendimento comum de colocar a economia ao serviço do homem e do bem comum, dependendo de cada pessoa e não apenas dos que possuem maior capacidade financeira, presente em Perroux. Esta mudança de visão tem que partir duma ética humana. Na encíclica “Sollicitudo Rei Socialis”, o Papa João Paulo II, propõe mesmo colaborações ao nível regional para um reforço dos sistemas económicos locais.

Identicamente as preocupações da ordem das necessidades tecnológicas da economia, encontram tradução na Doutrina Social da Igreja na medida em que as reconhece e elogia ainda que quando devidamente centradas, mais uma vez, no bem da humanidade.

Na intersecção de Perroux (1981) com a Doutrina Social da Igreja, descobrimos neste autor uma expressão muito semelhante ao “Desenvolvimento Integral do homem todo e de todo o homem”: “O desenvolvimento de cada homem e de todos os homens é uma finalidade que deveria ser aceite unanimemente pelos responsáveis da política, da economia, da investigação (...)” (Perroux, 1981: 34), no sentido de comum de que o desenvolvimento não pode acontecer sem pessoas e de que desenvolver a pessoa humana, gera outro(s) desenvolvimento(s).

Contudo, mesmo na linha do progresso deste último autor, encontramos algumas referências com o Papa João XXIII (1961) na encíclica “Mater e Magistra”, que deseja um progresso que seja simultaneamente económico e social e que respeite os valores humanos, ideia que se repete na “Gaudium et Spes”. O Papa Bento XVI também identifica com algum receio que um progresso isolado poderá levar a ainda maiores desequilíbrios. Reconhecendo Perroux como a Igreja, a dimensão de conflito social do progresso que podemos encontramos desta vez na encíclica “Populorum Progressio”. É possível reconhecer a dimensão global deste autor em particular na encíclica “Mater e Magistra”, uma vez que esta trata da comunhão global ao nível da Igreja com o mundo, mas ao longo de praticamente todas as encíclicas na medida em que o Desenvolvimento Integral, dito de outra

forma, pressupõe precisamente um olhar global sobre a pessoa humana e a globalidade das realidades que esta toca. Quanto à dimensão endógena, existem várias referências, como por exemplo na encíclica “Pacem in Terris”, que especifica a necessidade dos povos se envolverem e sentirem envolvidos no seu desenvolvimento (João XXIII, 1963: nº 122). Na encíclica “Sollicitudo Rei Socialis” (João Paulo II, 1987: nº 45) também encontramos uma referência à cooperação regional nesta linha da dimensão integrada de Perroux, inclusive com uma menção à eventual necessidade de sacrifícios em prol do bem comum. Mais uma vez na “Gaudium et Spes” (Vaticano II, 1965: nº 63), também há uma insistência na humanização da economia de que fala Perroux na expressão “*economie de l’homme*”.

A importância do autor Edgar Morin para este assunto é na medida em que é o único autor aqui referido, que aponta uma dimensão espiritual/religiosa do desenvolvimento. A inquietação da Igreja com estas matérias vai para além da própria adesão de fé, mas situa-se ao nível das consequências da não adesão que poderão conduzir a um subdesenvolvimento moral e a um prejuízo da saúde física e espiritual. O espiritual é tanto uma dimensão importante para o homem que deve ser considerado no âmbito dos direitos civis, promovida a sua formação e crescimento. Para a Igreja, as questões espirituais também têm traduções práticas como a possibilidade de influência das religiões em resoluções pacíficas dos conflitos existentes, na defesa da pessoa humana, da liberdade, na denúncia das situações alarmantes de pobreza e exclusão e de afirmação dos valores espirituais e religiosos. Por fim, valores como a cooperação encaixam em ambas as perspectivas que a entendem como critério para a promoção do bem comum, seja ao nível das organizações internacionais ou dos saberes locais sempre no sentido da construção da paz. Tanto Morin como o Papa João Paulo II concordam que a complexidade de análise do(s) fenómeno(s) do(s) desenvolvimento(s), derivada da diversidade das suas dimensões, exige um tipo de pensamento completo mas simples na sua análise.

Concluimos que é sobretudo ao nível da multidimensionalidade e da multidisciplinariedade que o conceito de Desenvolvimento Integrado e o conceito de Desenvolvimento Integral se cruzam, na medida em que procuram abranger todos os aspetos da vida humana relevantes para a sua realização plena.

### **2.3. Desenvolvimento Sustentável**

A ideia primeira de satisfação das necessidades deste conceito associa-se à Doutrina Social da Igreja nesta convicção de que assim se concorre para a promoção da dignidade da pessoa. Sempre considerando que as necessidades básicas não se reduzem ao plano das necessidades materiais. Este Desenvolvimento Sustentável deve ser aquele que procura, para além da satisfação das necessidades materiais supérfluas de cada um nos países desenvolvidos, dar resposta às necessidades de todos em todos o mundo. Diz-nos a Igreja que a satisfação das necessidades do outro, depende (também) de mim, enquanto for capaz de assim lhe restituir dignidade e humanidade. Por outro lado, coincide ainda a questão da preocupação latente com as gerações futuras. A recorrente noção de que não se pode usar indiscriminadamente, nem os bens nem os recursos

naturais ao dispor da humanidade, uma vez que esse mau uso pode conduzir a situações irreversíveis ao nível planetário, como já vai acontecendo ao nível das catástrofes naturais, está muito presente em ambos os conceitos. É urgente e indispensável limitar/regulamentar o acesso aos recursos naturais.

Pensando ao nível da sustentabilidade mais especificamente, interessa implementar estes modelos socioeconómicos que consideram várias dimensões, sendo as transversais ao Desenvolvimento Integral e ao Desenvolvimento Sustentável, as seguintes: ambientais, sociais, económicas, culturais e políticas.

O desenvolvimento exige hoje um planeamento e uma gestão que a Igreja, inclusivamente, recomenda ser adaptada a cada realidade. Neste sentido, emerge, tanto nos autores do Desenvolvimento Sustentável como da Doutrina Social da Igreja, a inevitabilidade da transparência. Iguamente aqui se aplica o princípio da subsidiariedade na medida em que este pode supor igualmente a prestação de contas. A transparência é vista pela Igreja como um dos princípios tradicionais da ética social, que obriga a quem presta apoios no âmbito da cooperação internacional não desperdice esses meios. A transparência responde pelos valores da caridade e da verdade.

A redistribuição riqueza é uma das mais credíveis possibilidades para as desigualdades existentes, mais indicadas pela Igreja. Sendo uma das mais-valias da globalização, não só entre países, mas também dentro das empresas, seria importante estimular esta redistribuição.

Sachs ao acreditar numa resolução económica pela via da agricultura, advoga como a Igreja, uma utilização dos recursos locais uma adaptação de novas tecnologias agrícolas, numa aposta de longo prazo. Estas recomendações são suscitadas em particular pelo Papa Bento XVI (2009) na encíclica “Caritas in Veritate”, ao aludir às questões da insegurança alimentar que se vive hoje.

A insistência na melhoria da qualidade de vida por parte de Augusto Franco, passa para a Igreja também por um melhor acesso a educação e informação e ao mercado. Esta melhoria de qualidade de vida está novamente, inevitavelmente associada à centralidade na pessoa humana e conduz ainda à possibilidade também de cumprimento de deveres.

Ainda que não se encontrem referências concretas na Doutrina Social da Igreja como em Viriato Soromenho Marques à questão dum eventual necessidade de decrescimento, é possível identificar várias referências concretas aos efeitos perversos de um crescimento meramente económico, como por exemplo na encíclica “Octagesima Adveniens”.

A crise de identidade referida por Viriato Soromenho Marques é identicamente apontada numa alusão ao ateísmo mas também ao abandono de valores tradicionais pela adesão a uma lógica materialista. Assim à semelhança do autor, também a Igreja defende uma aposta numa melhor formação ética, através dum “interação ética das consciências e das inteligências” (Bento XVI, 2009: nº 9), para melhor conduzir o percurso de um Desenvolvimento Sustentável.

Um dos temas mais abordados por quase todos os autores aqui presentes do Desenvolvimento Sustentável, que também cruza com as preocupações da Igreja, é o desemprego. O emprego é encarado como possibilidade de sustentabilidade económica individual e da própria sociedade mas igualmente como um elemento dignificante da pessoa humana. A manutenção do desemprego pode levar não só à pobreza como a uma crescente mobilidade geográfica (sendo que deve estar bem

sustentada legalmente esta possibilidade e é necessário cuidar do acolhimento dos que optam por esta solução), ainda que permaneça a obrigação por parte do Estado de assegurar os subsídios próprios para estas situações. Relativamente a esta temática importa mencionar também que mesmo em situação de emprego deve estar garantida uma remuneração justa, condições adequadas de trabalho e a existência de organizações que possam defender os direitos dos trabalhadores, temáticas muito presentes nos primeiros documentos de Doutrina Social da Igreja, devido às primeiras consequências da revolução industrial. Ainda assim é importante ressaltar e possibilitar, em qualquer circunstância, uma formação profissional adequada às necessidades de cada trabalho específico.

Por fim, encontramos uma vontade de quebrar com um registo assistencialista que não só não eleva a pessoa como não resolve a origem dos problemas, devendo-se simplificar processos e diversificar os actores das intervenções.

Ainda quanto ao meio ambiente, a Igreja vê a pessoa humana como criação privilegiada Deus é, simultaneamente criatura co-criadora e por isso responsável por todas as formas de vida no planeta (pelo seu cuidado e garantia de existência) e criatura central da criação, ocupando assim o especial lugar que lhe dá o entendimento e a compreensão sobre este local que habita o que implica também um respeito, defesa e promoção deste espaço como imprescindível para a vida humana. O planeta é um espaço oferecido por Deus à humanidade para viver a sua condição terrena, pelo que também assume um cariz de sacralidade por esta razão. As preocupações com estas questões são sobretudo materializadas na encíclica “Caritas in Veritate”, nos seus problemas de uso abusivo dos recursos naturais e dos problemas causadores e consequentes da poluição e na necessidade de evitar também tratar o ambiente como matéria exclusivamente de ordem económica. No entanto, esta reflexão na Igreja é muito anterior e é possível encontrá-la logo em S. Francisco de Assis no século XII quando este último vê a natureza como primeira expressão de Deus que é inocente mas digna de contemplação e cuidado de tal forma que chegou a defender a aprovação duma lei que instituisse a alimentação das aves pela população no período de inverno.

O Desenvolvimento Integral só faz sentido se for sustentável: se conduzir a uma melhoria progressiva de vida do ser humano e do planeta, permitindo a cada pessoa ser sempre mais. Neste sentido a conciliação de ambas as perspectivas implicará o tal desenvolvimento autêntico que se pretende alcançar.

### **3. Os contributos da visão da Doutrina Social da Igreja do desenvolvimento para os conceitos de desenvolvimento**

Existem contributos da Doutrina Social da Igreja, no seu conceito de Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana que são muito específicos, sendo que poderemos destacar alguns relativamente aos conceitos de desenvolvimento apresentados.

Uma diferença distintiva começa por ser a abordagem ao próprio desenvolvimento, uma vez que desenvolvimento individual e global são vistos da mesma forma e num mesmo sentido. Não se quer dizer com isto que noutros conceitos esta ideia não está presente mas nunca é tão clara nem tão

permanente como no Desenvolvimento Integral: não há desenvolvimento da humanidade, do mundo sem desenvolvimento do ser humano em particular em todas as dimensões que o constituem. Esta é uma noção reforçada em todos os documentos explícita ou implicitamente.

Por outro lado, a Igreja não se coloca, à semelhança de outras instituições e teóricos, de fora do esforço a implementar para o desenvolvimento seja uma realidade, antes assume o seu papel de promover a melhoria das estruturas e das condições de vida das comunidades onde se encontra. Mesmo que o entendimento nunca seja o de fazer sozinha e/ou isoladamente do seu contexto, reafirma as suas responsabilidades neste campo: é prática e concreta, não produz apenas documentação doutrinária sobre o assunto, procura, dentro das suas possibilidades, enviar pessoas concretas para o terreno, criar projetos específicos, denunciar, proteger e acolher. São inúmeros os exemplos que se poderiam apontar da intervenção da Igreja em prol do desenvolvimento.

No entanto, se pudéssemos dizer que a Igreja tem um “core business”, talvez disséssemos que este é o da evangelização, desde que não nos esqueçamos que a própria evangelização não é exclusivamente a pregação do Evangelho. Mais relevante que esta ideia é até a de que a pregação do Evangelho não é apenas feita com palavras, mas é sobretudo realizada na medida em que se concretizam os valores evangélicos – esta forma não só é mais frequente, como habitualmente mais eficaz.

“Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há-de ser evangelizado não é um ser abstracto, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e económicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da Criação do plano da Redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há-de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laço daquela ordem eminentemente evangélica, que é a ordem da caridade - como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover, na justiça e na paz, o verdadeiro e o autêntico progresso humano? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar "que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, no que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade" (Paulo VI, 1975: nº 31)

Ainda com alguma novidade no mundo do desenvolvimento falava já a Igreja numa relação entre técnica e moral que é necessária estabelecer. As tecnologias assumiram uma dimensão e um alcance, numa contínua auto-superação que não era esperada a nenhum nível, mas se esta escalada galopante não for balizada por critérios, poderemos estar condenados a enfrentar novamente males como a bomba atómica. Para a Igreja é evidente e incontornável que exista um desenvolvimento que se realize com critérios a todos os níveis, incluindo este da tecnologia. Uma das sugestões apontadas para combater esta conjuntura do emprego, dentro das questões económicas, é ter como critérios fundamentais da economia o contexto específico de cada Estado e os direitos dos trabalhadores.

Quanto às questões da natureza também há um alerta importante: com o crescimento das temáticas ambientais e mesmo com a origem do Desenvolvimento Sustentável, deu-se um empolamento dos assuntos da natureza. Mantendo-se fiel à questão da centralidade do ser humano, a Igreja não receia em afirmar que nem a natureza pode ser considerada acima do homem, nem pode ser desrespeitada na forma como dela se dispõe arbitrariamente e abusivamente. Mas complementa estas ideias,



mencionando na encíclica “Laborem Exercens”, a situação dos recursos da natureza inutilizados a coexistirem simultaneamente com as realidades dos desempregados e dos famintos, já relatadas anteriormente.

No entanto, de fato, um dos maiores contributos da Igreja é a ideia de desenvolvimento espiritual. Esta expressão surge com o Papa Paulo VI na encíclica “Populorum Progressio”:

“Porque, qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser senão colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual.” (Paulo VI, 1967: nº 34)

Relembramos que, ainda que Edgar Morin tenha apontado o espiritual como uma das dimensões a considerar no desenvolvimento, não se reporta para um conceito de desenvolvimento espiritual.

Entende-se que o desenvolvimento espiritual seja tão intrínseco como inerente à missão da Igreja na medida em que é o coração da sua missão, não só na vertente da evangelização já mencionada anteriormente, mas ainda e, sobretudo nesta linha do Desenvolvimento Integral, no contexto de um ser humano que carece de potenciar todas as suas realidades para viver a caminho da verdadeira realização, perseguindo o seu ideal de humanidade que é Jesus Cristo. Desenvolver-se espiritualmente é procurar cada vez mais identificar-se com a pessoa de Jesus, princípio e fundamento da vida de qualquer cristão. A Igreja gostaria de poder dizer que este é o ideal de qualquer pessoa, porque na verdade, entende que todos os seres humanos transportam consigo este desejo de transcendência, de divino. Conhecendo ou não a Jesus, independentemente da sua crença ou mesmo da sua ausência de crença, habita em cada ser humano este desejo de mais, que foi largamente explorado em diversas personalidades incontornáveis da Igreja como, por exemplo, Santo Inácio de Loiola. É nesta afirmação de necessidade de espiritualidade por parte de todos os seres humanos que a Igreja assenta a ideia de desenvolvimento espiritual, como elemento essencial para a realização do desenvolvimento pleno.

Por fim, mas na verdade no que será efetivamente a mais importante particularidade de critério de desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja, temos o Amor. Muitas vezes no discurso da Igreja, seja nos documentos da Doutrina Social da Igreja ou mesmo na Bíblia, este critério é denominado de caridade, o que para o efeito que aqui pretendido equivale à expressão Amor.

“A caridade não é uma junção posterior, como se fosse um apêndice ao trabalho já concluído das várias disciplinas, mas dialoga com elas desde o início. As exigências do amor não contradizem as da razão. O saber humano é insuficiente e as conclusões das ciências não poderão sozinhas indicar o caminho para o Desenvolvimento Integral do homem. Sempre é preciso lançar-se mais além: exige-o a caridade na verdade. Todavia ir mais além nunca significa prescindir das conclusões da razão, nem contradizer os seus resultados. Não aparece a inteligência e depois o amor: há o amor rico de inteligência e a inteligência cheia de amor.” (Bento XVI, 2009: nº 30)

A proposta de usar o Amor como critério de desenvolvimento não é, de fato, uma proposta da Igreja exclusiva para este último. O Amor é sempre e em todas as circunstâncias o critério de Amor da atuação da Igreja e dos cristãos.

Não obstante, se o critério do Amor fosse utilizado na dimensão do desenvolvimento, realizar-se-iam todos os conceitos abordados neste trabalho e o desenvolvimento seria efetivamente humano, integrado e sustentável, ou seja, chegaria ainda mesmo a ser o Desenvolvimento Integral do ser humano.

O Amor, como critério de desenvolvimento, permitiria tomar as decisões centralizadas no ser humano, com prioridade às comunidades e realidades mais frágeis, usando a economia, a política, a cultura, a religião e o ambiente ao serviço dos outros.

O Amor, como critério de desenvolvimento, permitiria a igualdade, evitaria as guerras e fomentaria uma paz que vai para além da ausência de conflitos armados.

O Amor, como critério de desenvolvimento, quebraria os medos e as tensões entre os povos, porque no Amor não pode haver medo porque é o oposto do medo.

Conduziria a contextos laborais justos, fraternos e livres. Facilitaria as relações entre os povos na compreensão e respeito mútuo por cada contexto. Implicaria perdão económico, político e histórico. Acabaria com as necessidades egoístas, exclusivamente auto-centradas em pessoas e povos específicos. Seria antes via de realização para todos. O caminho do Amor é óbvio mas não por isso fácil porque exige cedência em prol do bem maior do outro, porque exige diálogo, disponibilidade, esperança e confiança.

O Amor acarretaria sempre crescimento, porque com Amor tudo cresce.

Propor o Amor como critério de desenvolvimento, é sem dúvida, a proposta mais ousada e desafiadora da Doutrina Social da Igreja, porque o Amor é o verdadeiro fundamento do Desenvolvimento Integral do ser humano, enquanto realização plena deste.

## CONCLUSÃO

As diferentes análises ao conceito de desenvolvimento e as suas diferentes dimensões derivam tipicamente do contexto histórico, económico e social e ainda da evolução do aprofundamento científico nestes temas e das experiências de terreno que as vão confirmando ou infirmando. Habitualmente vão sendo atualizadas ao longo do surgimento destas diferentes tendências, mas ainda que mantenham a sua origem (ou algo da sua origem), de fato, poderemos dizer que estão em permanente atualização.

Efetivamente, os conceitos de Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Integrado e Desenvolvimento Sustentável reclamam justamente para si uma proposta de equidade social, económica e política tendo em vista um mundo melhor, considerando a pessoa humana e o(s) meio(s) que a circunda(m), assente em fundamentos teóricos e empíricos.

Contudo, o conceito de Desenvolvimento Integral presente na Doutrina Social da Igreja permanece fiel à sua raiz, ao mesmo tempo que é reforçado pelos diferentes sumos pontífices que vão assumindo os rumos da Igreja e procurando das orientações aos acontecimentos/mudanças históricas, conservando uma linha de continuidade com o que já estava anteriormente implicado. Insere-se em todos os tipos de desenvolvimento porque é transversal a todos eles: atravessa-os e ainda os completa. Inscreve-se neles mas vai ainda para além deles enquanto conceito que abarca todas as realidades criadas por Deus – a pessoa humana e a natureza. Ainda que nem sempre se expressando desta forma, a Igreja, não pode nem quer excluir nada que seja fruto do Criador e assume para si e para os seus fiéis, a responsabilidade de resgatar com Deus e para Deus todos os seus locais de experiência de vida: família, trabalho, lazer, etc.

Quando afirmamos que o Amor é o critério por excelência do desenvolvimento proposto pela Igreja, queremos também demonstrar o carácter intemporal e inabalável desse mesmo critério. Ainda que os contextos e as realidades humanas possam sofrer significativas alterações, que as necessidades e as sociedades se modifiquem de forma profunda, o Amor enquanto qualidade inerente à humanidade permanecerá e continuará a ser o que, vivido na sua essência, poderá ajudar sempre o mundo a crescer. Talvez seja efetivamente a capacidade de amar que nos distingue dos outros seres que ocupam este planeta porque ainda que possamos reconhecer em alguns animais a capacidade de manifestar afecto, é perceptível que a capacidade de abdicar de si em prol do outro enquanto escolha racional feita em consciência e em verdadeira liberdade relativamente às perdas possíveis a essa opção associadas, cabe apenas ao ser humano.

Existe uma constatação óbvia que também conduz a necessidade da Igreja de colocar este critério na mesa:

“A sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos. A razão, por si só, é capaz de ver a igualdade entre os homens e estabelecer uma convivência cívica entre eles, mas não consegue fundar a fraternidade.” (Bento XVI, 2009: nº19)

Para além de critério, o Amor só pode ser caminho, na medida em que se começa por usá-lo nas opções de desenvolvimento, mas nunca se esgota nem se encontra plenamente aplicado ou terminado, podendo ser esta via de que se vai simultaneamente bebendo, aplicando e percorrendo.

Este Amor, como critério-caminho de desenvolvimento, é a diferenciação e contribuição máxima da Igreja sem ser novidade/inação. Porque o Amor já era antes de a Igreja existir e permanecerá ainda que ela desapareça. A Igreja apenas o coloca no centro, procurando devolver-lhe o seu papel e lugar numa sociedade que não vive sem ele, mas que escolhe muitas vezes viver apesar dele, procurando afastá-lo das realidades que avalia como não havendo espaço para o Amor. Mas para o Amor tudo e todos são espaços. Não há pessoa humana nem lugar algum onde o Amor não possa/deva existir mesmo quando se decide ocultá-lo ou afastá-lo e é precisamente por este movimento de “esquecimento” do Amor, que o desenvolvimento não acontece ou acontece mal. E é neste sentido que a adesão ao critério do Amor é uma proposta da Igreja que pretende atingir a universalidade na medida que vai para além da crença religiosa em Deus, mas é uma realidade inerente a qualquer ser humano, ainda que para a Igreja a origem desse Amor seja, inquestionavelmente, Deus.

Ainda que já não tenha sido possível incluir neste trabalho referências à mais recente Exortação Apostólica do Papa Francisco, “Evangelii Gaudium”, se soubermos que este documento comporta 118 vezes a expressão “amor” (sem contar com o verbo amar e palavras derivadas) compreendemos como é fundamental este tema nas seguintes recomendações:

“O Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e salva, reconhecendo-o nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos. Este convite não há-de ser obscurecido em nenhuma circunstância! Todas as virtudes estão ao serviço desta resposta de amor.” (Francisco I, 2013: nº 39)

“O amor autêntico é sempre contemplativo, permitindo-nos servir o outro não por necessidade ou vaidade, mas porque ele é belo, independentemente da sua aparência: «Do amor, pelo qual uma pessoa é agradável a outra, depende que lhe dê algo de graça.» Quando amado, o pobre «é estimado como de alto valor», e isto diferencia a autêntica opção pelos pobres de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos. Unicamente a partir desta proximidade real e cordial é que podemos acompanhá-los adequadamente no seu caminho de libertação.” (Francisco I, 2013: nº 199)

O objetivo deste trabalho foi assim também o de, para além de apresentar e discutir os contributos da Doutrina Social nesta matéria, recuperar um tema esquecido e/ou omitido para o debate do desenvolvimento. Ainda que não chegue a entrar na discussão de aprofundamento das implicações concretas de aplicação deste critério procura recolher dados para sustentar esse debate num eventual futuro trabalho.

## **FONTES WEB SITES**

A Santa Sé (s.d.)

<http://www.vatican.va/>

Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2011)

<http://analisesocial.ics.ul.pt/>

Fundação Evangelização e Cultura (2009)

<http://www.fecong.org/>

Leigos para o Desenvolvimento (2012)

<http://www.leigos.org/>

United Nations Millennium Development Goals (s.d)

<http://www.un.org/millenniumgoals/>

United Nations Research Institute for Social Development (s.d.)

<http://www.unrisd.org/>



## BIBLIOGRAFIA

- Amaro, Rogério Roque (1990), *Desenvolvimento e injustiça estrutural*, Lisboa, "Communio" nº 5, p. 448-459
- Amaro, Rogério Roque (2003), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, Lisboa, Caderno de Estudos Africanos nº 4, p. 35-70
- Bento XVI (2005), *Deus é Amor*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Bento XVI (2009), *Caritas in Veritate*, Lisboa, Ed. Paulinas
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), *Nosso Futuro Comum*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas
- Concílio Vaticano II (1965), "Dignitatis Humanae", em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Concílio Vaticano II (1965), "Gaudium et Spes", em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *Compêndio Doutrina Social da Igreja*, Lisboa, Princípa
- FAO e Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) (2005), *Material Didático Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo, Estação Gráfica
- Disponível em:  
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/EXTARCHIVES/0,,contentMDK:20502974~pagePK:36726~piPK:437378~theSitePK:29506,00.html>
- Francisco I (2013), *A Alegria do Evangelho*, Braga, Editorial Apostolado de Oração
- Franco, Augusto (1998), "Desenvolvimento Local Integral e Sustentável – Dez Consensos", *Revista Proposta* nº 78, pp. 6-19
- Hunt, Diana (1989), *Economic Theories of Development – an Analysis of Competing Paradigms*, Great Britain, Harvester Wheatsheaf
- Huttlinger, James M. (2003), *Robert S. McNamara at the World Bank Group: A Chronology of Significant Events (Online)*, World Bank Group Archives
- João Paulo II (1981), "Laborem Exercens", em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- João Paulo II (1987), "Sollicitudo Rei Socialis", em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- João Paulo II (1991), "Centesimus Annus", em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- João XXIII (1961), "Mater et Magistra", em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- João XXIII (1963), "Pacem in Terris", em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Leão XIII (1891), "Rerum Novarum", em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- McKinley, Terry (1997) *Cultural Indicators of Development*, Geneva, UNRISD and UNESCO
- Morin, Edgar (2008), *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Instituto Piaget

- Neves, António (2011), *Justiça e Paz nas intervenções da Igreja Católica em Angola (1989-2002)*, Tese Doutoramento em Ciência Política, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Paulo VI (1967), “Populorum Progressio”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Paulo VI (1971), “Octogesima Adventiens”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Paulo VI; João Paulo II (2001), *Mensagens para a Paz. Textos para a celebração do Dia Mundial da Paz*, Cascais, Principia / Comissão Nacional Justiça e Paz.
- Perroux, François (1963), “A Ideia de Progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo”, Lisboa, *Revista Análise Social*, Vol. I (n.º 2) pp. 173-182
- Perroux, François (1981), *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Pio XI (1931), “Quadragesimo Anno”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Sachs, Ignacy (2008), *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*, Rio de Janeiro, Ed. Garamond.
- Seers, Dudley (1979), “Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a medir?”, *Revista Análise Social vol. XV (60)*, pp. 949-968
- Sen, Amartya (1988), “The Concept of Development”, em Chenery, Hollis and Srinivasan, T. N. (orgs.), *Handbook of Development Economics*, Amesterdão, North-Holland, pp.9-24
- Sen, Amartya (1999), *Desenvolvimento como Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras
- Soromenho-Marques, Viriato (1998), “A causa Ambiental: Para uma Visão de Conjunto”, *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, pp.23-69
- Soromenho-Marques, Viriato (1998), “Crise do Ambiente, Ética e Valores”, *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, pp.127-149
- Soromenho-Marques, Viriato (2005), “Crise Ambiental e Condição Humana. Três Questões Fundamentais”, *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, pp.171-181
- Soromenho-Marques, Viriato (2011), “Desenvolvimento Sustentável – correntes e polémicas em tempos difíceis”, *Revista Dirigir* n.º 115-116, pp.3-9
- Stillwell, P. (2002), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- UNDP (1990), *Human Development Report*, Nova Iorque, Oxford University Press
- UNDP (1996), *Human Development Report*, Nova Iorque, Oxford University Press
- UNDP (1999), *Human Development Report*, Nova Iorque, Oxford University Press
- UNDP (2003), *Human Development Report*, Nova Iorque, Oxford University Press
- World Bank (1975), *The assault on world poverty: problems of rural development, education and health*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press